

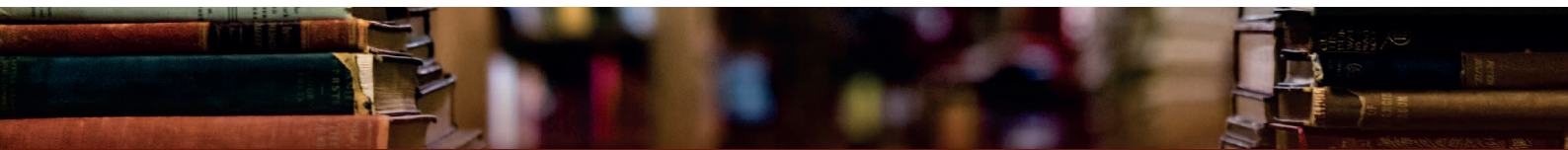


**ANDRÉ MICHEL DOS SANTOS  
LARISSA RAMALHO PEREIRA  
MARTA VON DENTZ**

**ORGANIZADORES**

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:  
EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO  
PROFISSIONAL E PROBLEMATIZAÇÕES  
EM CURSO**





# SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO PROFISSIONAL E PROBLEMATIZAÇÕES EM CURSO





Reitor  
*Rafael Frederico Henn*

Vice-Reitora  
*Andréia Rosane de Moura Valim*

Pró-Reitor Acadêmico  
*Rolf Fredi Molz*

Pró-Reitor Administrativo  
*Dorivaldo Brites de Oliveira*

EDITORA DA UNISC  
Editora  
*Helga Haas*

COMISSÃO EDITORIAL  
*Helga Haas - Presidente*  
*Adilson Ben da Costa*  
*Carlos Renê Ayres*  
*Cristiane Davina Redin Freitas*  
*Hugo Thamir Rodrigues*  
*Marcus Vinicius Castro Witczak*  
*Mozart Linhares da Silva*  
*Rudimar Serpa de Abreu*



Avenida Independência, 2293  
Fones: (51) 3717-7461 e 3717-7462  
96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS  
E-mail: [editora@unisc.br](mailto:editora@unisc.br) - [www.unisc.br/edunisc](http://www.unisc.br/edunisc)

André Michel dos Santos  
Larissa Ramalho Pereira  
Marta von Dentz  
(organizadores)

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:  
EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO PROFISSIONAL E  
PROBLEMATIZAÇÕES EM CURSO**



Santa Cruz do Sul  
EDUNISC  
2022

© *Copyright*: dos autores  
1ª edição 2022

Direitos reservados desta edição:  
Universidade de Santa Cruz do Sul

Editoração: Clarice Agnes  
Capa: Assessoria de Comunicação e Marketing da Unisc

S491 Serviço social na educação [recurso eletrônico] : experiências do trabalho profissional e problematização em curso / André Michel dos Santos, Larissa Ramalho Pereira, Marta von Dentz (organizadores). – 1. ed. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2022.

Dados eletrônicos.  
Inclui bibliografias.

Modo de acesso: World Wide Web: [www.unisc.br/edunisc](http://www.unisc.br/edunisc)  
ISBN: 978-65-88564-22-6

1. Serviço social escolar. 2. Assistentes sociais. 3. Assistência social. I. Santos, André Michel dos. II. Pereira, Larissa Ramalho. III. Dentz, Marta von.

CDD: 361.3



## SUMÁRIO

### **PREFÁCIO**

Prof. Dr. Fabio Jardel Gaviraghi - UFSM..... 6

### **APRESENTAÇÃO DOS ORGANIZADORES**

Dra Marta von Dentz; Dr. André Michel dos Santos e Dra Larissa Ramalho Pereira 9

### **APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS**

Dra.Silvia Regina Silveira e Me. Michele Mendonça Rodrigues ..... 11

1O lugar do Serviço Social na educação básica:  
perspectivas de atuação no Rio Grande do Norte

**Iris de Lima Souza**..... 17

2 A história do Serviço Social na educação no município de Araras-SP:  
os desafios da atuação

**Ingrid Michele Nepomuceno**.....32

3 A atuação do/a Assistente Social na educação básica no contexto de ensino  
remoto: considerações da assistente social da Coordenadoria Distrital de  
Educação 01 SEDUC/AM

**Cibelle Marques de Almeida**.....51

4 A racionalidade neoliberal na Educação de Jovens e Adultos: desafios  
e possibilidades para o Serviço Social

**Lucilene da Silva Stiff**.....67

5 Serviço Social na educação e o trabalho em equipe multidisciplinar

**Andressa Corrêa Bernardon; Daniela Dalla Possa; Isabel Graciele Padoin** .....82

6 Serviço Social na educação: saberes e competências

**Marina Aparecida Fernandes do Vale** .....96

7 O Serviço Social e a educação especial na Apae de Santa Cruz do Sul

**Inês Pereira**.....111



## PREFÁCIO

Fabio Jardel Gaviraghi<sup>1</sup>

A educação escolar, em termos de concepção, de acesso e de permanência, está sendo modificada significativamente. Conforme preconiza o artigo 205 da Constituição Federal/1988, a garantia do direito de todos/as a uma preparação para a cidadania e trabalho perpassa, na atualidade, o enfrentamento de desafios complexos relacionados à exclusão educacional que tem por base as expressões da questão social aguçadas e, especialmente, vinculadas à desigualdade virtual.

É nesse sentido que a inserção de assistentes sociais no espaço escolar torna-se pertinente na atualidade, pois, além de dar continuidade à luta pela universalização do acesso, de ações de inclusão e permanência nas escolas, pode contribuir, a partir de sua expertise, com ações que promovam a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Esse processo é ressignificado pela mediação virtual e traz consequências para os/as estudantes, escolas e famílias, especialmente, quando há um cenário de inexistência de acesso ou incompreensão da tecnologia.

O livro “Serviço Social na educação”, oriundo do Programa de Pós-graduação Lato Sensu Serviço Social na Educação, o qual “se propõe a qualificar os profissionais do Serviço Social [na educação] em uma perspectiva de totalidade e criticidade”, apresenta elementos importantes que podem nortear caminhos, políticas, ações e áreas de conhecimento que pautam a Educação Brasileira para além da “racionalidade neoliberal”, “para além do capital”. Aborda, assim, uma perspectiva dialética e não determinista, entendendo a educação como uma “experiência de decisão, de ruptura, de pensar certo, de conhecimento crítico [...]”, como destacava Paulo Freire (2015, p. 179).<sup>2</sup>

É mister ressaltar que a educação de qualidade se constitui em um direito social tanto de crianças e adolescentes, como evidencia o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA); como de jovens e adultos, como pauta a Constituição Federal; e, nesse sentido, a contribuição do Serviço Social é fundamental na medida em que é uma área que dispõe de um arsenal de conhecimentos para atuar junto à comunidade escolar, seja nas relações escolares, com o corpo docente, seja junto aos familiares.

---

1 Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Pós Doutorando em Serviço Social pela Universidade de Coimbra/Portugal.

2 FREIRE, P. **Cartas a Cristina**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.



A partir desse cenário, a inserção e a discussão do Serviço Social na educação podem contribuir para a proposição e elaboração de estratégias, políticas públicas (como a Política Nacional de Alimentação), programas, projetos sociais, projetos políticos pedagógicos de escolas e assim contribuir na promoção de uma aprendizagem de qualidade para todas (os) as(os) estudantes, em uma perspectiva inclusiva, levando em consideração as desigualdades sociais e a heterogeneidade do grupo estudantil. Para tanto, é necessário que a/o assistente social tenha a percepção do projeto ético político da categoria, das suas atribuições e competências junto às políticas educacionais e da importância da defesa de um movimento de transformação social que objetive uma sociedade mais justa e igualitária. Para contribuir com essa realidade, deve-se viabilizar o acesso à alimentação a milhares de crianças que, muitas vezes, estão em situação de desnutrição, a bolsas estudantis, a atividades socioeducativas (como palestras com assuntos pertinentes à educação humana), entre outras várias demandas que a realidade institucional apresenta. Porém, agregados a isso, a/o assistente social, pode desenvolver ações e reflexões que são oriundas do campo da educação popular, da valorização da educação emancipatória, problematizar o “[...] espaço/lugar que a educação ocupa na vida dos estudantes e seus familiares? [...]”, e compreender a escola para além de um simples movimento de “adestramento de trabalhadores para determinadas funções”, como destaca Kruppa (2005, p. 24).<sup>3</sup>

Ainda nessa perspectiva, Mézáros (2005, p. 11-12)<sup>4</sup> destaca que “[...] o acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos”. Diante disso, destaca-se que os processos educacionais precisam ser modificados do ponto de vista político, tendo em vista que a reprodução de valores acaba por perpetuar a concepção de mundo baseada na sociedade capitalista. Percebe-se, assim, o quão uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano.

Importante é o papel de profissionais assistentes sociais que têm o seu projeto ético-político alicerçado em princípios que lutam por uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, raça/cor/etnia e gênero. Importa, ademais, destacar que a escola, muitas vezes, precisa “libertar-se da escola” e não ficar “presa” somente em seu espaço físico, como destaca o pesquisador português António Nóvoa (2014).<sup>5</sup> Ir para além vai permitir um acolhimento mais humanizado, pois, ao conhecer a realidade e a diversidade do seu território, a resposta a todos/as alunos/

3 IN. KRUPPA, S. M. P. (org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. 104 p.

4 MÉZÁRIOS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

5 NÓVOA, A. S. da. **Desafios da Educação**. Youtube. (2014) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nj5WRKG00Tw>. Acesso em 20 de nov. 2021.





alunas será amplamente qualificada. O espaço público da educação, ao ir para além da escola, vai permitir a existência de uma cidade mais acolhedora, aumentando sua responsabilidade social com temáticas que precisam ser problematizadas, como gravidez na adolescência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, racismo, xenofobia, homofobia que hoje estão sendo responsabilidade apenas das escolas.

A pandemia - COVID 19 explanou a realidade mais profunda da sociedade brasileira, exigiu distanciamento social, reforçou-se pela utilização da tecnologia, o que pode, por um lado, qualificar a formação, democratizando-a, mas, por outro, ampliar a distância entre setores da sociedade com poderes aquisitivos distintos, limitando o acesso ao conhecimento para setores que vivem às margens da sociedade. Um dos desafios mais recentes das/os assistentes sociais, para que possam contribuir com a transformação de realidade, é problematizar e promover a inclusão digital junto à política de educação, que é uma nova realidade, mas sempre pautando as contradições, as limitações e a importância do ensino presencial em contraponto à aprendizagem somente por plataformas, a qual pode produzir, muitas vezes, apenas uma “relação consumista da educação”, como também discute Nóvoa. Porém, deve-se também entender, como aborda Demo (2007),<sup>6</sup> que o acesso tecnológico é um fator preponderante para a inclusão social, mesmo que a tecnologia não determine a sociedade, tem relação direta na complexidade, dinamicidade e ambivalência das relações.

Diante de tudo isso, é que se faz necessário pautar o debate sobre o Serviço Social na educação, pois essa é uma área que tem como compromisso lutar pelos direitos sociais, dentre esses, a inclusão escolar; compreendendo, para isso, a importância de um redimensionamento na educação escolar brasileira para além de uma sociabilidade burguesa adaptadora que, muitas vezes, é reforçada pela desigualdade virtual. Então, o desafio está lançado para as/os assistentes sociais na educação, já que uma das questões prementes a essas/esses profissionais é no sentido de contribuir não só para o acesso e permanência à escola, como também, para a universalização do acesso de base às tecnologias digitais, tanto de estudantes, como de docentes.

Desejo uma excelente leitura, pois sabemos o quanto a discussão proposta neste livro será útil e vai colaborar com o trabalho de qualificação de profissionais que atuam em lócus educacionais.

6 DEMO, Pedro. Marginalização Digital: Digital Divide. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 5-19, 2007. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/295>. Acesso em: 24 nov. 2021.



# APRESENTAÇÃO

Professoras/es: Dra Marta von Dentz<sup>1</sup>  
Dr. André Michel dos Santos<sup>2</sup>  
Dra Larissa Ramalho Pereira<sup>3</sup>

Para construirmos conhecimento acerca das relações que se estabelecem entre Serviço Social e Educação, em perspectiva crítica, precisamos reconhecer a multiplicidade de agentes que favorecem a composição de problematizações acerca dessa temática. Nesse sentido, é com satisfação que apresentamos a obra “SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO PROFISSIONAL E PROBLEMATIZAÇÕES EM CURSO”, fruto de empenho coletivo do conjunto de atores que fazem parte da Especialização Serviço Social na Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Especialização que nasceu da inquietação e da busca por contribuir na formação de profissionais Assistentes Sociais implicados nessa temática.

Em 2019, enquanto concluíamos as pesquisas de doutorado [André Michel dos Santos e Marta von Dentz] que problematizavam esse objeto, faziam parte de nossas conversas informais pensar num projeto de especialização diferenciado e de qualidade. A lei nº 13.935/2019 estava tramitando, sendo sancionada no final desse mesmo ano, aglutinando um processo histórico denso e longo da presença dos Assistentes Sociais na Educação. O projeto de especialização foi sendo gestado e a primeira turma iniciou os estudos em 2020.

---

1 Assistente Social, Mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Professora do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, atuando como Coordenadora do Curso de Serviço Social e de Cursos de Especialização na área. E-mail:

E-mail: martavondentz@gmail.com

2 Assistente Social, Mestre em Educação pela Universidade LaSalle - UNILASALLE. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Assistente Social do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor e Coordenador do Curso de Especialização em Serviço Social na Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

E-mail: andremicheldossantos@gmail.com

3 Assistente Social, Mestra em Serviço Social e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Professora do Curso de Especialização em Serviço Social na Educação e Especialização em Assessoria e Consultoria em Políticas Públicas da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. E-mail: larissa.ramalho.pereira@gmail.com



No início de 2022, a especialização conta com 27 (vinte e sete) profissionais formados especialistas em Serviço Social na Educação espalhados pelo Brasil e outros profissionais que estão realizando esta trajetória de estudos. Eles atuam em secretarias municipais de educação de diferentes estados do Brasil (Caxias do Sul/RS, Capão da Canoa/RS, São Borja/RS, Macaé/RJ, Araras/SP); em secretarias estaduais de educação (SEDUC Amazonas); em redes de educação, como por exemplo, rede Marista, rede Guanelliana, rede Scalifra; em APAEs; em Institutos Federais, dentre outros. A especialização, portanto, atinge sua objetividade de contribuir com profissionais da área inseridos em diferentes campos de trabalho da política de educação.

Importa destacar que, pensada e refletida intensamente, a formação de especialistas na área marca um tempo perverso onde o mercado da educação oferta, mesmo em nível de especialização, cursos precarizados e pulverizados, que efetivamente contribuem muito pouco para os profissionais que carecem de subsídios para a atuação profissional nessa área. Esta publicação, portanto, constitui um excelente contributo para o Serviço Social e para a Educação uma vez que é ancorada na experiência teórico-prática, na expertise de docentes qualificados, na metodologia de ensino-aprendizagem *lato sensu* específica de uma Universidade Comunitária.

Os artigos deste e-book, em sua maioria foram produzidos pelos/as estudantes da especialização Serviço Social na Educação e apresentados como requisito para aprovação na disciplina “Cultivando o viés investigativo e científico do serviço social: seminário temático e elaboração científica”. Ainda contamos com a colaboração de textos de demais colegas que possuem implicação direta no trabalho profissional e na pesquisa acerca do Serviço Social na Educação.

Outrossim, esta publicação é permeada da vida concreta, da realidade educacional e social, é envolta em experiências investigativas e interventivas de profissionais que se comprometem com a garantia cotidiana do direito à educação. Aborda desde os desafios da pandemia da Covid-19 na educação, o trabalho multidisciplinar nas secretarias de educação, a história desta inserção profissional em diferentes territórios, os saberes e competências profissionais até as problematizações sobre a racionalidade neoliberal.

Desejamos uma excelente leitura!



## APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

Dra. Silvia Regina Silveira<sup>1</sup>

Me. Michele Mendonça Rodrigues<sup>2</sup>

O início do ano de 2020 é marcado mundialmente pela crise sanitária, social e econômica ocasionada pela pandemia da COVID-19. As respostas tardias do Estado Brasileiro às ações de combate à disseminação do vírus no país, acabaram por enfraquecer as ações previstas e recomendadas pela OMS de distanciamento e isolamento social. A desigualdade social é ainda mais acentuada pela morosidade da implantação de ações governamentais emergenciais de proteção social. A fome como expressão da questão social ganha nesse contexto pandêmico forte destaque, desvelando a inexistência ou a precarização de uma política pública de segurança alimentar nos estados e municípios brasileiros.

Dentro desse contexto de agravamento da questão social e de suas múltiplas expressões vivenciadas na vida cotidiana de milhares de brasileiros, a atuação profissional do Assistente Social também é impactada, precisando ser repensada a fim de atender aos protocolos sanitários de distanciamento social.

A educação pública no Brasil, direito arduamente conquistado a partir de 1988, e que desde então é motivo de mobilização e luta social para sua legitimação e democratização, faz-nos identificar nesse período pandêmico o abismo social ainda existente entre a educação pública e privada no Brasil, reforçando a diferença no acesso a bens e serviços tecnológicos fundamentais nesse contexto. Contudo, a desigualdade de oportunidades de oferta da educação que é expressão da questão social no Brasil ganha, neste momento, um agravamento que será percebido por um longo período no cotidiano das escolas.

A pandemia da COVID-19 expressa na realidade social o agravamento da questão social e de suas diferentes expressões no âmbito escolar. Realidade que impacta no acesso e na permanência dos estudantes ao ensino remoto, modelo educacional adotado pelo governo brasileiro durante a pandemia. Essa importante discussão está presente neste e-book, o que nos leva a pensar a pandemia como vetor que acelera

---

1 Assistente Social, Mestra em Serviço Social e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Assistente Social na Rede Pública de Educação Básica do Município de Gravataí - RS. E-mail: silviaasocial@gmail.com

2 Assistente Social, Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Especialista em Violência Doméstica contra crianças e adolescentes pela Universidade de São Paulo - USP. Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, Campus Feliz, como Assistente Social no setor de Assistência Estudantil. E-mail: michele.rodrigues@feliz.ifrs.edu.br



a reprodução e intensificação da desigualdade social no Brasil.

A busca ativa aos estudantes que não aderiram ao ensino remoto traz à tona a realidade social vivenciada pelos sujeitos e suas famílias, desvelando as múltiplas expressões da questão social agravadas nesse contexto de crise sanitária, que precisam ser compreendidas por todos os profissionais da escola, fazendo com que o planejamento das atividades leve em consideração as condições de acesso dos mesmos, bem como as possibilidades para sua efetivação. A intensificação da violência doméstica trazida pelos artigos como umas das expressões da questão social aponta a importância da escola enquanto espaço de proteção social e vigília dos demais direitos sociais, auxiliando no enfrentamento das diferentes violações sofridas pelas crianças e adolescentes no âmbito intrafamiliar.

O conteúdo desenvolvido nos artigos nos instigam a refletir para além do acesso e a permanência dos sujeitos ao ensino remoto, fazendo com que os estudantes não percam o vínculo com a escola. É premente discutirmos e criarmos ações que subsidiem a gestão pública no desenvolvimento de políticas que deem conta dos impactos gerados pela pandemia nos processos de ensino e aprendizagem, fragilizando ainda mais o direito à educação e sua universalização.

As mudanças ocorridas no processo de ensino e aprendizagem a partir do ensino remoto, para além de desafiar as famílias que precisaram incluir no seu papel protetivo um espaço propício para o desenvolvimento das atividades e para o acesso ao material digital fornecido pela escola, desafiou também os profissionais presentes na dinâmica escolar a ressignificar os processos de trabalho ao qual fazem parte, tendo que criar possibilidades de intervenção a partir de uma outra modalidade de trabalho.

A experiência profissional abordada no terceiro artigo traz para o diálogo a reflexão dos desafios e as possibilidades que os profissionais encontraram frente às dificuldades estruturais (equipamentos e acesso à internet) para dar conta do trabalho remoto, tendo que se apropriar rapidamente de ferramentas tecnológicas até então distantes dos processos de trabalho. O momento pandêmico trouxe para o interior da vida privada as relações de trabalho e a necessidade de o trabalhador construir limites entre sua vida pessoal e o trabalho realizado no interior de suas residências. O trabalho remoto reforça a precarização das relações de trabalho anteriores à pandemia, como a estrutura muitas vezes inadequada para os atendimentos, carência de recursos financeiros e recursos humanos.

A emergência da ampliação dos profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos na composição de equipes multidisciplinares é uma discussão que se faz premente, visto a necessidade de regulamentação da Lei 13935/2019 (que prevê a inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos na rede pública de educação básica) e como atendimento às expressões da questão social agravadas no período pandêmico. A infrequência e a evasão escolar, o trabalho infantil, as múltiplas manifestações de



violência, a fragilidade das aprendizagens ocorridas nesse período são demandas que precisam ser estudadas e atendidas por equipe multidisciplinar tendo em vista a necessidade de se subsidiar o trabalho pedagógico e a viabilização do direito à educação.

O quinto artigo traz um importante resgate histórico sobre o trabalho profissional na política de Educação, bem como a importância do Assistente Social compor as equipes multidisciplinares na referida política, contribuindo para a construção de projetos educativos que partam da realidade social vivenciada pelos estudantes, e desmistificando o fazer profissional na referida política através da atuação profissional com todos os segmentos da comunidade escolar, contribuindo para a democratização do direito à educação.

Nesses dois anos da pandemia COVID-19, ainda estamos vivenciando o afastamento diário de crianças e adolescentes do cotidiano escolar. Realidade que irá aumentar ainda mais os índices de infrequência e evasão escolar, as dificuldades de aprendizagem e a qualidade social e política do processo de construção do conhecimento, bem como as diferentes formas de violência até então identificadas pela escola e encaminhadas para atendimento aos demais serviços da Rede de Proteção Social. Os impactos futuros desse período, precisarão ser estudados por todos os profissionais presentes na dinâmica dessa política pública para que se possa, com base em indicadores, planejar ações estratégicas que minimizem os impactos e superem os desafios postos pelo abismo da desigualdade social, que na educação se expressa pela não democratização desse direito social, negado historicamente à classe trabalhadora.

O exercício profissional na educação e a inserção da categoria nos espaços de políticas públicas, em tempos de negação de direitos fundamentais, tem exigido grande aprofundamento teórico e educação permanente das(os) Assistentes Sociais. No Brasil contemporâneo, é imprescindível discutir o contexto do Serviço Social na educação e produzir conhecimento se torna uma prática de resistência.

O artigo “A história do Serviço Social na educação no município de Araras-SP: os desafios da atuação profissional”, foi elaborado a partir da vivência de inserção profissional na educação do município de Araras-SP. A partir de pesquisa bibliográfica, a autora discorre sobre a importância da inserção do Serviço Social na educação, apresentando brevemente as normativas que versam a respeito da inserção do Serviço Social na escola e os subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação. Na sequência, a autora apresenta a história do Serviço Social escolar no município de Araras- SP. O artigo contextualiza a educação como um direito social e como importante instrumento de emancipação dos sujeitos. A autora discorre que no ambiente escolar várias são as manifestações da questão social, e que as atribuições e competências do/a assistente social são imprescindíveis para atuar nas expressões que extrapolam a prática pedagógica pertinentes à realidade social dos sujeitos. A



autora refere que o setor pedagógico por si só não abarca todas as demandas que o universo escolar exige. Nesse sentido, as normativas e bibliografia corroboram que a inserção do Serviço Social na escola é de extrema relevância e importância, visto que a atuação profissional, além de ser socioeducativa, colabora com a efetivação de direitos dos estudantes e suas famílias, contribuindo com a permanência escolar.

Ao apresentar o histórico da inserção de Assistentes Sociais na escola e a estrutura do trabalho executado em Araras, a autora ressalta o longo caminho da categoria profissional para atuar de forma adequada e conforme estabelece o Código de Ética profissional. A autora conclui que mesmo após uma longa trajetória do Serviço Social nas escolas do município, ainda são muitos os desafios. Um deles é pautar um trabalho preventivo na escola, quebrando o paradigma de que o/a Assistente Social teria competência apenas para atuar em conflitos já instaurados, que poderiam ser evitados se fosse possível estabelecer uma maior abordagem e articulação entre todos os atores institucionais e da rede de atendimento. Por fim, o grande desafio é efetivar a inserção do Serviço Social na escola independente das trocas de gestão municipal.

O artigo “Serviço Social na educação: saberes e competências”, apresenta como o Serviço Social na educação pode contribuir, não só para a qualidade do ensino, mas com a articulação entre as políticas públicas para o acesso aos direitos fundamentais. O trabalho foi dividido em três seções. Na primeira seção, a autora contextualiza as normativas que configuram a inserção do serviço social na política de educação. A segunda seção aborda o Serviço Social e as diversas formas de atuação e contribuição na educação. Por fim, são realizadas as considerações finais, retomando os principais aspectos e reflexões do estudo.

A autora expõe que a inserção de Assistentes Sociais na educação não é algo novo. Contudo, os desafios e as demandas apresentadas à profissão não são menos complexas. A partir da contextualização das normativas que configuram a inserção do Serviço Social na educação, a autora disserta sobre a necessidade de compreender a importância e o papel exercido pelo/a Assistente Social dentro do ambiente escolar.

Apresentando Amaro (2011), Iamamoto e Carvalho (2009), Ribeiro (2018), entre outros(as) estudiosos(as) da área da educação e do Serviço Social, a autora discorre que o/a Assistente Social, em um espaço multiprofissional e não sozinho(a), pode colaborar nas rotinas diárias das práticas educacionais, minimizando fatores que afetam a permanência de estudantes no ambiente escolar. Considera-se, a partir dos(as) autores revisados ao longo do artigo, que o baixo rendimento escolar e evasão, na maioria das vezes, estão ligados a fatores sociais, culturais e econômicos que interferem nos processos correlacionados no campo escolar, apresentando demanda pertinente ao olhar crítico e instrumentalizado do(a) Assistente Social. Nesse sentido, o espaço do Serviço Social dentro da escola, articulado com os demais ato-



res da comunidade escolar, compõe o enfrentamento às manifestações da questão social que se expressam no ambiente da escola.

No artigo intitulado “O Serviço Social e a Educação Especial na Apae de Santa Cruz do Sul”, a autora denuncia as vivências ainda de preconceito e falta de respeito para com as pessoas com deficiência em seu cotidiano profissional. Tais expressões enfatizam a importância do trabalho do(a) Assistente social a ser desenvolvido, em especial dentro da Educação Especial.

O artigo, a partir de análise documental, contextualiza como o Serviço Social vem contribuindo para o acesso e garantia dos direitos sociais de crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo, que estão inseridas na Educação Especial na APAE de Santa Cruz do Sul. O estudo está dividido em duas seções e as considerações finais. A primeira enfatiza a historicidade do surgimento da Educação Especial no Brasil, assim como o surgimento das APAEs. Em seguida, aborda a trajetória da APAE de Santa Cruz do Sul, bem como a do Serviço Social na entidade, apresentando os projetos, programas e serviços prestados, dando visibilidade às atividades, aos instrumentos de trabalho e ao objeto de intervenção profissional, focando no processo de trabalho profissional.

Entre outros estudiosos(as) do tema, a autora articula suas reflexões com as de Yamamoto (1997), no sentido de que é no cotidiano da escola que perpassam as mais variadas expressões da questão social, com demandas que advêm da desigualdade e exclusão social, justificando assim a presença do Serviço Social na Educação. E na Educação Especial tais expressões se complexificam pela presença do estigma, discriminação e resistência à inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Pelas atribuições e competências profissionais, o(a) assistente social inserido no ambiente da Educação Especial intervém em princípios norteados pelas normativas da profissão, garantindo os princípios que a constituem, promovendo o enfrentamento e a intervenção qualificada, propositiva dentro dos balizadores do acesso universal, inclusão e permanência dos sujeitos com deficiência, primando pela gestão democrática do ambiente institucional. A autora conclui enfatizando a importância da luta pela educação inclusiva, do reconhecimento da Pessoa com Deficiência como um ser de direitos a ser respeitado, e o zelo e monitoramento dos gestores públicos para a efetivação desses direitos expressos na legislação brasileira.

No artigo intitulado “Racionalidade neoliberal na Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades para o Serviço Social”, para além de um espaço de formação e sociabilidade, a autora traz elementos da contemporaneidade, vivenciados em sua trajetória profissional, que refletem em um conceito de educação baseado na meritocracia e na competição. A partir de uma revisão de literatura, a autora se propôs a discutir os desafios e estratégias na construção de uma educação para a cidadania na EJA. A terceira seção, contextualiza brevemente a história da EJA. Na sequência, apresenta a constituição do Serviço social na realidade brasileira e





apresenta algumas estratégias de resistência e intervenção para o Serviço Social. As considerações finais instigam o debate sobre essa temática, tendo em vista que ela não se esgota.

O artigo aborda as inquietações advindas do universo de diversidade que compõem o ambiente da EJA. A necessidade de pautar quais estratégias são possíveis para o resgate de espaços de constituição de ações democráticas e emancipatórias dos sujeitos, que possam fazer frente à racionalidade neoliberal dentro do espaço escolar. A autora articula suas ideias com pensadores(as) como Dardot e Laval (2016), Brown (2019), Closs (2015), Keller (2019) entre outros(as) da área da educação e do Serviço Social. Importante perspectiva é abordada sobre o novo modelo escolar que constitui a EJA pelas transformações históricas e políticas ocorridas, e de como o Novo Ensino Médio pode acirrar a competitividade entre os sujeitos. Como consequência, esse novo modelo produziria apenas mão de obra mais qualificada para atender às demandas do capital, ficando cada vez mais distante o enfrentamento da racionalidade neoliberal na atual conjuntura. A autora problematiza sobre a importância das estratégias para o projeto de educação básica posto, que inibe os sujeitos de se reconhecerem enquanto coletivo, desmobiliza a construção do pensamento crítico e convoca o Serviço Social a contribuir na defesa dessa classe trabalhadora que busca o acesso à educação.

O estudo “O lugar do Serviço Social na educação básica: perspectivas de atuação no município de Natal/RN”, foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e documental, onde a autora traz sínteses teóricas sobre a educação básica no Rio Grande do Norte, o Serviço Social na educação e o trabalho do Assistente Social em escolas.

Excelente leitura!



# 1 O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

Iris de Lima Souza<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira é resultado de uma lenta e difícil construção histórica, política e social que, apesar dos avanços conquistados ao longo do tempo - seja através de lutas sociais e movimentos reivindicatórios, reformas, leis e reestruturação do aparato estatal -, ainda encontra em sua efetivação disparidades que tornam o exercício de seus princípios e diretrizes desconexos dos parâmetros constitucionais (em muitas localidades do país), deixando lacunas diante da ausência ou minimização de um sistema educacional nacional de qualidade para toda a população brasileira.

Como uma das políticas sociais de proposição e atuação da(o) profissional de Serviço Social, o lugar ocupado na política de educação data desde o seu período de profissionalização, nos anos 1930. Contudo, é nos anos 1980 que essa política pública se configura ainda mais como plausível da inserção e atuação de Assistentes Sociais nos espaços de educação formal, haja vista, a educação ser pautada na Constituição Federal de 1988 como direito de todos e dever do Estado e da família. Nota-se que essa inserção e atuação é diferenciada por região e município diante das demandas, necessidades, efetividade e eficiência para execução da política de educação.

A educação básica, particularmente, é o nível de ensino que, em tempo presente, se delimita mais fortemente como espaço de trabalho da(o) Assistente Social diante à promulgação, em 11/12/2019, da Lei 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica, em âmbito nacional. Esse nível de ensino, em suas modalidades de ensino infantil,

---

1 Pós-doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Doutora em Educação - UFRN (2008). Mestra em Educação - UFRN (2003). Especialista em Gestão e Coordenação do Processo Pedagógico (2001). Bacharela em Serviço Social - UFRN (1998). Professora convidada em cursos de Serviço Social (graduação e pós-graduação). Atuou como Docente da Universidade Potiguar e da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, e assistente social na área de crianças e adolescentes em situação de violência, abuso, exploração e tráfico sexual. Desenvolve estudos científicos e trabalhos técnicos sobre o Serviço Social na Educação, tendo como publicação o livro “Serviço Social na Educação: que saberes? Que competências?”. E-mail: irisdelimasouza@gmail.com



fundamental e médio, é parte das discussões sobre o ensino público de qualidade, laico e gratuito a ser garantido a toda população.

As análises construídas sobre o lugar do Serviço Social na educação básica, no Estado do Rio Grande do Norte (RN) e, particularmente, no município de Natal, parte da compreensão de que o tempo presente demanda outras formas de planejar, fazer e educar apontando, cada vez mais, a viabilidade dessa profissão colaborar no processo educativo em instituições formais de ensino, particularmente em escolas públicas.

O cenário da educação básica nessa localidade - não diferente de muitos outros estados e municípios -, é de uma estrutura física, material e humana deficitária e fragilizada: espaços físicos e equipamentos em mau estado de conservação, insuficientes para a demanda do número de estudantes; propostas pedagógicas sem ações criativas e críticas que estimulem o permanecer em sala e o protagonismo de estudantes; não efetividade da gestão democrática; salários dos professores e letras de progressão em atraso, dentre outras vulnerabilidades.

Nessa linha de intelecção, pensar as perspectivas de atuação de assistentes sociais na educação básica, no citado universo de análise, exige considerar a trajetória da profissão na política de educação, as suas aproximações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento, a promulgação da Lei 13.935/2019 e as perspectivas de atuação dessa profissão na educação básica com base na realidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Com base nessas considerações, trazendo recortes analíticos passados, dialogados com questões teóricas presentes, é que se estrutura esse artigo propondo uma metodologia de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa e objetivos descritivos e explicativos. Formata-se, assim, sínteses teóricas a partir de procedimentos de pesquisa plasmados em levantamento bibliográfico e documental sobre o Serviço Social na educação, a educação básica no Rio Grande do Norte e o trabalho de assistentes sociais em escolas.

## UM RÁPIDO CAMINHAR PELA TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A inserção do Serviço Social na educação tem sua gênese a partir do seu processo de profissionalização, sendo as escolas espaços de atuação desde os primórdios da profissão, na década de 1930, no Brasil. A trajetória da profissão nas escolas decorreu de acordo com cada momento histórico e localidade; os fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais interferiram de maneira significativa no fazer profissional das(os) assistentes sociais em seus espaços socio-ocupacionais.



Na América Latina, a atuação da Assistente Social na educação escolar, segundo Ottoni (1978), orientou-se após a Segunda Guerra Mundial, a fim de reorganizar a sociedade e trabalhar frente a um universo com diversidades de formação e divergências entre os egressos das escolas e as gerações de profissionais. Escolas e profissionais mais antigos resistiam às mudanças propostas. Em um contexto de forte influência da Igreja na vida da população, cujas ações voltavam-se aos princípios cristãos, a fim de disciplinar o proletariado à ordem e preceitos capitalistas, as profissionais atuavam – na década de 1930, extensivo aos anos 1940 –, em uma perspectiva de ajuda e ajustamento social. Nesse período, a escola se configura como espaço de “ação social”; uma “agência social” que se transformou em lugar de preparação para a vida - plena e harmoniosa - que devia ser organizada para buscar elementos positivos do caráter e da personalidade de estudantes.

Em uma época de instabilidade social e política, fenômenos como: o aumento da miséria, da violência e das reivindicações populares, são percebidos como desajustamento moral que precisava ser tratado. De acordo com Iamamoto,

A miséria, o pauperismo do proletariado urbano, aparecerão como situação patológica, como anomia, cuja origem é encontrada na crise de formação moral desse mesmo proletariado. Em sua capacidade de ocupar o lugar e alcançar o bem estar (não definido) a que tem direito e que a sociedade lhe reserva. (IAMAMOTO, 2013, p. 245).

Nessa perspectiva, a Assistente Social realizava inquéritos sociais, sendo agente de ligação entre a família, a escola e a sociedade para dar unidade à ação educacional, criando um conjunto de medidas de ajuda às famílias através do provimento de necessidades básicas de subsistência, de vida higiênica e sadia. A atuação da profissional amparava-se por uma lógica psicossocial, cujo indivíduo em vulnerabilidade era tratado como disfuncional ao contexto vigente precisando ser adaptado e integrado; um fazer profissional centrado na perspectiva do assistencialismo, em que se induzia o indivíduo a determinada maneira de pensar e agir, assim como apresenta Abreu (2018, p. 85): “O desenvolvimento do processo de ‘ajuda’ psicossocial individualizada no Serviço Social parte do ponto de vista de que a questão social [...] constitui-se um problema moral.”

Destaca-se que, foi no primeiro Congresso Pan-Americano, em 1945 – momento em que se iniciam as trocas de saberes, experiências e discussões sobre a profissão –, que a área da Educação, juntamente com a Saúde, tiveram lugar de destaque nos debates e deliberações.

Adentrando a década de 1950, assistentes sociais são convocados a atuar cada vez mais junto às camadas pobres da sociedade - Uma sociedade que buscava



assumir um caráter mais moderno e desenvolvido para o fortalecimento do sistema econômico capitalista. Na perspectiva de intervir não mais sob uma postura e ação moralista, a profissional participa mais ativamente junto ao proletariado assumindo, então, um perfil pedagógico de participação, de interação mais ativa (que impulsionava monitoramento e controle das ações dos sujeitos), aos moldes da classe dominante, como apresenta Abreu (2018):

A participação [...] se constitui, então, um artifício direcionado ao mascaramento da estrutura concentradora de poder e de renda, colocando-se seja como via de acesso técnica e politicamente controlada das classes subalternas a bens e serviços necessários a sua subsistência, seja como dissimulação das reais possibilidades de participação política na estrutura de poder existente na sociedade. (ABREU, 2018, p.117).

De acordo com Amaro (2011, p.19), “a intervenção no espaço educacional seguia a ideologia desenvolvimentista voltada à preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital”. Em síntese, o fazer profissional da Assistente Social se dava na perspectiva da organização social, do crescimento, desenvolvimento e participação da comunidade; estrategicamente, objetivava envolver a população nos programas do governo, como forma de entreter e evitar qualquer tipo de mobilização e revolução social (SOUZA, 2012).

Com o processo de redefinição do projeto profissional do Serviço Social, nos marcos do chamado Movimento de Reconceituação, a partir dos anos 1960, a ação pedagógica da(o) profissão começa a assumir um caráter de emancipação do ser social - das classes subalternas. As estratégias pedagógicas anteriormente adotadas, de “ajuda” e “participação”, com um teor de benevolência e persuasão, ganha agora um caráter contestador da ordem vigente, cuja intervenção profissional se pauta numa ação educativa de

[...] construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas [...], visando a recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante. (ABREU, 2018, p. 134).

No espaço das escolas, a(o) Assistente Social deve assumir um perfil social e educativo que possibilite a comunidade escolar percebê-la(o) como aliada(o) no



jogo de forças que perfazem essa área. Tomando empréstimo da fala de Freire (2006, p. 49), em sua obra “Educação na cidade”, é necessário que o profissional, em sua prática, deixe explícito a “natureza política de sua prática”, a sua posição política e ideológica.

Registra-se que, nessa década, a evasão escolar, o fracasso, a insuficiência e a dificuldade na aprendizagem, a má conduta dos estudantes interferindo nas aulas e na disciplina escolar, eram questões voltadas para o Serviço Social. Entretanto, era um trabalho que poderia ser desenvolvido junto com outras especialidades da escola, no sentido de contribuição sociopedagógica, para modificar a percepção e a forma de tratamento que era dada aos estudantes considerados mais difíceis. Para Vinter e Sarri (1968, p.10-11),

El servicio social de grupo complementa pero no excluye el uso de otros servicios más tradicionales para lograr los objetivos pedagógicos. Esta labor se concibe como una parte integrante de los servicios sociales escolares y ha de ser apoyada por el personal de la escuela y coordinada estrechamente con sus actividades. Los trabajadores sociales mantenían frecuentes contactos con los maestros, asesores y consejeros, y el personal administrativo.

É no final da década de 1970 e início de 1980, conforme Amaro (2011), que outras funções e competências da(o) Assistente Social vão surgindo: identificação de casos de desajuste social, com orientação a pais e professores à respeito do tratamento adequado aos estudantes e filhos; observação da situação social e econômica dos estudantes e de suas famílias; orientação às famílias no encaminhamento de questões previdenciárias; preparação de relatórios e disponibilização de informações sobre suas atividades, dentre outras. Inicia-se, assim, uma compreensão crítica de que o espaço da escola vem sendo utilizado como ferramenta ideológica, ou seja, de influência/reprodução dos interesses da educação massificadora, tradicional e capitalista. A partir disso, o Serviço Social constrói práticas que visam, também, problematizar a educação considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, bem como, as contradições e desigualdades de classes que perpassam o espaço escolar.

Nos anos 1980/1990, a sociedade brasileira conquista um marco em sua história que foi a Constituição Federal de 1988, a qual propiciou grandes transformações na dinâmica social concernente aos direitos sociais e o seu desenvolvimento, e isso refletiu e contribuiu para o avanço do Serviço Social nas mais diversas áreas, como a assistência, saúde e educação, com reconhecimento substancial da profissão. Nesse período, também, a apropriação das teorias de Marx e o método crítico-dialético possibilita ao profissional alçar voos mais críticos na análise da sua formação, da sua



prática e da conjuntura social.

Dentre as experiências de Assistentes Sociais na educação nesse período, têm-se as ações junto à pessoas com deficiência (em Centros Especializados) e suas famílias; a identificação de casos de desajuste social e escolar, a integração família-escola e a adaptação da família aos valores da escola; a realização de estudos sobre a história de vida dos(as) estudantes; a resolução de problemas como, evasão, repetência, desmotivação, dificuldades nos relacionamentos, absenteísmo às aulas; e demais desconfortos escolares que apresentavam como causas problemas advindos da família e da comunidade. Ações essas ainda presentes na contemporaneidade.

A partir de 1990 percebe-se uma atuação do profissional mais em Coordenadorias e Secretarias de Educação, com o papel de assessorar Professores, Pedagogos e Psicólogos que estavam em processo de avaliação; implementar mecanismos de política da Gestão Democrática na rede Pública de ensino; implementar conselhos escolares; (COSTA; SANTOS, 2001); além de ações socioeducativas em questões como, drogadição, gravidez precoce, maus-tratos e negligência infantil, depressão infanto-juvenil.

Nos anos 2000 até os dias atuais, o diálogo do Serviço Social com a Educação ganha novo fôlego, sendo pautado por um viés pedagógico ainda centrado na luta pela possibilidade de emancipação do ser social. O novo caminhar trilhado toma forma com a expansão de profissionais da área discutindo e publicando sobre esse tema (sejam produções teóricas ou da prática profissional); abertura de pós-graduações sobre o Serviço Social na Educação e temas afins; socialização de experiências de profissionais que já atuam na área, via eventos científicos e técnicos; elaboração, em alguns municípios, de projetos de lei para a inserção de Assistentes Sociais em escolas e a promulgação de Lei nacional (Lei 13.935/2019) de inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos na educação básica, após 20 anos de luta; e editais de abertura de concurso público para atuação em escolas e Secretarias de Educação.

Denota-se, assim, que no caminhar da história da educação, a(o) assistente social vai assumindo diferentes atribuições, pautadas em uma abordagem mais conservadora e positivista ou em abordagens mais críticas e dialéticas: estabelecimento e fortalecimento das relações entre a escola e os pais; integração das crianças com dificuldades de adaptação à vida escolar; diagnósticos sociais; desenvolvimento de um trabalho articulado com outros profissionais que atuam na escola; construção de um espaço democrático de diálogo; elaboração de mecanismos de combate à expressões da questão social.

Atribuições essas, muitas vezes, ainda percebidas no tempo presente, mas, com uma nova configuração, finalidade e identidade pedagógica diante do cenário social e político. É importante mencionar que foram as escolas primárias (e o trabalho com crianças) e a educação infantil, os primeiros espaços e o primeiro nível de ensino em



que o profissional atuou. Na atualidade, a educação básica ressurgiu como nível de ensino central para a inserção e atuação de Assistentes Sociais em escolas diante do seu caráter obrigatório e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), da promulgação da Lei 13.935/2019, da educação não ser um direito universal como dispõe a Constituição de 1988 e do sentido que damos hoje a educação: um complexo constitutivo da vida social, um processo de formação humana que nos acompanha em diferentes campos ao longo da vida. E esse complexo é marcado pelas contradições, pelas lutas societárias, pelos projetos coletivos e de classe (BRASIL, 2011). Uma educação, como diz Mészáros (2008, p. 65) que tem um papel soberano

[...] tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.

Reforça-se que, essa atuação acontecerá diferentemente em cada estado e município, em cada região e cidade. Depende de fatores sociais, econômicos e políticos desses territórios, das demandas advindas dos sujeitos sociais, da representação social que tem a política de educação, do reconhecimento do Serviço Social como profissional também da educação.

## **A EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL**

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica no Brasil, de 2021, questões como, acesso à educação, evasão escolar, baixa qualidade do sistema de ensino, problemas de infraestrutura (água potável, por exemplo) que dificultam a segurança sanitária e a aprendizagem presencial, são parte da história da educação brasileira que se expandiu no cenário atual de pandemia.

Na realidade do Rio Grande do Norte, com uma população de 3.534,165 pessoas, um total de 804.775 estudantes foram matriculados na educação básica em 2021, sendo 79,6% em estabelecimentos de ensino público (ANUÁRIO..., 2021). Porém, em um contexto adverso, dada a pandemia do novo coronavírus, desde 2020 registra-se que “[...] cerca de 1 milhão de crianças e adolescentes dos 6 aos 18 anos estão fora da escola em 2021 [...]” diante das infinitas impossibilidades de acessarem as plataformas digitais de ensino e assistirem as aulas em formato remoto. Estima-se que o ensino não presencial possa ter colaborado com o aumento do número de estudantes fora da escola – que era de aproximadamente 54 mil em 2019, segundo o





Censo Escolar – e também com a evasão.<sup>2</sup>

Se, em anos anteriores, 2016, a educação básica no estado mostrou resultados preocupantes, com um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estagnado há quatro anos, o último IDEB, de 2019, divulga que a Educação do RN avançou em todas as etapas de ensino da educação básica, com um movimento ascendente de contínua melhoria: “[...] o Ideb evoluiu de 4,6, em 2017, para 4,9 em 2019, considerando o resultado da rede estadual.” Mesmo sendo um avanço modesto, os números revelam que o estado saiu da estagnação e progride para que os “[...] os alunos permaneçam na escola, sejam aprovados e aprendam mais [...]”, segundo o secretário de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.<sup>3</sup>

Não se pode negar que, possivelmente, esse dado quantitativo do INEP é indicativo do desempenho do estado no cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, contudo, infere-se que frequentar ou não, concluir ou não esse nível de ensino subjaz à análise qualitativa dos fatores que contribuíram para esse crescimento positivo.

O último Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revela avanços na educação básica do RN: no RN, o percentual da população com faixa etária de 6 a 14 anos que frequenta ou já frequentou o ensino fundamental é de 98,3%. O dado é referente ao ano de 2017 e coloca o RN na terceira posição entre os estados do Nordeste com o melhor resultado (SEEC/ASSECOM, 2018, [http:// www.educacao.rn.gov.br](http://www.educacao.rn.gov.br)[...])

Outro número relativo a esse nível de ensino é o quantitativo da população que chega aos 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluso: 68,7% da referida faixa etária. O estado, assim, entre os nordestinos, fica atrás apenas do Ceará, que surge no relatório com 76,2%. [...] Já os potiguares com 15 a 17 anos de idade que, em 2016, estavam sendo atendidos pela Educação Básica ou já haviam concluído essa etapa de ensino, chegou aos 90%. Isso coloca o RN em quarta posição nordestina nesse item do relatório. Os indivíduos que, no mesmo período, frequentavam o ensino médio somaram 62,2% da população (SEEC/ASSECOM, 2018, [http:// www.educacao.rn.gov.br](http://www.educacao.rn.gov.br)[...]).

Ainda que os documentos e pesquisas revelem, em termos percentuais, um cenário satisfatório da educação básica no RN, o quadro desenhado nas escolas do Rio Grande do Norte e, particularmente, de Natal – não distante de muitos outros estados e municípios –, é de uma estrutura física, tecnológica, material e humana fragilizada: espaços físicos e equipamentos em mau estado de conservação,

2 Fundação Lemann/BID/Itaú Social via Data Folha apud TRIBUNA DO NORTE, 11/07/2021.

3 Disponível em: <http://www.educacao.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=240159&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=ACERVO+DE+MAT%C9RIAS>. Acesso em: 21 out. de 2021.



insuficientes para a demanda do quantitativo de alunos; propostas pedagógicas sem atividades atrativas e práticas que estimulem a permanência; salários dos professores e letras de progressão em atraso; salas de aula, refeitórios, bibliotecas, laboratórios de informática que estão inativos diante da escassez de recursos ou manutenção periódica.

Dentre outras fragilidades no processo educativo, temos um déficit de professores nas escolas públicas que, conseqüentemente, provoca falha nos componentes curriculares (no conteúdo das disciplinas) e na conclusão qualitativa nas modalidades da educação básica (infantil, fundamental e médio) (ARAÚJO, 2016, [http://www.tribunadonorte.com.br\[...\]](http://www.tribunadonorte.com.br[...])). Professores que estão fora das salas de aula - mesmo sendo concursados e nomeados para atuar em escolas - e lotados em espaços técnico-administrativos nas Secretarias de Educação; e professores que, diante de questões de saúde, estão afastados da sua função.

Na atualidade do Rio Grande do Norte, se apresenta uma preocupação com a educação básica no referente às discussões sobre a construção da estrutura curricular, a Base Nacional Comum do Ensino Médio, ampliação da jornada de ensino-aprendizagem nas escolas (educação em tempo integral), Educação de Jovens e Adultos, abertura de novas turmas na educação do campo, estrutura física dos prédios de funcionamento das escolas, além da efetivação dos professores em sala de aula. Denota-se um olhar para questões que não são novas, mas, que assume uma nova configuração diante de uma fragilidade social que se arrasta a passos lentos desde séculos passados.<sup>4</sup>

São questões a serem trabalhadas a partir da Lei nº 10.049, que aprova o Plano Estadual de Educação no Rio Grande do Norte, em 27 de janeiro de 2016, com vigência de 10 anos. Um plano que tem como direcionamento, dentre as suas oito dimensões, a qualidade da educação básica referente às condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar (Dimensão 2); e a efetivação de uma educação articulada aos movimentos sociais e pautada na inclusão e nos direitos humanos (Dimensão 8). (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 1).

Três metas estão propostas para que essa Dimensão 2 se materialize. Na Meta 2 – “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica” –, uma das estratégias é

6 – Garantir serviços de apoio e orientação aos educandos, com fortalecimento de políticas intersetoriais, em regime de colaboração entre as instituições de saúde, assistência e outras, para que se

4 Disponível em: <http://www.educacao.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=240159&ACT=&PAGE=0&PARAM=&LBL=ACERVO+DE+MAT%C9RIAS>. Acesso em: 21 out. de 2021.



assegurem à comunidade escolar direitos e serviços da rede de proteção.” (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 12 – grifo nosso).

Esse apoio que viabilize a garantia de direitos e serviços da rede de proteção à comunidade escolar, faculta uma das defesas para a inserção da(o) profissional de Serviço Social nas escolas. Profissional com competências específicas e atuação em diferentes políticas públicas e sociais, dentre elas, a política de educação disposta no Plano Estadual de Educação do RN.

Outra estratégia a ser efetivada na Meta 2, é a criação de mecanismos de incentivo e sensibilização à participação das famílias, em debates, seminários, palestras e cursos, promovidos pelas áreas de educação, saúde e assistência social, a fim de contribuir no desenvolvimento de crianças (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 12). Salienta-se que, o trabalho com famílias é parte do exercício profissional da(o) assistente social; está presente nas diferentes demandas apresentadas em seus espaços sócio-ocupacionais e políticas públicas e sociais, dentre elas, a Educação, particularmente, em escolas.

A Meta 3 – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem – nos fornece outras estratégias possibilitadoras da ação da(o) Assistente Social:

5 – Estimular e garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na elaboração de projetos político-pedagógicos e curriculares, por meio de planos de gestão e regimentos escolares que assegurem a diminuição dos índices de reprovação e abandono dos alunos, incluindo objetivos de aprendizagem condizentes com a melhoria da qualidade social da educação.

17 – Implementar, em regime de colaboração entre Estado e Municípios, políticas de inclusão e de permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

22 – Assegurar a atuação da equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo, entre outros) nos centros de atendimento especializado destinados ao público-alvo da educação especial. (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 15).

Na estratégia 5 é perceptível outra possível interlocução da(o) Assistente Social na educação básica do RN, quando se pensa uma ação socioeducativa de estímulo à participação da comunidade escolar na elaboração dos projetos político-pedagógicos das escolas. Esse mecanismo trata da criação e operacionalização



da gestão democrática no interior das escolas, cujo profissional pode contribuir direcionando a sua atuação para a garantia dessa gestão, conforme preconizado no documento “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de educação”. A garantia dessa gestão trata-se de “[...] uma dimensão cuja construção depende, essencialmente, da afirmação dos pressupostos éticos e políticos que orientam o projeto profissional do Serviço Social” (BRASIL, 2014, p. 48).

A partir do momento em que se propõe a implementação de políticas de inclusão e de permanência para crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e em situação de rua, o conhecimento sobre as legislações voltadas a esse público são essenciais para a efetivação da estratégia 17. Infere-se que é preciso os profissionais da comunidade escolar não apenas conhecer os princípios que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente que ampara esse segmento, mas, sobretudo, assumir um perfil pedagógico interpretativo e socializador das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social - perfil esse, que caracteriza, também, o trabalho do/a Assistente Social (BRASIL, 2014, p. 53). Tem-se, assim, mais um elemento que potencializa a necessária inserção de Assistentes Sociais nas escolas.

A estratégia 22, apesar de propor assegurar a atuação de equipe multidisciplinar, dentre eles Assistentes Sociais, deixa uma lacuna. Essa atuação seria direcionada apenas para o público da educação especial, não considerando todos os demais públicos, independentemente se tem ou não alguma deficiência. Assim, mesmo que Assistentes Sociais sejam mencionados no Plano Estadual do RN, não quer dizer que existe um reconhecimento da nossa inserção no interior das escolas; que a nossa atuação não aconteça, apenas, em nível de parcerias estabelecidas com as políticas intersetoriais.

A nossa atuação na educação básica do RN também pode ser vislumbrada na estratégia 24, a qual sugere estabelecer ações voltadas para a promoção, a prevenção, a atenção e o atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, a fim de melhorar a qualidade social da educação e a aprendizagem de estudantes. Concebendo o trabalho de Assistentes Sociais na política de educação como extensivo aos demais profissionais da educação e às famílias dos estudantes, a nossa atuação pode contribuir também nessa modalidade de intervenção dada a “[...] capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação [...]”, conforme os subsídios do CFESS (BRASIL, 2014, p. 51).

Metas e estratégias como essas, dispostas em um Plano de Educação Estadual, se caracterizam como fonte de defesa da nossa necessária intervenção na educação, particularmente, em escolas. Contudo, não nos deslumbramos em pensar que essa inserção, em alguns estados e municípios, será de fácil efetivação, quer seja por uma questão política e econômica, quer seja pela não compreensão e reconhecimento da



nossa contribuição junto à comunidade escolar, ou pela força política que a nossa presença pode representar e intimidar.

A partir desse Plano temos, dentre os programas elaborados na Secretaria Estadual, o ProFundamental e o ProMédio (programas de fortalecimento dessas modalidades), o RN Alfabetizado, o ProGestar (programa de fortalecimento de gestão escolar para a aprendizagem), o ProfMais (programa de valorização dos profissionais da educação) e o RenovEscola (programa de reformas, aquisição de equipamentos e materiais e ampliações de escolas).<sup>5</sup> São programas que propiciam um trabalho multidisciplinar e integrado.

Em relação aos municípios do RN, evidencia-se a elaboração ou participação de Assistentes Sociais em plano, projetos e ações socioeducativas, e a atuação em núcleos de atendimento: Plano Municipal de Políticas Sobre Drogas; Projeto Cuidando do Bem Estar Durante e Pós Pandemia; Projeto Retorno às aulas presenciais com saúde; Convivendo em família, fortalecendo valores; Monte Castelo saudável; Escola promotora de Direitos Humanos; Como a escola pode se preparar pós-pandemia Covid-19; Núcleo Psicossocial; Núcleo do Aluno Presente (Decreto Nº 5.917/2018); Núcleo de Práticas Restaurativas (Decreto Nº 5.696/2014).

Portanto, pensar a educação básica hoje, vai além de ser um mecanismo de empoderamento, emancipação e protagonismo social e político. A educação é uma dimensão na vida e na história do ser humano que não pode ser visualizada como uma obrigação a ser cumprida, mas, como uma escolha para se conquistar a cada dia o que, historicamente, se configura como direito fundamental do ser humano: a liberdade de ir, vir, falar, ouvir e, sobretudo, pensar e decidir. Afinal, como diz Mészáros (2008), a educação não é um negócio que funciona suspensa no ar; ela é criação que deve ser qualificada para a vida e se abrir para o mundo.

Como instância que possibilita a emancipação humana compreende-se que a educação, tão bem difundida e defendida por Freire (2011), tem que ser pensada não como a chave das transformações do mundo, mas, como possibilidade de se exercitar a prática da liberdade e de se interrogar sobre o amanhã. Ainda, segundo o autor, “[...] a existência humana não pode ser muda, silenciosa, [...]. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2011, p. 23).

É importante deixar claro que a liberdade aqui pronunciada, não é a liberdade propagada nos tempos atuais pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC). O termo liberdade proposto pela BNCC, a utiliza para justificar a escolha do ser humano pelo seu desenvolvimento político. Como uma promessa do capitalismo burguês, essa liberdade está condicionada às condições econômicas para se fazer escolhas, sendo assim, o indivíduo é responsável por suas autorrealizações, consequentemente,

5 Disponível em: <http://www.educacao.rn.gov.br/Conteudo.asp>. Acesso em: 12 de out. de 2021.



dependendo do *status* social que ocupa na esfera da sociedade, terá mais facilmente oportunidades e caminhos a serem trilhados. Fica explícito, portanto, que não existe lugar para todos e que a liberdade está acoplada à desigualdade.

Mesmo com a explícita necessidade da atuação de Assistentes Sociais nas escolas, esse profissional, na realidade do RN e de Natal, ainda não assume um espaço legitimado e regulamentado na educação básica. Registram-se experiências dessa atuação em escolas particulares que, dentre as suas políticas institucionais, tem a concessão de Bolsa Social de Estudo para alunos da educação básica; projetos de extensão de universidades privadas que desenvolvem atividades e estágios em escolas públicas (uma das atividades é o plantão social na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em escolas públicas); e atuação em Núcleos Psicossociais vinculados às Secretarias de Educação, cujo trabalho na educação básica é via demanda espontânea ou programada, de acordo com as necessidades das escolas e da comunidade local.

A partir da publicação da Lei 13.935/2019, e a contínua luta para a sua materialização, o Conselho Regional de Serviço Social do RN e sua seccional no município de Mossoró vem atuando na mobilização da categoria de Assistentes Sociais que já atuam na área ou pesquisam sobre o tema; na efetivação de eventos para discussão da temática; em reuniões com os conselhos de Psicologia para fortalecer a luta; no diálogo com Secretários de Educação do estado e dos municípios e com vereadores, estimulando a realização de audiência pública na Câmara de Vereadores.

Em síntese, precisamos pensar a nossa presença em escolas não como o profissional que contribui na transformação social dada a sua formação, mas, como profissional que pode contribuir diante da sua capacidade de apreensão da realidade, de dar visibilidade e atenção às expressões da questão social, de atuar na defesa incessante da garantia da vida e da sociabilidade humana (ALMEIDA, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se debate sobre o acesso à educação, mas, até a atualidade, esse acesso ainda não é universalizado em todos os níveis e modalidades de ensino; um acesso reconhecido no campo legal, mas, não no campo da análise teórica e prática. No Rio Grande do Norte, como em outros estados do Brasil, a política de educação vive um processo de desafios e perdas a serem enfrentados, mesmo frente a uma série de políticas e programas voltadas a melhorar e qualificar o ensino na educação básica.

Como parte dessa política, Assistentes Sociais travam uma luta constante pelo direito à educação para todos e todas em sua plenitude: acesso, permanência e formação continuada. Registra-se que, o desenvolvimento do Serviço Social na



educação ocorreu de forma heterogênea nos estados e municípios; o período de surgimento, a atuação nas diferentes modalidades de ensino, as funções e competências exercidas, não foram e nem podem ser homogêneas. Afinal, a política de educação está articulada em forma de sistema que contempla os interesses da união, dos estados e dos municípios.

O Assistente Social na educação básica, e na política de educação no geral, deve assumir a natureza ética e política da sua prática; deve buscar assumir um perfil, com competências e saberes, que possibilite à comunidade escolar percebê-lo como aliado no jogo de forças que perfazem esse espaço. Para isso, é necessário deixar explícito a sua posição política e ideológica de contribuição na construção, desenvolvimento e emancipação do ser social.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**. Florianópolis: Ed. UFSC 2011.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2021. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/estados-rio-grande-do-norte.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

ANDER-EGG, Ezequiel. El trabajo social como acción liberadora. **Cuadernos de Trabajo Social**, Buenos Aires, n. 9, [s.p.] 1974.

ARAÚJO, Ricardo. Educação no RN: “fracassado, não! Mas, cambaleando. **Tribuna do Norte**, Natal, 11 set. 2016. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/educaa-a-o-no-rn-a-fracassada-na-o-mas-cambaleandoa/357772>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.



IDEB 2019. Rede Estadual de Educação avança nos indicadores de aprendizagem. **SEEC/ASSECOM**, 2020.

Disponível em: <http://www.educacao.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=240159&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=ACERVO+DE+MAT%C9RIAS>. Acesso em: 17 de out. de 2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretária de Estado, da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. **Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte, 2016. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC000000000103587.PDF>. Acesso em: 17 out. 2021.

SALUSTINO, Felipe. Metade dos alunos da rede estadual do RN não acompanhou aulas. **Tribuna do Norte**, 2021. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/metade-dos-alunos-da-rede-estadual-do-rn-na-o-acompanhou-aulas/515169>. Acesso em: 10 out. 2021.

SEEC/ASSECOM. **Relatório do INEP registra melhorias na educação básica no RN**. Disponível em: <http://www.educacao.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=182951&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=ACERVO+DE+MAT%C9RIAS>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na educação: Que saberes? Que Competências?** Natal: EDUnP, 2012.

VINTER, Robert D.; SARRI, Rosemary C. Fallas de desenvolvimiento en la escuela publica: um enfoque de servicio social de grupo. **Revista de Servicio Social**, Michigan, n. 2,[s.p.], jun. 1968.





## 2 A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARARAS-SP: OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Ingrid Michele Nepomuceno <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1985, p. 7).

A educação é um direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme especificado no Art. 6º desta lei. Já o Art. 205, prevê que a educação é um direito de todos, que visa o pleno desenvolvimento da pessoa. Também é previsto no Art. 2º da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) e no Art. 4º da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA). E é um processo formativo que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art.1º da LDB).

Diante do exposto, é possível observar que a educação não se apresenta apenas como o processo de ensino/aprendizagem. Ela é primordial para a transformação e inclusão social, dos alunos e de todos que fazem parte desse espaço.

Conforme explica Emediato (1978, p. 207 apud XAVIER; NETO, FEIJÓ, 2019, p.104):

A educação é vulgarmente considerada um importante instrumento impulsionador da transformação social. Segundo a teoria liberal, a educação foi sempre considerada uma via para a mobilidade social e a chave de progresso individual e social.

Sendo assim, ela é um importante instrumento para a emancipação de uma população, tão fragilizada e excluída. Que por certas vezes, se tornam invisíveis diante

---

<sup>1</sup> Pós-Graduada em Gestão Pública, Universidade Federal de São Carlos. Pós-Graduada em Serviço Social na Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação de Araras-SP. E-mail: ingridnepomuceno@gmail.com



da sociedade. Considerando ainda o pensamento de Emediato (1978, p. 208 apud XAVIER; NETO, FEIJÓ, 2019, p. 106):

A teoria da educação subjacente à participação da escola e de outras organizações sociais nas modificações educacionais sustenta que existe um conflito de classes no âmago da sociedade capitalista, claramente expresso pelo nível cultural, não podendo este ser separado dos níveis político e econômico. [...] Durante a reconstrução, a sociedade, no seu conjunto, tem de sofrer um processo de mudança radical, sendo a educação considerada um instrumento importante neste processo.

E, por ser um importante instrumento de mudança, a escola traz consigo um espaço em que o aluno pode ultrapassar as limitações, que a vida e a sociedade lhe trouxeram. Podendo pensar e repensar novas formas de como a sua vida pode ocorrer. Sair em alguns momentos da situação de fragilidade, onde a educação pode proporcionar possibilidades futuras, que não se havia pensado.

O que se faz entender que, “as relações ultrapassam o curricular, o didático, o formal e o previsível nas conexões e divisas que são construídas pelos sujeitos que convivem em uma mesma escola” (AMARO, 2019, p. 23). Freire já confirmava que (1996, p. 44 apud AMARO, 2019, p. 22):

A vida na escola se revela não só nos conteúdos, livros e aulas, mas nas experiências informais que ocorrem nas salas de aula, no recreio, no pátio, em variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente que se cruzam cheios de significação.

Ao longo dos anos, a dinâmica do ambiente escolar foi se modificando, conforme as mudanças apresentadas na sociedade, e com isso os alunos trouxeram seus estigmas para esse ambiente. Uma vez que, “a criança nasce inserida num meio social, que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros”. (VYGOTSKY, 1989, p. 168 apud BASSO, 2018, p. 4). Confirmando-se que, “a família é a primeira agência de controle social da qual a criança participa, ocorrendo uma socialização baseada em contatos primários, mas afetivos, diretos e emocionais” (OLIVEIRA, 2003, p. 66 apud NOVO, 2018, p. 4). Sendo assim, ele reflete na escola, o que é vivenciado no ambiente familiar. E que, às vezes, pode afetar significativamente o seu processo ensino/aprendizagem, relações sociais e seu desenvolvimento.

Grande parcela dos indivíduos atendidos nas escolas públicas, são de classe baixa, o que leva a apresentar diversas questões sociais, sendo elas: trabalho informal,



desemprego, pouco acesso à saúde, envolvimento com entorpecentes (uso ou venda), pais ausentes, violência doméstica, maus tratos (físico, sexual e psicológico), desigualdade social, baixa escolaridade dos pais e/ou responsáveis, entre outros. Tais questões apresentadas, podem gerar: faltas excessivas, elevado nível de repetência, evasão escolar, insubordinação a regras, gravidez precoce, uso e venda de drogas lícitas e ilícitas e outros.

Nessa gama de complexidades apresentada pelos alunos, foi observado que os/as profissionais que fazem parte do universo escolar, não possuem manejo e técnica para atuar com tais situações. Todavia, o Assistente Social é o profissional que apresenta as habilidades e competências, para atuar nas questões apresentadas, que extrapolam a prática pedagógica e que influenciam no pleno desenvolvimento do aluno e a todos presentes nesse espaço.

De acordo com Neto e Carvalho (1987, p. 31 apud MARTINS, 2007, p. 177).

O Serviço Social é uma profissão que tem características singulares. Ela não atua sobre uma única necessidade humana (tal como o dentista, o médico, o pedagogo...) nem tampouco se destina a todos os homens de uma sociedade sem distinção de renda ou classe. Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternizados, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade. É por isso que os profissionais de Serviço Social atuam, basicamente, na trama das relações de conquista e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada.

Com base na Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a introdução do Assistente Social no quadro de profissionais da educação da escola pública, reconhece a importância da inserção desse profissional, em todo território nacional.

Desta maneira, confirma-se a hipótese de que há verdadeiramente a necessidade deste profissional na educação, pois no cotidiano escolar enfrentam-se complexas questões sociais que o conhecimento pedagógico não consegue enfrentar sozinho precisando de outros saberes como o do Assistente Social. (LOPES, 2006, p. 1).

E ressalta-se a importância do profissional no âmbito escolar, conforme explica lamamoto (1998, p.75):



O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

A inserção desse profissional no universo escolar, tende a trabalhar para efetivação de direitos desses alunos e seus familiares, que estão fragilizados e envoltos da vulnerabilidade social. E sendo a escola um espaço privilegiado para essa construção, onde tem a função social de prepará-los para conviver em sociedade. O que se entende e já frisado em lei, é que o papel da escola não é apenas o de processo ensino/aprendizagem.

E diante do exposto pelo CFESS (2001, p. 23), as demandas que devem ser atendidas pelos/as Assistentes Sociais na política da educação, são:

- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
- Vulnerabilidade às drogas;
- Atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

Já para Martins (1999, p.60), os objetivos de atuação do Assistente Social na política da educação, são:

- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;
- Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
- Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

Diante das questões apresentadas, é nítido que a escola por si só, não conseguiria suprir essas demandas. Uma vez que em seu cotidiano, já apresenta suas problemáticas relativas ao processo pedagógico. E com a inserção do Assistente Social nesse universo, a atuação só tende a colaborar para a permanência desse



aluno nesse ambiente.

Entende-se que com as mudanças advindas do processo evolutivo do ser humano, a escola também precisou se adaptar a essas evoluções. E por isso não se pode ter mais a visão de ensinar apenas educação escolarizada. Tal afirmação, podemos encontrar na LBD (Lei e Diretrizes de Base da Educação):

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

De acordo com os Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (CFESS, 2014. p. 39),

A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a Assistente Social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional.

O que caracteriza a importância desse profissional, na colaboração da construção do indivíduo nesse ambiente e sua família. Uma vez que o Assistente Social, também tende a ensinar e orientar a comunidade escolar e a todos que se fazem presente nesse ambiente, a importância de fazer valer seus direitos.



## ORGANIZAÇÃO DO ARTIGO

O artigo foi elaborado a partir do trabalho executado pela autora, no município de Araras-SP e através de pesquisa bibliográfica. Foi observado a importância de descrever esse trabalho, e como se manteve há 14 anos nessa política, após diversos entraves que precisaram ser enfrentados para se manterem. A ideia partiu do princípio da importância desses profissionais na política da educação, e como o Serviço Social pode agregar seus saberes no universo escolar. Uma vez que o pedagógico por si só, não conseguiria intervir nas questões sociais, existentes nesse espaço.

## A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ARARAS- SP

A inserção do Assistente Social na política da educação no município de Araras-SP, se concretizou em 2006. Na ocasião, a profissional alocada na Secretaria Municipal de Educação, atendia todas as escolas municipais. Mas, a prioridade eram os casos da Educação Especial. Já que na época, os alunos com deficiência, síndrome, transtornos e outros, ficavam alocados em escolas específicas dessa modalidade. A profissional atendia especificamente os casos mais graves, não conseguindo desempenhar um trabalho preventivo, devido ao fluxo de atendimentos.

No mesmo ano, foi realizado um concurso público Nº 003/2006 específico da Secretaria Municipal de Educação de Araras-SP, que contemplava 3 vagas para o Serviço Social e outras funções (psicólogo e monitor educacional). Em junho/2007 as Assistentes Sociais assumiram o cargo, que na ocasião era de 40hs/semanais.

Quando as profissionais foram apresentadas, as escolas ainda não entendiam a importância desse profissional no ambiente escolar. Parte da rede municipal, pontuava como invasão do seu espaço. Sendo assim, alguns profissionais até dificultavam a atuação das Assistentes Sociais no ambiente escolar. Mas, que foram fazendo entender a importância desse profissional nos anos de atuação.

Diante da quantidade de escolas, cada profissional ficou com uma modalidade de Ensino Especial e Creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental. E a princípio o EJA – Educação para Jovens e Adultos, não era atendido.

As profissionais visitavam as escolas conforme uma escala elaborada, por cada Assistente Social de referência, mediante a demanda apresentada de cada instituição. As intervenções aconteciam em conjunto com a equipe multidisciplinar quando era necessário. A equipe contava com: Terapeuta Ocupacional, Psicopedagogo, Fonoaudiólogo e Psicólogo Educacional. As escolas comunicavam os casos através de uma ficha de queixa, elaborada pelas profissionais (que foi sendo modificada conforme as necessidades apresentadas), a fim de documentar e fazer a escola



repensar a situação do aluno, antes de encaminhar o caso.

A ficha queixa só poderia ser preenchida pelo coordenador (a) pedagógico (a), vice-diretor e diretor, após os profissionais coletarem as informações com os professores. A opção de não inserir o professor (a) no preenchimento, era de que a maior parte das informações advindas desse profissional, se somavam apenas ao pedagógico. Demanda não atendida pelo Serviço Social.

As fichas só eram aceitas, após a escola esgotar os recursos da sua linha de atendimento, com os alunos e suas famílias. Critério que ainda é utilizado pelas profissionais.

A princípio a linha de trabalho era em questões sociais apresentadas, palestras e ação preventiva. Dentre essas questões, as profissionais observavam como sendo de suma importância, que a intervenção tivesse o envolvimento da comunidade escolar. Uma das questões importantes levantadas pelas profissionais, era a aproximação dos pais e/ou responsáveis da comunidade escolar e fortalecer a importância da educação escolar.

Tinha-se também como objetivo inserir programas de prevenção como: evasão escolar, drogas, sexualidade entre outras problemáticas. Mas devido à grande demanda, dificultava a implantação de projetos nesse gênero. Até no final do ano letivo de 2008 pode-se observar a melhora em algumas questões.

Com a troca de gestão municipal em 2009, o número de profissionais se alterou, ficando apenas um profissional para fazer todos os atendimentos, e por isso foi preciso priorizar os casos graves (maus tratos, necessidades básicas e outros). Os demais profissionais foram alocados na Secretaria Municipal de Promoção Social (hoje como Secretaria Municipal de Assistência Social) e uma ficou na própria Secretaria, e a outra foi designada para atuar no CRAS, localizado na zona leste da cidade.

O empréstimo das profissionais para essa secretaria foi por três meses. A comunidade escolar desse município já afirmava que o trabalho executado pelas Assistentes Sociais era de suma importância para auxiliar nas questões sociais existentes. Sendo assim, houve o retorno de uma profissional para a política de educação. Já que, um profissional havia se exonerado do cargo.

Para elucidar o retrocesso do deslocamento das profissionais, em 2008 foi inserido em algumas escolas com maior número de alunos evadidos ou com elevado número de repetência, um projeto em conjunto com o profissional de psicologia de referência da unidade escolar e estagiários do curso de Serviço Social da Faculdade Municipal.

O projeto intitulado: “Combatendo a Evasão Escolar”, tinha como objetivo trabalhar com os familiares e alunos, com as questões pontuadas, o qual obteve um resultado satisfatório, diminuindo conseqüentemente os casos dessa problemática.



Mas, com a diminuição do quadro de profissionais de Serviço Social esse processo voltou à estaca zero, aumentando em grande massa o número de alunos evadidos.

Ainda em 2009, o Secretário dessa política realizou uma busca nas unidades escolares, a fim de verificar profissionais que fossem graduadas em Serviço Social, para auxiliar na demanda atendida. Assim, ingressaram na equipe duas profissionais atuando como Educadora Social. E a terceira profissional, ficou à frente do trabalho administrativo. No mesmo ano, as profissionais puderam contar com uma estrutura para atendimento na Secretaria Municipal de Educação, o que era deficitário anteriormente. Tal situação perdurou até o primeiro semestre de 2013, após a intervenção do CRESS - Campinas/SP.

Ainda em 2013, uma nova profissional foi admitida e com isso o trabalho foi reformulado novamente, sendo mesclada as modalidades de ensino entre as profissionais.

Em 2015 foi admitida a terceira profissional e com isso foi possível adequar a estrutura de trabalho. O trabalho ainda apresentava uma grande demanda, devido a implantação de mais escolas no município e conseqüentemente ainda pelo número pequeno de profissionais.

As profissionais ficavam alocadas na Secretaria Municipal de Educação, com uma sala específica para atendimentos e trabalhos administrativos. Foi possível aumentar o número de palestras nas unidades escolares, conforme a solicitação dos gestores ou quando se identificava a importância desse instrumento nos atendimentos.

Em 2016 foi observado pela gestão, que as profissionais deveriam estar alocadas no ambiente escolar. Tais mudanças, também foram direcionadas à equipe de psicólogos. Mas, com o novo formato imposto pela gestão, houve o desmonte de um serviço já estruturado ao longo dos anos. As profissionais que já trabalhavam por 30h/ semanais, acabavam passando a maior parte do tempo no transporte público, para seu deslocamento para as unidades.

A própria gestão definiu que cada profissional ficaria com uma modalidade de ensino, já que não havia escolas exclusivamente de educação especial, uma vez que a rede já estava adequada com a inclusão que foi realizada nos anos anteriores. Portanto, poderia ocorrer de ter duas profissionais, atuando em uma escola ao mesmo tempo. E por conta dessa mudança, o trabalho foi fragmentado.

As profissionais não tinham total liberdade de montar a escala, conforme as necessidades das unidades (já que algumas apresentavam uma demanda maior).

As Assistentes Sociais não poderiam manter contato com os demais profissionais da equipe multidisciplinar e nem das escolas que elas atendiam, sem que tivesse prévia ordem do chefe imediato. Foi retirado o instrumento de visita domiciliar, foram proibidos as reuniões de equipe e inclusive das próprias assistentes sociais. E essa





reformulação prejudicou significativamente os casos atendidos, o que gerou acúmulo do fluxo administrativo.

Tais mudanças, afetaram significativamente os atendimentos e geraram um grande fluxo de encaminhamentos ao Conselho Tutelar, já que todas as famílias que não compareciam aos atendimentos ou não conseguiam contatos por telefone, lhes era exigido que fossem encaminhadas a esse órgão.

Para regularizar a situação das profissionais, foi formalizado uma denúncia junto ao CRESS-Campinas/SP e ao Sindicato dos Funcionários Públicos do Município. E com isso a situação minimizou, mas somente obteve melhoras após a troca de gestão em 2017.

As profissionais permaneceram nas unidades escolares (cada uma em um polo de referência), mas puderam reformular novamente o serviço e assim conseguiram atuar de forma adequada e conforme estabelece o Código de Ética do/a Assistente Social (Lei 8.662/93)

## ESTRUTURA DO TRABALHO EXECUTADO NO MUNICÍPIO DE ARARAS-SP

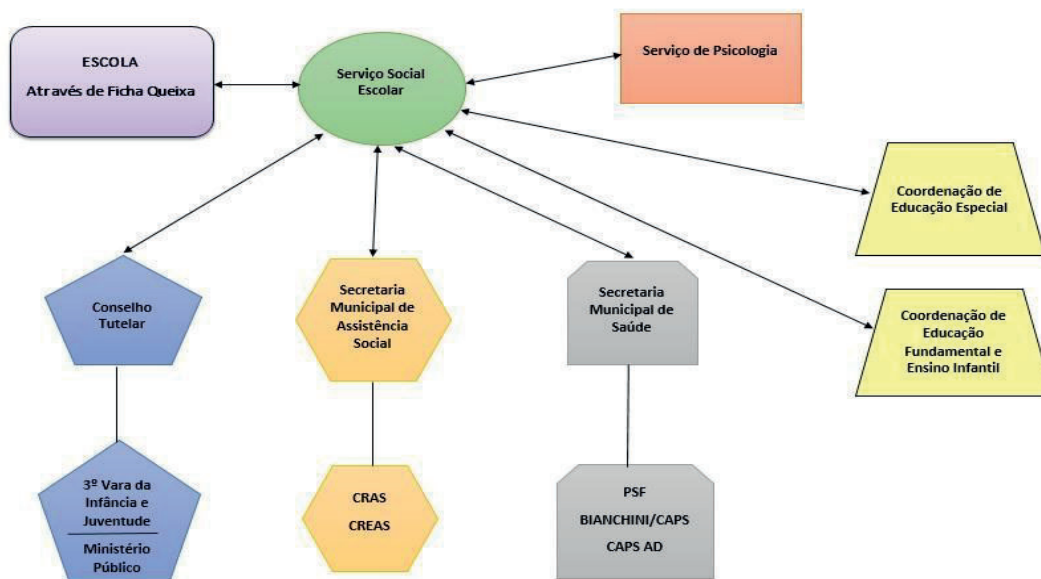
Atualmente a rede municipal de ensino em Araras-SP, tem 46 escolas de Educação Básica, com 10.884 alunos matriculados. Dividido nas modalidades de: Educação Infantil (4.453), Ensino Fundamental I e II (5.912), EJA – Educação para Jovens e Adultos (466) e Educação Especial (53), que foram inseridos na CAEE – Ettore Zuntini, após não se adaptarem com a inclusão nas escolas de ensino regular. Nesse público também estão inseridos adolescentes fora da idade/série e adultos, que não se enquadram em outras modalidades do terceiro setor do município. Já os demais alunos de Educação Especial, estão inseridos na rede regular de ensino.

O Sistema de Ensino Municipal não é responsável pelos alunos do Ensino Médio, portanto essa modalidade fica a cargo da Rede de Ensino Estadual. Sendo assim, não contam com a atuação do Serviço Social, para intermediar nas questões sociais apresentadas naquele ambiente.

Hoje, na rede municipal, ainda constam três profissionais inseridas nessa política e, para articular o trabalho em todas as unidades escolares, foi realizado a divisão por complexidade, e por isso as profissionais mesclaram as modalidades.

E para que esse trabalho tenha a excelência em sua execução, e entendimento do funcionamento pelos demais profissionais, foi elaborado um Fluxograma de Atendimento, conforme pode-se observar a seguir:





Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Diante da quantidade de escolas para cada profissional, é preciso fortalecer a rede atendida e multiplicar as informações sobre o trabalho executado. O contato de referência do Assistente Social com a escola, se dá a princípio com a equipe gestora Diretor (a), Vice-diretor (a) e Coordenador (a) pedagógico (a), que multiplicam as informações para os docentes.

Portanto, para se multiplicar tais informações, as profissionais ministram uma capacitação para a equipe gestora, que é realizada anualmente, quando é informado todo o fluxo de trabalho e atendimento com a equipe multidisciplinar. Tal ação é efetiva para discussões pertinentes sobre a realidade de cada escola. Fica a cargo da equipe gestora multiplicar as informações à sua equipe de docentes e profissionais que fazem parte desse ambiente. A partir da capacitação e materiais de orientações elaborados pela equipe de serviço social. Tal execução, é de suma importância para nortear a equipe no cotidiano.



**Fotografia 1: Capacitação Realizada com a Equipe Gestora da Rede Municipal de Ensino de Araras-SP**

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Já em relação aos docentes, são realizados momentos específicos quando solicitados pela gestão. Portanto, é utilizado o horário de HTPC (horário de trabalho pedagógico coletivo) desses profissionais para agregar saberes, uma vez que mesmo com o tempo do serviço social inserido nessa política, ainda há algumas dúvidas.

**Fotografia 2: Palestra Informativa Realizada em HTPC (horário de trabalho pedagógico coletivo), aos docentes e equipe gestora da EMEF “Lions Clube”**

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).



Sabe-se que os direitos e deveres de um Assistente Social não se alteram conforme muda seu campo de atuação. Mas, é preciso estruturar a sua linha de atendimento, conforme a realidade apresentada no local. E diante do que já foi apresentado, o número de escolas pede que seja uma estrutura de trabalho bem alinhada. Sendo assim, os atendimentos do Serviço Social no município de Araras-SP atuam com a seguinte demanda:

- Vulnerabilidade social;
- Maus tratos (físicos, psicológicos);
- Negligência;
- Faltas são atendidas quanto têm questão social atrelada;
- Pais ausentes (aprendizagem, reuniões e outros pertinentes ao pedagógico).

Todos os casos são analisados pelo corpo técnico, e é realizada a intervenção conforme demanda o caso e os instrumentos do profissional. E os instrumentos utilizados para acessar essa família são: visita domiciliar, ou atendimento por telefone e presencial. Diante da questão apresentada é traçado plano de ação em conjunto com a escola, equipe multidisciplinar e quando necessário, com a rede intersetorial.

Já sobre os casos de faltas, é entendido como uma situação importante, mas conforme pontuado pelas técnicas, a demanda atendida é grande e por isso foi preciso alinhar com a escola sobre essa questão. Sendo assim, foi elaborado um documento de orientação para que a escola comunique os casos elevados de faltas sem justificativas, conforme norteia o Artigo. 56 do ECA, II parágrafo:

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

Sendo assim, a escola é orientada a esgotar todos os recursos, sendo eles: busca ativa, contato telefônico, atendimento aos pais e/ou responsáveis pela criança e/ou adolescente e orientações.

Após esgotar todos os recursos, os profissionais devem notificar o caso ao Conselho Tutelar, com cópia ao Serviço Social e continuar acompanhando essa família.

Caso esse aluno retorne à escola, após o trabalho da escola ou orientação do Conselho Tutelar, os profissionais devem elaborar planos de adequação pedagógica para esse aluno, para que ele não volte a se ausentar da escola. E, se porventura sejam identificadas questões sociais que levaram à ausência desse aluno da escola, ele passa a ser acompanhado pelo Serviço Social. Entende-se que as orientações são



de suma importância para o sucesso do caso. Sendo assim, são utilizadas diferentes abordagens com alunos e pais.

Na intervenção com os alunos, tais abordagens são:

- Acolhimento diante de um conflito;
- Orientação de caráter educativo, quando são celebrados acordos, para que assuma a responsabilidade dos seus atos, para que se tenha um momento de reflexão;
- Tais orientações também se estendem à sala de aula e, por certas vezes, a pedido dos docentes;
- Palestras educativas quando se fazem necessárias e com temas pertinentes.

### Fotografia 3: Palestra Informativa aos alunos da EMEF “Antônia Marques Dahmen”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Já na intervenção com os pais, são realizadas as seguintes intervenções:

- Orientações individuais ou em conjunto com equipe gestora ou outros profissionais quando se faz necessário;
- Palestras informativas e educativas, conforme a demanda apresentada naquela unidade escolar;



**Fotografia 4: Reunião de Pais com Palestra Informativa na EMEF “Padre Hercílio Bertolini”**



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Os casos acompanhados só são encaminhados e/ou notificados ao Conselho Tutelar e outros equipamentos da Rede Intersetorial (outros equipamentos que são: CRAS, CREAS, Secretaria Municipal de Saúde (PSF, CAPS, Serviço de Saúde Mental e CAPS AD), quando se faz necessário ou se esgotou os recursos.

E diante do encaminhamento e/ou notificação, o acompanhamento ainda é realizado em conjunto com esses órgãos citados. Essa concepção é estendida também para as escolas, pois sempre é frisado que o aluno é de todos. E que notificar e/ou encaminhar a outro equipamento ou órgão, não significa que o caso se encerra nesse momento. Alguns casos nunca se encerram, e por isso há uma orientação constante a esses alunos e familiares.

E diante dessa questão, é norteado junto às escolas que a mudança dessa família e aluno, vai ao encontro do que eles aprenderam com seus familiares. São culturas que devem ser respeitadas e por isso não se deve impor a estes, o seu entendimento de moral e valores. Todo ser humano sempre está em constante evolução e construção, por isso é preciso respeitar as particularidades de cada um, para que haja bons indicativos de melhoria.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A alteração de 1996 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), trouxe mudanças significativas para a Educação. Entendendo-se não apenas como educação



escolarizada e sim também como educação para seu pleno desenvolvimento social, ajustando-se à realidade dos educandos.

A LDB prevê em seu artigo 3.º, do parágrafo I, que deve ser estabelecida igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola, mas é de ciência que essa realidade não acontece para todos os alunos.

Pois, no ambiente escolar podemos nos deparar com diversas realidades sociais, mesmo que grande parte desses alunos residam no mesmo território. E diante da desigualdade social que assola nosso país, é possível identificar, no ambiente escolar, os prejuízos que isso afeta significativamente os alunos e seus familiares.

Diante do que os alunos vivenciam em sua família, é refletido diretamente em sua aprendizagem e convivência social com os demais integrantes dessa instituição, sendo assim o Assistente Social virá a somar com o seu saber, para articular junto aos/às profissionais existentes nesse universo tais conflitos que o pedagógico, por si só, não é apto para enfrentar.

Com a aprovação da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a introdução do Assistente Social no quadro de profissionais da educação da escola pública, confirma-se sua importância nessa política. Mas, é possível afirmar-se que só a lei, em si, não traz benefícios. Ainda é preciso fortalecer junto aos municípios, sobre a importância desse profissional no universo educacional.

O Serviço Social está inserido há 14 anos na Política de Educação no Município de Araras-SP, mas ainda encontra muitos desafios para ter um trabalho preventivo, o que é adequado diante da análise das profissionais.

Esse trabalho poderia ter um alcance maior, com a contratação de mais profissionais para atuar nas questões sociais e executar ações preventivas no campo educacional. Entende-se, que poderia se ampliar um trabalho mais efetivo com equipe gestora e docentes, já que eles mantêm um contato mais direto com os educandos.

Observa-se que muitos casos poderiam ser evitados a se tornar demanda para o atendimento do Serviço Social, se fossem estabelecidos ciclos de capacitação com a comunidade escolar, que abordassem a sensibilização desses profissionais, acolhimento do aluno e familiares a partir de um conflito, manejo em como lidar com situações conflituosas em sala de aula, no que compete a matéria do serviço social. Tal ação teria que se estender aos pais e familiares desses alunos, aproximando-os da escola de uma forma que não seria apenas para tratar conflitos dos seus filhos. Fazendo-os entender a importância do envolvimento de todos com a educação e fazê-los se sentir pertencentes desse espaço, como aliados para a mudança sociocultural. De acordo com Paro (2016, p. 15):



Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte de camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados no sistema de autoridade e distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Por mais que a proposta da LDB traga a atuação de uma gestão democrática, ainda é algo que está longe de acontecer. Uma vez que só o pedagógico em si não consegue se ampliar com diversos temas e questões que envolvem os alunos e seus familiares. Em alguns aspectos o Assistente Social ainda é visto apenas para resolver conflitos e não como um profissional que pode agregar na construção do Plano Plurianual (PPA) e outros pertinentes à educação.

E por isso, o Assistente Social tem trabalhado para quebrar esse paradigma e desconstruir a visão de que o profissional só pode atuar diante de um conflito.

O Assistente Social no município de Araras-SP, ainda tem um longo caminho a trilhar, para ocupar mais espaços que também se fazem pertinentes para melhorias. As profissionais trabalham para que se torne lei esse profissional nessa política, para que não haja alterações, conforme a mudança de gestão do município e da própria Secretaria Municipal de Educação.

Conclui-se que, [...] “A realidade pode ser mudada só porque e só na medida em que nós mesmos a produzimos e na medida em que sabemos que é produzida” (KOSIK, 1976: 18 apud LÜCK, 2013, p. 21).

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BASSO, Cíntia Maria. **Algumas reflexões sobre o ensino mediado por computadores**. Disponível em: [http://coral.ufsm.br/lec/02\\_00/Cintia-L&C4.htm](http://coral.ufsm.br/lec/02_00/Cintia-L&C4.htm). Acesso em: 02 abr. 2021.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 08 maio 2021.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação**





**da profissão.** 10ª. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm#:~:text=66%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%2C%20a,por%20meio%20de%20equipes%20multiprofissionais.&text=3%C2%BA%20Esta%20Lei%20entra%20em%20vigor%20na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm#:~:text=66%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%2C%20a,por%20meio%20de%20equipes%20multiprofissionais.&text=3%C2%BA%20Esta%20Lei%20entra%20em%20vigor%20na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>. Acesso em: 08 maio 2021.

BRASIL. **Serviço Social na Educação.** Brasília-DF: Conselho Federal de Serviço Social, setembro/2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 06 jun. 2021.

BRASIL. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. Brasília-DF, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 06 jun. 2021.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4Ktm9MXBs6RhQPb4Wg7wgBD/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Eleni de Melo Silva. **Serviço Social e educação:** as perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_eleni.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_eleni.htm). Acesso em: 23 maio 2021.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Série Cadernos de Gestão.)



MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifca Universidade Católica. São Paulo: PUC/SP, 2007. 263 p. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17821>. Acesso em: 02 abr. 2021.

NOVO, Benigno Núñez. **A importância da interação da família e escola**. Disponível em: <https://meuartigo.brasiiescola.uol.com.br/educacao/a-importancia-interacao-familia-escola.htm>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Jéfitha Kaliny dos Santos; CUNHA, Angely Dias da Cunha. **A importância do/a Assistente Social nas escolas**: reflexões sobre as contribuições do/a (s) Assistentes Sociais nos processos de trabalho da educação básica. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/19860>. Acesso em: 24 maio 2021.

XAVIER, Antônio Eudes; NETO, Enéas de Araújo Arrais; FEIJÓ, Jerciano Pinheiro. **A educação como instrumento de transformação da realidade**: uma aplicação no Sertão Central do Ceará. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/43891#:~:text=O%20artigo%20busca%20evidenciar%20a,munic%C3%ADprios%20do%20Sert%C3%A3o%20Central%20cearense>. Acesso em: 02 abr. 2021.



## APÊNDICE

**Ficha Queixa Serviço Social Escolar**

Unidade Escolar: \_\_\_\_\_

Nome do aluno (a): \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_\_ Série escolar: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_ Professor (a): \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Telefone de contato ou recado: \_\_\_\_\_

Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

Nome do Pai: \_\_\_\_\_

Ou responsável: \_\_\_\_\_

Data do preenchimento da ficha: \_\_\_\_\_

Data do recebimento: \_\_\_\_\_

1-**QUEIXA PRINCIPAL** (Favor preencher detalhadamente) - (Espaço reservado aos Diretores, Vices e Coordenadores Pedagógicos. Obs.: Não deve ser preenchida pelo professor (a))

2 - Qual intervenção efetuada pela escola em relação a queixa citada acima? Descreva abaixo (Campo Obrigatório).

3- Pontos Positivos da criança/e ou adolescente? Descreva abaixo (Campo obrigatório)

4-Criança ou Adolescente com deficiência: ( ) Não ( ) Sim

Se positivo qual a Deficiência, Síndrome ou Transtorno? Em caso positivo recebe acompanhamento?

( ) Não

( ) Sim, Qual? Onde? Faz uso de medicação?

( ) Não Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_

Por qual o profissional que o (a) aluno (a) é atendido (a) ?

5- O aluno é acompanhado pelo Serviço de Psicologia ou por outro profissional da educação?

( ) Não ( ) Sim.

Qual serviço e o nome do profissional: \_\_\_\_\_

6 -Foram observados sinais de possíveis maus tratos/ abuso/ violência?

( ) Sim ( ) Não.

Em caso de positivo preencher os itens abaixo.

Maus-Tratos Identificados:

Abuso Físico ( ) Mãe ( ) Pai ( ) Desconhecido ( )

Outros: \_\_\_\_\_

Abuso Sexual ( ) Mãe ( ) Pai ( ) Desconhecido

Outros: \_\_\_\_\_

Abuso Psicológico ( ) Mãe ( ) Pai ( ) Desconhecido

Outros: \_\_\_\_\_

Negligência ( x ) Mãe ( ) Pai ( ) Desconhecido

Outros: \_\_\_\_\_

Abandono ( ) Mãe ( ) Pai ( ) Desconhecido

Outros: \_\_\_\_\_

Outros tipos de maus-tratos:

Nome Legível e Função



# 3 A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DE ENSINO REMOTO: CONSIDERAÇÕES DA ASSISTENTE SOCIAL DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 01 - SEDUC/AM

Cibelle Marques de Almeida <sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre, de forma breve, acerca da inserção, construção de processo de trabalho, desafios, possibilidades e estratégias de atuação, através das vivências profissionais da Assistente Social inserida na Coordenadoria Distrital de Educação 01, em Manaus, pertencente a SEDUC/AM e as implicações diante do cenário da pandemia de COVID-19, revelando como é importante que o profissional esteja preparado para atuar com autonomia, mesmo inserido no espaço das políticas públicas, considerando que a/o Assistente Social é um profissional que tem papel fundamental nas relações presentes na sociedade, atuando diretamente na busca pela viabilização de acesso aos direitos sociais e humanos.

A atuação da/do Assistente Social no âmbito da educação, geralmente é permeada de diversos desafios e possibilidades. Diante do contexto pandêmico e a introdução do ensino remoto, foram alteradas as relações sociais, devido a necessidade de a sociedade aderir ao estado de isolamento social.

Diante disso, demandou diversas adaptações para a sociedade em geral e no âmbito do sistema educacional não foi diferente, exigindo mudanças drásticas, não só para alunos e educadores, mas para todos os profissionais inseridos na política de educação, dentre eles a/o Assistente Social.

O Assistente Social se fortalece no campo da educação por atuar em um espaço onde a diversidade humana, cultural e econômica estão presentes, as relações interpessoais estão em constante processo de ruptura e aliança, a competição, o individualismo, a dualidade de poderes reclamam ações que transformem o ser humano enquanto autor e ator de uma história com posturas éticas. (SOUZA, 2005, p. 38).

---

<sup>1</sup> Assistente Social da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas, especialista em Serviço Social na Educação.



Nesse sentido, o processo de trabalho passa a ser remoto, exigindo que o profissional se reinvente usando a criatividade e formas de adaptar instrumentos e abordagens utilizados nos serviços ofertados para a comunidade escolar, tentando minimizar ao máximo os impactos nas demandas, ressignificando a sua prática e enfrentando novos desafios para a sua atuação.

A relevância desse trabalho se dá pela necessidade de demonstrar como se deu essa adaptação e quais foram os desafios e possibilidades encontrados nesse cenário, a partir da minha experiência enquanto profissional Assistente Social da Coordenadoria Distrital de Educação 01, em Manaus, pertencente à Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas - SEDUC/AM.

## **O SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO – SEDUC/AM: BREVE HISTÓRICO DA INSERÇÃO DAS/DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

O Serviço Social da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas - SEDUC/AM, não está organizado de forma linear, ou seja, não há um setor macro que organize todos os profissionais Assistentes Sociais vinculados à secretaria. Cada Assistente Social está ligado hierarquicamente ao setor ou unidade onde atua.

A SEDUC/AM se organiza estruturalmente da seguinte forma: SEDUC sede que é a matriz da secretaria onde ficam localizados a maioria dos setores administrativos, contudo o estado do Amazonas é muito extenso e há muitos municípios de difícil acesso. Geralmente, para se chegar, fazem-se necessárias viagens de barco que levam, desde longas horas até dias para se chegar ao destino, por isso a secretaria descentraliza as atividades em Coordenadorias Regionais de Educação que ficam nos municípios do interior e Coordenadorias Distritais de Educação, estas ficam na cidade de Manaus, que devido à sua extensão também, aloca uma Coordenadoria Distrital por região, portanto são 61 Coordenadorias Regionais e 7 Coordenadorias Distritais.

Essas unidades são como filiais da SEDUC/AM, onde são descentralizadas algumas atividades administrativas, prestando suporte nas escolas estaduais espalhadas pelo estado. Dessa forma há cargos efetivos para Assistentes Sociais tanto nos diversos setores dentro da sede da secretaria, bem como nas Coordenadorias, porém, infelizmente, nem todas essas vagas estão ocupadas. Hoje, no quadro geral de servidores da SEDUC/AM, temos apenas 46 Assistentes Sociais concursadas alocadas(os) nos diversos setores e coordenadorias pertencentes à secretaria espalhados por todo o estado, cabe inclusive salientar que, das 7 Coordenadorias Distritais existentes na capital Manaus, apenas 3 delas possuem Assistentes Sociais



em seu quadro de servidores, dentre elas a Coordenadoria Distrital de Educação 01, a qual me refiro neste artigo.

Em pesquisa oral, feita com algumas servidoras mais antigas, foi-me relatado que há registros da presença de Assistentes Sociais na Secretaria de Educação, que remontam ao ano de 1980, porém em experiências muito pontuais, apenas com atividades relacionadas aos servidores. Ao longo dos anos essa inserção foi se dando de forma muito lenta e dispersa. As Assistentes Sociais que já atuavam na secretaria, por muitos anos estavam no trabalho da Gerência de Valorização do Servidor ou em equipe multiprofissional para avaliação de alunos com necessidades de atendimento especializado.

No âmbito das coordenadorias, as experiências que tive conhecimento, através pesquisas de editais de concurso e nomeação, remontam ao ano de 2013, com a nomeação e inserção de poucas Assistentes Sociais via concurso público realizado em 2011, para vagas em poucas Coordenadorias de municípios, mas ainda de forma bem dispersa e muito singular, sem construção de processos de trabalho específicos, nem padronização de instrumentos. O trabalho, naquela época, era pautado basicamente por atividades coordenadas por uma gerência que até os dias atuais organiza as atividades de programas e projetos complementares, onde o carro chefe é justamente um programa voltado à prevenção e redução da infrequência e evasão escolar, sendo essa uma das principais atividades da/do Assistente Social naquele momento. Porém a grande maioria dos casos, pouco tempo após a inserção dessas profissionais, acabava migrando para setores da sede ou sendo convocadas em outros concursos e optando por solicitar exoneração de seu cargo na Secretaria de Educação – devido, principalmente, ao desafio que enfrentamos até os dias de hoje, a desvalorização dos salários - voltando a, praticamente, zerar novamente os registros de atuação nesse espaço.

A inserção de forma mais expressiva, em termos de quantidade e atuação efetiva no âmbito das Coordenadorias Regionais e Distritais foi em 2017 com a nomeação dos profissionais aprovados no concurso de 2014. Nesse momento, os profissionais, que agora já estavam atuando em uma quantidade maior dos municípios, sentiram o peso de trabalhar de forma autônoma, pois não houve preparação, em termos de estrutura e normas, que garantisse condições éticas e técnicas para a inserção desses profissionais, levando os mesmos a comunicar-se entre si e criar estratégias de atuação, principalmente os que estavam nos municípios do interior, por conta das dificuldades de acesso e estrutura. A partir dessa estratégia de comunicação, criando redes de contatos entre as profissionais espalhadas pelo estado é que foram sendo moldados, de acordo com o tripé do projeto ético-político profissional, pautado através de muita pesquisa e estudo, os processos de trabalho e padronização de instrumentos técnicos. Dessa forma, começando a ganhar o status de Serviço Social Educacional.



## A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 01: DESAFIOS E POSSIBILIDADES, ANTES E DURANTE O CONTEXTO DO ENSINO REMOTO

O atual cenário em que se encontra a população mundial, com a pandemia de Corona Vírus, desencadeou uma crise sanitária e econômica. No Brasil, escancarou ainda mais as desigualdades sociais, deixando ainda mais vulnerável a população brasileira, trazendo à tona o que já era evidente, a importância da presença do Estado em intervenções através das políticas públicas, obrigando os trabalhadores desses segmentos a se adaptarem em tempo recorde a inovarem para não deixar a população totalmente desprotegida.

Os impactos da pandemia de COVID-19 na rotina de trabalho em diferentes seguimentos foram bastante significativos, em um primeiro momento o impacto com o inesperado e em seguida um processo emergencial de adaptação desde espaço até os processos de trabalho. A maioria das instituições públicas e/ou privadas aderiram ao trabalho remoto. Muitos serviços foram afetados e trouxeram prejuízos tanto aos usuários, com a suspensão de atendimentos e serviços, como, por exemplo, consultas na área de saúde, visitas domiciliares e/ou perícias para a concessão de benefícios, atendimentos específicos presenciais, bem como aos trabalhadores, alguns tiveram que transformar sua casa em local de trabalho, tendo que arcar com todos os custos estruturais e outros afetados mais drasticamente com os cortes de recursos humanos, pois com suspensão de serviços e fechamento de alguns locais, muitos trabalhadores perderam seus empregos.

No âmbito educacional não foi diferente, as mudanças foram bem drásticas, obrigando que todos os trabalhadores e alunos modificassem suas rotinas e estratégias de ensino e aprendizagem, bem como os demais profissionais inseridos na Educação, dentre eles a/o Assistente Social.

Diante disso, houve muitos prejuízos também tanto aos profissionais, pois muitos não possuíam muito traquejo com as ferramentas digitais e nem dispunham de materiais necessários para adaptar seu trabalho, como por exemplo, computadores com uma boa configuração, câmeras com boa resolução, impressora colorida, internet, bem como a própria habilidade de se comunicar no digital de uma forma assertiva.

Já para os alunos, os prejuízos foram tanto em relação ao digital, como à própria questão da aprendizagem. Os alunos, infelizmente não foram preparados para ter autonomia nos estudos, necessitando, em quase todos os casos, de motivação, incentivo e até mesmo de supervisão e orientação de um responsável, que não estava preparado para essa tarefa ou não dispunha de tempo por ter que trabalhar. Por outro



lado, outro causador de prejuízo na no processo de aprendizagem dos alunos foi a falta de acesso à internet, a aparelhos eletrônicos e, em alguns casos, até a falta de recursos financeiros para se deslocar até a escola para buscar as atividades para o cumprimento das exigências mínimas das disciplinas.

Trazendo todas essas dificuldades e mudanças para o prisma do Serviço Social, ao Assistente Social, no exercício da profissão, seja inserido no âmbito das políticas públicas, seja no setor privado, já há algum tempo cada vez mais são exigidos posturas e perfis diferenciados, inovadores, autônomos<sup>2</sup>, para uma atuação o mais próximo de ser efetiva, estando sempre atenta (o) ao compromisso ético-político da profissão, pois,

[...] as dimensões sócio-históricas e ético-políticas do projeto profissional têm consequências: supõem uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente e se liga à ação no sentido de interferir no comportamento dos homens, no enfrentamento dos conflitos sociais. (IAMAMOTO, 2010, p. 230).

A base para a atuação da/do Assistente Social é determinada por um conjunto de saberes e técnicas estabelecidos e disponíveis na Lei 8.662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que são o tripé do projeto ético político da profissão. Esses saberes, atribuições e competências são inerentes à atuação do/a Assistente Social inserido/a em qualquer espaço sócio-ocupacional, mas cabe salientar que há também saberes, atribuições e competências específicos ou adaptados à atuação no campo educacional e que ainda estão em construção, necessitando ainda de muito estudo e pesquisa.

A saber, que aliar o trabalho diário com essa construção no campo do estudo e pesquisa, não é uma tarefa fácil, visto que a demanda urge e acabamos por fazer isso de forma fragmentada. O Serviço Social na política de Educação tem uma grande relevância, pois as escolas são compostas por uma diversidade de sujeitos e com eles todas as situações que permeiam as suas vidas, e o profissional que detém o conhecimento de intervir nas problemáticas que venham surgir nesse contexto é o Assistente Social.

---

2 [...]ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado [...] que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano de trabalho institucional. (IAMAMOTO, 2009, p.63).





[...] uma possível inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da educação contribuirá para que a escola execute sua função social, de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inclusive o direito à Cultura, pois os problemas sociais como: evasão escolar, indisciplina, dificuldade econômica, desagregação familiar, envolvimento em drogas, gravidez precoce, desinteresse do aluno, dentre outras questões emergentes, exigem a intervenção de uma equipe interdisciplinar. (LOPES, 2005, p.8).

Apesar do que alguns pensam o Serviço Social no âmbito da Educação não é uma prática recente. No Brasil, há relatos de experiência que remontam à década de 1930, pois com a criação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, houve referências sobre essa atuação nos trabalhos de conclusão, assim como sinalizam Dentz e Silva (2015): “Em 1940, é produzido um número significativo de trabalhos de conclusão de curso descrevendo a intervenção do Serviço Social no espaço ocupacional educacional”. Santos (2012) cita que a experiência mais antiga documentada foi no “Decreto nº. 1394 de 25 de março de 1946, que implanta no Estado do Rio Grande do Sul o 'Serviço de Assistência Escolar', vinculado à Secretaria Estadual de Educação e composto por equipes multidisciplinares”, porém, todos os autores salientam que a natureza dessa atuação tinha configuração diferente e passou por diversas fases até chegar à forma como é realizada contemporaneamente, pois naquela época o objetivo principal para a inserção na política de Educação era ajustar os sujeitos de acordo com os interesses do sistema vigente.

Com o passar dos anos, o Serviço Social inserido em outras políticas, foi ganhando mais espaço devido às mudanças societárias. Conseqüente, no campo das políticas públicas é a criação de diversos programas e projetos, especificamente a política de Assistência Social que se expandiu como principal espaço sócio-ocupacional da/do Assistente Social. Em contraponto, o Serviço Social na Educação, mesmo com o crescimento populacional e o aumento das escolas, pode-se dizer, foi ficando de lado. Mesmo se reconfigurando ao longo do tempo, não foi um espaço que acompanhou esse crescimento, em termos de inserção profissional. Os profissionais, já inseridos e os que foram sendo inseridos ao longo dos anos, estavam em poucos estados e municípios, na maioria dos casos engolidos pelas demandas, de certa forma invisíveis para a sociedade e inclusive para a categoria de Assistentes Sociais.

Diante desse cenário, justifica-se o desconhecimento dessa atuação e que nos dias atuais é vista como um campo sócio-ocupacional novo e há muita dúvida sobre a atuação dos/as assistentes sociais inseridos nesses espaços. Para os profissionais já inseridos neste espaço, têm sido uma luta constante, pois são poucos os estados e/ou municípios que possuem o Serviço Social na educação já consolidado, pois na maioria dos casos, essa iniciativa é recente, onde os profissionais são inseridos



nas Secretarias de Educação ou escolas, sem um norte, tendo que começar tudo do início, sem nenhuma referência local específica, o que acaba fazendo o profissional se sentir solitário no meio do caos. O Serviço Social na Educação, mais especificamente na Educação Básica, tem finalidades e direcionamentos específicos, principalmente quando se diz respeito aos alunos. Sendo assim,

acredita-se que o trabalho do Assistente Social nas escolas é uma estratégia que poderá criar condições para o exercício da cidadania, para o empoderamento e o protagonismo contribuindo, assim, para a inclusão social de crianças, adolescentes e adultos. Como também, o Serviço Social vem a ser uma especialidade que colabora junto ao corpo técnico-administrativo e docente ao pensar na formação continuada, na construção e realização de pesquisas e projetos, na proposição de espaços de debates temático transversais”. (SOUZA, 2005, p. 39).

Ao Assistente Social inserido no âmbito educacional são impostos vários desafios e possibilidades. Para que esse profissional consiga desenvolver sua atuação, esse espaço irá exigir que se tenha um perfil dinâmico e habilidades diferenciadas. O cenário da Educação, mais especificamente na Educação Básica, é muito dinâmico e concentra nele uma amostra da nossa sociedade diversa e, com isso, as mais variadas expressões da questão social. Isso exige que a/o profissional que atua nesse espaço tenha a capacidade de apreender a realidade escolar e tomar atitudes decisivas.

Inclusive Sarita Amaro em seu livro Serviço Social em escolas, nos diz:

[...] na maior parte das vezes é você mesmo quem inaugura o espaço profissional do Serviço Social naquela instituição, unidade ou programa educacional. Ou seja, salvo exceções, não há referências profissionais anteriores. Essa realidade coloca a importância de seu protagonismo ativo e ação competente, pois você é a referência, você representa a identidade do assistente social (em retroação ou expansão) naquele lócus. (AMARO, 2017, p. 32).

O processo de inserção das/dos Assistentes Sociais na Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas - SEDUC/AM, mais especificamente, nas Coordenadorias regionais e distritais, foi exatamente assim, os profissionais tiveram que desbravar esse “novo” espaço sócio-ocupacional, sem nenhuma orientação ou referência anterior nessa modalidade de Coordenadorias, inclusive tendo que se posicionar cobrando condições éticas e técnicas para colocar em prática o



exercício da profissão nesse “novo” ambiente. Sem nenhuma estrutura física ideal, desconhecimento sobre o trabalho por parte dos demais profissionais, quantidade de profissionais totalmente insuficiente e desproporcional. Por exemplo, na capital Manaus, há área de abrangência com 35 escolas, já entre os municípios do interior tem áreas que abrangem 3 escolas, porém, em alguns municípios não se tem o mínimo de estrutura básica, que é uma sala com mesa, cadeira e armário com chave.

Corroborando com Amaro (2017), temos em situações assim, onde é colocada à prova toda a nossa autonomia profissional, nossa capacidade de organizar e atuar sem um processo de trabalho pré-estabelecido. É muito importante também ao profissional que atua ou irá atuar no âmbito escolar ou educacional, que este exerça sua capacidade criativa e propositiva, conseguindo através da apreensão pela observação da realidade, refletir e dar andamento à implementação do Serviço Social nesse espaço, unindo teoria à prática.

A partir de 2017, deu-se a inserção de uma parcela dos profissionais do Serviço Social, que atua hoje na SEDUC/AM. O edital do concurso deixava em aberto essa atuação, trazendo em seu enunciado como atribuições do cargo de Assistente Social “planejar, coordenar, executar e avaliar pesquisas e projetos sociais no âmbito educacional; realizar visitas domiciliares e institucionais; atendimento e acompanhamento social da comunidade escolar; orientar a comunidade escolar quanto aos seus direitos e deveres de cidadão; elaborar pareceres técnicos; desenvolver programas e projetos de prevenção e promoção da qualidade de vida”. Portanto era o que se tinha de parâmetros para nortear a atuação.

A partir disso, conforme as especificidades da realidade em que estávamos inseridas, foi sendo estruturado o processo de trabalho, delimitando as atribuições e padronizando instrumentos técnicos, em consonância às Assistentes Sociais lotadas na sede e nas Coordenadorias Regionais e Distritais, pois como foi descrito não havia nada delimitado. Foram desafios imensos, pois ao mesmo tempo que estudava e aprofundava os conhecimentos acerca da área, não se podia deixar de intervir nas demandas, diga-se de passagem, sem o mínimo de estrutura física, ética e técnica para isso. Aos poucos foram sendo delimitadas e organizadas as atribuições, através de Assistentes Sociais inseridas na equipe Psicossocial da Coordenação Intersectorial, integrante da Gerência de Programas e Projetos e Atendimento ao Escolar - GEPPAE e no final de 2017, conseguiram delimitar as atribuições de forma mais adequada à nossa realidade nas Coordenadorias Regionais e Distritais:

- Elaborar, executar, monitorar e avaliar projetos pertinentes à área da educação relacionada com o Serviço Social, desenvolvidos nas escolas da área de abrangência da Coordenadoria de sua vinculação;
- Atendimento de alunos e suas respectivas famílias da área de abrangência da Coordenadoria, principalmente àqueles em situação de



vulnerabilidade e risco social, propiciando orientação e acompanhamento necessário para superar os aspectos que interferem no desempenho do aluno na escola;

- Atuar, sempre que possível, em parceria com a Psicologia, com o Coordenador de Redução do Abandono Escolar e o Coordenador de Projeto da Coordenadoria de sua vinculação, buscando desenvolver ações conjuntas que promovam a permanência do aluno na escola;
- Orientação à equipe gestora acerca de procedimentos e providências a serem tomadas de acordo com as situações e casos atendidos pelo Serviço Social da Coordenadoria.
- Coordenação e realização de ações e atividades socioeducativas, como: palestras, oficinas, encontros e reuniões, de acordo com as demandas e necessidades identificadas nos atendimentos, a fim de potencializar um trabalho sócio preventivo;
- Viabilizar o encaminhamento da população atendida às instituições sociais e órgãos de proteção, defesa e garantia de direitos por intermédio de articulação com a rede sócio assistencial;
- Elaboração de relatórios de ações e atividades realizadas, contendo análises;
- Emissão de pareceres técnicos sociais, quando necessário;
- Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- Participação em encontros bimestrais com a equipe interdisciplinar da Gerência responsável por programas e projetos, bem como com os psicólogos, coordenadores de redução de abandono escolar das Coordenadorias, a fim de estabelecer, conjuntamente, estratégias para atuação nas escolas da área de abrangência da Coordenadoria de sua vinculação;
- Participação em encontros mensais com os profissionais de Serviço Social das Coordenadorias e da Gerência de programas e projetos para troca de experiências e estudos de casos.

Salientando, que este último ponto, se tornou obsoleto, por conta da grande demanda de outras atividades e por conta da situação geográfica do estado do Amazonas que dificulta a locomoção dos profissionais dos municípios do interior até a capital.

Essas atribuições foram apresentadas aos profissionais através de reuniões para os profissionais da capital Manaus e em formato de videoconferências<sup>3</sup> para os

3 Videoconferências realizadas em dois momentos, os quais podem ser acessados nos seguintes links:

[https://www.youtube.com/watch?v=p6WcK9xH\\_B4](https://www.youtube.com/watch?v=p6WcK9xH_B4). 07/11/2017

<https://www.youtube.com/watch?v=Kun0CsTwE8c>. 07/03/2018



profissionais dos municípios do interior do estado.

Mesmo com as atribuições mais delimitadas, as/os Assistentes Sociais que atuam na SEDUC/AM, até os dias atuais enfrentam muitos desafios em relação à estrutura física e condições éticas e técnicas para atuação, principalmente pelo âmbito educacional possuir uma configuração dinâmica, exigindo flexibilidade, criatividade respostas “rápidas” às demandas que surgem no seu cotidiano. Portanto, é importante que o profissional faça uso da sua relativa autonomia para analisar e/ou adaptar as atribuições que cabem, de acordo com cada realidade, principalmente no que diz respeito, a cronogramas de atividades definidas por outros setores.

Em poucos estados e/ou municípios, do Brasil, as/os Assistentes Sociais são lotadas em apenas uma escola, no geral esses profissionais ficam na secretaria ou na coordenadoria, dessa forma precisam se deslocar até as escolas ou que os casos selecionados para atendimento cheguem até lá, ou seja, não tem um local fixo, estático para trabalhar e com isso diversos desafios devem ser enfrentados, como falta de transporte e local adequado nas escolas para os atendimentos.

Parafrazeando Iamamoto (2009), o assistente social precisa desenvolver sua capacidade de construir novas propostas de trabalho diante das mudanças no contexto, com criatividade, mantendo o compromisso ético-político, sempre tendo em vistas a garantia de direitos. O que inicialmente é bem difícil de visualizar, pois a/o Assistente Social, por ter uma formação acadêmica generalista, acaba tendo dificuldade em direcionar a construção de um processo de trabalho adaptado àquela realidade. Nesse momento é muito importante buscar o equilíbrio necessário para lançar mão da observação participante, analisar e traçar estratégias de ação, pois a/o Assistente Social possui um arcabouço teórico-metodológico e os subsídios necessários para atuar na realidade do espaço escolar.

Consideram-se, ainda, as inúmeras possibilidades sobre o que faz ou pode fazer o/a assistente social na política educacional, a amplitude de possibilidades de atuação deste/a profissional no campo da educação, o qual deve exercer sua autonomia profissional com competência crítica, propositiva, numa perspectiva de totalidade. (CFESS, 2011, p. 8).

Nesse sentido, a/o Assistente Social que adentrar no espaço sócio-ocupacional da SEDUC/AM, precisa mais do que nunca fazer uso de autonomia profissional e de toda a sua instrumentalidade, pois é um espaço que ainda se encontra em constante construção. Destarte, além do/a Assistente Social estar participando desse processo de construção, ao mesmo tempo precisa estar em processo de intervenção, pois estes não estão dissociados. Nesse sentido, o profissional que for atuar na educação



básica deve ter um compromisso com a formação continuada, pois há a necessidade de estudo e aprofundamento constante, revisitar a biblioteca básica do Serviço Social também se faz necessário, com frequência, para reforçar em nossas memórias o compromisso ético político da profissão, para que o profissional inserido neste âmbito, não seja engolido pela grande demanda e urgência das intervenções, caindo na armadilha de ser mero executor e acabar por responder apenas às demandas institucionais em detrimento da comunidade escolar.

São muitos os desafios atuais. O maior deles é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva[...] Para tanto, é necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho cotidiano. (IAMAMOTO, 2010, p. 233).

Trazendo isso especificamente para a minha experiência, vivenciei a realidade no interior e na capital, cabe sinalizar que nessas realidades há especificidades próprias. Diante disso, hoje, enquanto Assistente Social inserida na Coordenadoria Distrital de Educação 01, em Manaus, mais uma vez a forma de atuação nesse espaço foi posta à prova, com a chegada inesperada da pandemia do novo Coronavírus, se fazendo necessário refletir e vivenciar que,

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2009, p. 20).

Num primeiro momento o surgimento de um contexto inesperado e desconhecido, causando medo e estranhamento, porém, partindo do pressuposto que o mundo não poderia parar, foi necessário refletir a práxis já em andamento e, ao analisar o contexto, estudando estratégias e alternativas que possibilitassem adaptar as atividades e procedimentos possíveis, desde os atendimentos e fluxos, transformados em teleatendimentos e atividades remotas. Mais do que nunca, as palavras de lamamoto fariam todo o sentido, pois são nas situações adversas que o profissional demonstra sua capacidade de reinventar. É inegável que os impactos dessa pandemia nos espaços sócio-ocupacionais serão irreversíveis e algumas das adaptações feitas permanecerão, pois facilitaram o alcance dos serviços ofertados, diante do insuficiente número de profissionais.



A pandemia atingiu o Estado Brasileiro desde março de 2020 e paralisou os sistemas educacionais de todo o país no primeiro momento, com progressivas construções de propostas dos sistemas públicos e privados para continuidade das atividades de ensino, predominantemente através da mediação tecnológica, possibilidades que perpassam pelas condições materiais de existência de estudantes e suas famílias. (GOMES; PEREIRA, 2020, p. 412).

Cabe salientar que houve prejuízos significativos nos espaços educacionais, pois sem as aulas presenciais e com o isolamento social, a Educação está sendo uma das políticas públicas mais afetadas, algumas das expressões da questão social, foram maximizadas e outras surgiram, porém, a capacidade de intervenção nesses casos se tornou muito limitada e provavelmente muitos desses casos nem chegaram ao conhecimento profissional.

O âmbito educacional, já é por natureza, um espaço onde eclodem praticamente todas as expressões da questão social.

[...] deve-se compreender que a escola é reflexo de sua comunidade, situada territorialmente em uma comunidade, orquestrada culturalmente por cenários, situações e acontecimentos que se representam e reproduzem na comunidade em que se insere. (AMARO, 2017, p. 43).

Contudo, no cenário vigente, não seria possível paralisar e acabar deixando a comunidade escolar totalmente desassistida. Sendo assim se fez necessário se valer de criatividade para enfrentar os desafios e aproveitar as possibilidades de atuação postas ao profissional nesse âmbito. E os desafios foram vários, dentre eles:

- O processo de adaptação de espaço, desde a estrutura física, internet, linha telefônica, computador, impressora, entre outros;
- Conciliar o ambiente de trabalho com a vida privada, com todas as demandas familiares e domésticas, equilibrando as horas trabalhadas e não sacrificar a vida privada em detrimento do trabalho;
- Usar a criatividade e buscar *insights* e ideias inovadoras para auxiliar nas ações, de forma a minimizar os impactos nos serviços ofertados;
- Adaptar atendimentos e fluxos, pela falta do contato direto, algumas situações de acolhimento, principalmente as que envolvem sigilo, foram bastante afetadas;



- A suspensão de visitas domiciliares;
- A articulação e encaminhamento para a rede, visto que alguns aparelhos tiveram serviços suspensos ou bem limitados;
- Manter a saúde mental, pois a sociedade em geral acabou sendo afetada de alguma forma por todo esse caos;
- A baixa adesão às atividades propostas para a comunidade escolar, por conta de dificuldade ou ausência de acesso à internet, ou até mesmo a falta de aparelhos eletrônicos que possibilitassem essa participação.

Por outro lado, ao analisar as possibilidades, foram adaptados alguns instrumentos e construídas outras ferramentas, com o intuito de se manter presente no seio da comunidade escolar. Dentre as atividades que foram realizadas, estão as seguintes:

- Escuta empática, acolhimento e orientações por meio telefônico;
- Articulação com a rede intersetorial para a captação de informações que possibilitassem as orientações diversas sobre benefícios e direcionamentos para serviços;
- Triagem e orientações aos servidores, para articulação e encaminhamento com setores internos da secretaria;
- Divulgação de informes em matéria do serviço social, por meio de vídeos, cards, mensagens;
- Participação e realização de reuniões e oficinas remotas, através de aplicativos.

Diante do exposto é possível afirmar que, assim como o contexto pandêmico nos revelou fragilidades e aumentou as vulnerabilidades, ao mesmo tempo nos revelou mais desafios e algumas possibilidades de adaptação, de recriação, de inovação e de ressignificação da atuação diante de contextos adversos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer de forma breve acerca da inserção, construção de processo de trabalho, desafios, possibilidades e estratégias de atuação do trabalho realizado pela assistente social inserida na Coordenadoria Distrital de Educação 01, em Manaus, pertencente a SEDUC/AM e as implicações diante do cenário da pandemia de COVID-19, nos revela como é importante que o profissional esteja preparado para atuar com autonomia, mesmo inserido no espaço das políticas públicas, considerando que a/o Assistente Social é um profissional que tem papel fundamental nas relações presentes na sociedade, atuando diretamente na busca pela viabilização de acesso





aos direitos sociais e humanos, neste caso em específico na Educação Básica do Estado do Amazonas.

O contexto da pandemia trouxe mudanças drásticas, que afetaram todos os segmentos da sociedade, dentre eles a área da Educação, alterando todos os processos, tanto os de ensino e aprendizagem, como a atuação dos demais profissionais inseridos nessa política. Trazendo consigo também a agudização das expressões da questão social, o que ainda revelará mais desafios ao Assistente Social nesse espaço, assim que o ano letivo tiver seu retorno normalizado. Nesse momento, mais do que nunca exigirá que o profissional esteja atento e preparado para refletir sobre as problemáticas que surgirão e agir em cima dessas particularidades.

Contudo pudemos perceber que em momentos de adversidades, como o desencadear de uma pandemia mundial, é possível entender e colocar em prática os conhecimentos adquiridos na academia, através das leituras que subsidiaram nossa formação e agora nossas reflexões. Saliendo que para esse processo é fundamental a formação continuada das/dos Assistentes Sociais, pois é o que vai dar base para que o profissional consiga desenvolver o seu trabalho com autonomia, enfrentando os desafios que possam surgir, analisando as possibilidades e agindo naquela realidade, com isso oportunizando a visibilidade para a nossa atuação, ao mesmo tempo em que inovamos na prática profissional.

A/o Assistente Social inserido no espaço escolar deve estar sempre atenta (o) e refletindo sua prática, para não acabar adotando uma postura em favor da reprodução social, com ações que podem acabar interferindo no desenvolvimento da autonomia e das potencialidades dos alunos. E o que pode assegurar que o profissional não caia nessa armadilha é buscar constante aprimoramento e revisar sempre as leituras básicas que embasam a profissão, principalmente o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão.

Sendo o Serviço Social regulamentado como uma profissão liberal e dispondo o assistente social de relativa autonomia na condução do exercício profissional, tornam-se necessários estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade. (IAMAMOTO, 2010, p. 214-215).

O presente artigo foi baseado em uma atuação de quase cinco anos, no âmbito das coordenadorias regional e distrital, sendo essa atuação participativa nas escolas, podendo ser denominado de Serviço Social escolar, com o viés mais efetivo no chão da escola, no interior, e mais, na área administrativa na capital, por conta da quantidade inadequada de escolas, chegando a 10 vezes mais do que nas coordenadorias do interior. Além da questão do quantitativo insuficiente de profissionais, nos traz ainda



uma problemática sobre a inserção dos mesmos no âmbito da educação, que é ainda o desconhecimento e a não valorização da sua importância, não só nas secretarias, mas no lócus escola.

Cabe salientar que para o Serviço Social, que é uma profissão de cunho generalista, o âmbito da Educação abre um leque de frentes de atuação. Assim, a/o Assistente Social a qualquer momento, terá que se adaptar, recriar, inovar novos processos de trabalho, ressignificando e redirecionando sua atuação dentro da secretaria de educação. Atualmente o trabalho que tem ganho destaque é a atuação com alunos e comunidade escolar, mas há iniciativas em outros setores também, dentre eles pode ser destacado a atuação direcionada especificamente para servidores e sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais**. Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

AMARO, Sarita. **Serviço social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Eleni de Melo Silva. Serviço Social e educação: as perspectivas de avanços do profissional de Serviço social no sistema escolar público. **Serviço Social em revista**, São Paulo, Cortez, jan./jun. 2006.

SANTOS, André Michel dos. **Gestão Democrática e Serviço Social: limites e possibilidades de atuação do Assistente Social na escola pública – Limeira/SP**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário La Salle - UNILASALLE, Canoas, 2012. p. 49.



SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. **INTERFACE**, Natal/RN, v. 2, n. 1, jan./jun. 2005.

GOMES, Amanda Marques de Oliveira; PEREIRA, Samara Cristina Silva. Reconfigurações do Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Educação em Tempos de Pandemia: considerações a partir de vivências no IFPI. *In*: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias (org.). **Serviço Social em tempos de pandemia**: provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020.



# 4 RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Lucilene da Silva Stiff<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto das discussões realizadas no curso de especialização em Serviço Social na Educação promovido pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Tem como objetivo discutir as inquietações da autora enquanto Assistente Social trabalhadora da Política de Educação e inserida nos processos de trabalho desenvolvidos dentro da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É na escola que os sujeitos identificam outras vivências, reconhecem seus pares, estabelecem relações de amizade e companheirismo, desenvolvem boa parte de sua visão de mundo e constituição enquanto sujeitos sociais. A atualidade apresenta uma realidade adversa a esse conceito; vemos através de diversas lentes, uma polarização acirrada, uma “questão de sobrevivência” baseada na meritocracia e na competição. Assim, pergunta-se como construir uma educação para a cidadania nesse contexto?

O neoliberalismo na atualidade transforma tanto a economia quanto os sujeitos e suas vivências em sociedade. Para Dardot e Laval (2016), vai além de uma doutrina econômica ou ideológica; se constitui em uma nova razão de mundo. Cada sujeito se transforma em uma empresa, bem como a postura adotada pelo Estado. A competição é a palavra que rege as relações. Os indivíduos não se reconhecem enquanto coletivo, e sim, como adversários em uma constante luta pela sobrevivência e ascensão.

O fio condutor desse trabalho está na discussão do Serviço Social na Educação, com foco na Educação Básica, mais precisamente na EJA. Sendo a EJA o espaço de retomada de um desejo de término dos estudos por parte de muitos sujeitos, e, embora tratada como mercadoria, um direito assegurado em lei, pretendendo-se, através de uma breve revisão da literatura, discutir essa racionalidade nessa modalidade de ensino, bem como, pensar em algumas estratégias de resgate de espaços de constituição de ações democráticas e emancipatórias.

Tais discussões têm como motivação a trajetória profissional da autora, que,

---

1 Assistente Social graduada pelo Centro Universitário Metodista (IPA). Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Serviço Social na Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Atua na política de Educação em Porto Alegre (RS). E-mail: [lstiff@gmail.com](mailto:lstiff@gmail.com)



há seis anos trabalhando na EJA, já se deparou com diversas demandas advindas dos usuários dos serviços, bem como, com as requisições institucionais e o trabalho realizado com a equipe pedagógica. O que inquieta, nesse universo de diversidades de constituições de sujeitos que compreende a EJA, é pensar quais estratégias seriam utilizadas para enfrentar essa racionalidade neoliberal, introjetada nos indivíduos de forma a ser uma razão de vida. Pensar em estratégias democráticas dentro do espaço escolar como forma de enfrentamento dessa racionalidade, despertando os sujeitos para se reconhecerem enquanto coletivo, se coloca como um imperativo.

Este trabalho se divide em seis partes. A primeira trata dessa breve introdução e contextualização sobre o tema; a segunda apresenta uma retomada dos preceitos acerca da racionalidade neoliberal. A terceira, contextualiza brevemente a história da EJA. A quarta, apresenta a constituição do Serviço Social na realidade brasileira. A quinta parte, apresente algumas estratégias de resistência intervenção para o Serviço Social. A sexta parte traz as considerações finais, a fim de instigar o debate sobre essa temática, tendo em vista que ela não se esgota.

## RACIONALIDADE NEOLIBERAL E O “DR. FRANKENSTEIN”

Nos últimos anos assistimos uma crescente onda da ascensão de forças de extrema direita, caracterizada pelo ódio e belicosidade: “políticos e vitórias políticas encorajam movimentos de extrema direita que, por sua vez, se sofisticam à medida que manipuladores políticos e peritos em mídia social moldam a mensagem” (BROWN, 2019, p.10).

Wendy Brown, em sua obra *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* caracteriza a conexão provocada pelos slogans governamentais e o ressentimento aliados ao consumo das tecnologias e redes sociais. A autora reforça que essa narrativa não registra forças que agem de maneira antidemocrática e tampouco considera elementos como a demonização do social, e do político, partes constituintes da governamentalidade neoliberal. Também não explica o ataque à igualdade aliado à mobilização de valores tradicionais. A autora afirma que “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política” (BROWN, 2019, p. 17). É preciso compreender as bases que originaram a criação *franksteineana* do neoliberalismo como o conhecemos atualmente.

Ao final dos anos 1970, as políticas de Thatcher e Reagan, focadas na desregulação do capital, contrárias ao trabalho organizado, focalizada na privatização de bens e serviços públicos se espalharam pela Europa Ocidental. Junto ao colapso do Bloco Soviético, “significou que boa parte da Europa oriental realizou uma transição



do comunismo de Estado para o capitalismo neoliberal em menos de meia década” (BROWN, 2019, p. 29). Tal análise de abordagem neomarxista trata de “conceber o neoliberalismo como um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar keynesianos, às sociais-democracias e ao socialismo de Estado” (BROWN, 2019, p. 29).

Outra análise tratada no livro é a de Michel Foucault que se refere ao neoliberalismo como uma reprogramação do liberalismo (BROWN, 2019). Os princípios que eram apenas do mercado se tornaram também de governo e foram aplicados no Estado e por ele. Circulam também em outras entidades e instituições,

[...] esses princípios tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo economicus*, transformando-o em um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo). (BROWN, 2019, p. 31).

Tais princípios separam a racionalidade neoliberal daquela do liberalismo econômico clássico e não apenas na democracia keynesiana ou da social-democracia. Elas constituem a “reprogramação da governamentalidade neoliberal” (BROWN, 2019, p. 31) que podia e ia se instalar em todos os lugares, empreendedorizando o sujeito, convertendo trabalho em capital humano e reposicionando e reorganizando o Estado. Para os foucaultianos, então, mais importante do que a reinicialização do capitalismo pelo neoliberalismo é sua alteração radical dos valores, coordenadas e princípios de realidade que governam ou “conduzem a conduta nas ordens liberais” (BROWN, 2019, p. 31). Essa abordagem traz à discussão o cunho da subjetividade, da mudança de valores, enquanto a análise neomarxista foca nas questões econômicas frente à reinvenção do capitalismo diante das crises.

Embora a autora aborde a realidade dos EUA, essa análise permite compreender a ação dessa racionalidade, pautada na governamentalidade descrita por Foucault. Sendo a escola um espaço protagonista na constituição dessa racionalidade, refletir sobre esses processos em nosso tempo histórico se faz preciso.

## A EJA E O NOVO MODELO ESCOLAR

A educação se apresenta como uma dimensão constituinte da vida social, nos processos de relações as quais os indivíduos se inserem e se identificam com o meio em que vivem. Assume-se a incumbência de reprodução das relações, formas de produzir e construir o conhecimento. Se configura como uma das maneiras de



sociabilidade do ser particularizadas em uma determinada sociedade; carrega as marcas da contradição e disputas pelas lutas societárias, que no espaço educacional se confugiram como lócus privilegiado de objetivação (CFESS, 2014).

Discutir a educação e suas diversas mudanças ao longo do tempo, inclui considerar as transformações históricas e políticas pelas quais o Brasil perpassa. Não é diferente com a EJA, que se constitui entre as relações com o Estado, fatores econômicos, ideológicos, políticos e sociais, instituições não governamentais e movimentos sociais (SAMPAIO, 2009). Embora saiba-se da notória presença da educação de adultos desde a época dos jesuítas, que vinham com a missão de alfabetizar (catequizar) os índios, e que com a chegada da família real ao Brasil sofreu com a expulsão desses catequizadores culminando em um processo de falência no Brasil Império (STRELHOW, 2010). Neste trabalho será abordado o período antes e após o golpe militar de 1964 para contextualizar as mudanças pelas quais essa modalidade de ensino vem passando ao longo do tempo.

Ao fim da “Era Vargas” (1930-1945),<sup>2</sup> o caráter desenvolvimentista se estabelece no país, principalmente no campo da educação, onde, a fim de preparar mão de obra para o mercado de trabalho, uma das iniciativas tomadas é a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos criada em 1947 e que contou com o apoio da sociedade civil organizada (SAMPAIO, 2009). Destaca-se também o impulsionamento da educação popular, que vinha como proposta através da UNESCO de alfabetizar os estratos da população rural, trazendo o propósito de levar a educação de base atuando no desenvolvimento comunitário (SAMPAIO, 2009).

Nas décadas de 1950 e 1960, a atuação na EJA se articula aos movimentos sociais, onde concretizados nos anos 1960, ganham novo paradigma pedagógico, tendo Paulo Freire como figura principal (SAMPAIO, 2009). Verifica-se nesse período o direcionamento para a,

[...] superação do subdesenvolvimento-analfabetismo para uma etapa desenvolvida-letrada capaz de exercer sua cidadania pelo voto, contribuindo, assim, para a consolidação da democracia integral no Brasil. (MACHADO; CLOSS; ZACARIAS, 2018, p.11).

Com o golpe militar em 1964, as ações de educação popular são atacadas e modificadas por:

[...] campanhas de alfabetização de cunho mais conservador nos propósitos e assistencialistas nos procedimentos, com a distribuição

2 Período da presidência de Getúlio Vargas no Brasil.



de alimentos para os alunos e alunas. Novamente o Estado assume o papel de propor iniciativas, pressionado por questões econômicas e ideológicas relacionadas à ideia de educação como investimento no desenvolvimento do país. (SAMPAIO, 2009, p. 21).

Embora a EJA ganhe características empreendedoras nesse período, em 1971 passa a existir como capítulo específico de uma lei de educação,<sup>3</sup> emergindo a preocupação de qualificar os profissionais trabalhadores dessa modalidade de ensino. Após a constituição de 1988 e pressão popular, o direito à educação é estendido aos jovens e adultos como um dever do Estado (SAMPAIO, 2009), consolidada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Quando se trata de educação, principalmente a EJA, existe um discurso que remete à empreendedorização dos sujeitos. Estes são estimulados a se “reinventarem” frente às adversidades enfrentadas no cotidiano, são convidados a “protagonizar” suas histórias de vida, como se não tivessem “aproveitado” as oportunidades de escolarização em tempos passados. Adensa-se a esse fato, a conjuntura que vem exigindo dos sujeitos a ativação do “modo de sobrevivência” frente às desigualdades escancaradas nesse momento de pandemia provocado pela Covid-19.

No mesmo percurso de transformações societárias e crises cíclicas do capitalismo, a educação tem se mostrado um nicho de desenvolvimento empresarial e de oportunidades de expansão do capital. Isso reforça a empreendedorização dos sujeitos, que para Laval (2019) se caracteriza como um novo modelo escolar. O autor ressalta que as novas estratégias pedagógicas focalizam no desenvolvimento de competências para a flexibilidade e autonomia (no sentido de individualidade) dos sujeitos. Esse novo modelo escolar acirra a competitividade entre os estudantes, bem como das escolas que se tornam empresas.

Nessa esteira de “reformas”, o ensino coerente ao neoliberalismo prevê a formação de um sujeito que interaja dinamicamente, se atualize, e assim “seja capaz de corresponder à exigência de autonomia controlada que a organização espera do assalariado” (LAVAL, 2019, p.70). Processo esse que agudiza as relações individuais, impedindo que os sujeitos se reconheçam pertencentes a uma mesma classe trabalhadora, visto que cada uma precisa garantir o seu sustento em um universo de competitividade.

Uma das características do novo modelo escolar diz respeito à aprendizagem ao longo da vida (LAVAL, 2019). Lançado nos anos 1970, esse termo é recuperado em

3 A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, estabelece em seu capítulo IV a finalidade do ensino supletivo bem como seu público-alvo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>





1996 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa recuperação do termo advém de uma estratégia de manutenção do capital, tendo em vista que muitos postos de trabalho e profissões são extintos ao longo do tempo, fazendo com que os trabalhadores busquem desenvolver novas habilidades e competências articuladas “à flexibilidade dos modos de aquisição dos saberes correspondentes às rápidas mudanças econômicas e tecnológicas do capitalismo moderno” (LAVAL, 2019, p. 72-73).

Concorda-se com o autor, pois verifica-se que a polivalência no trabalho é um assunto amplamente discutido por diversas áreas do conhecimento, e, nada melhor do que o campo da aprendizagem para o desenvolvimento de múltiplas competências.

Atualmente no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 20 de dezembro de 2017, prevê o desenvolvimento de competências e habilidades comuns aos estudantes, para garantir a aprendizagem escolar. Na particularidade do Ensino Médio, o documento prevê a alteração dos currículos a partir do ano de 2022, que contarão com uma carga horária conjunta e itinerários formativos, que poderão ser escolhidos pelos estudantes após terem cursado uma carga horária obrigatória. Esses itinerários preveem: a) investigação científica; b) processos criativos; c) mediação e intervenção sociocultural; d) empreendedorismo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Atenta-se para o fato de que mudanças nos processos educativos são necessárias, tendo em vista o modelo engessado e já ultrapassado, mediado por avaliações e notas padronizadas, que por vezes não abarcam as particularidades de aprendizagem dos estudantes. Por outro lado, o Novo Ensino Médio pode acirrar a competitividade entre os sujeitos, principalmente se os itinerários formativos direcionarem suas escolhas para a inserção no mercado de trabalho, produzindo apenas mão de obra mais qualificada em detrimento do capital.

Tais fatos retroalimentam essa racionalidade neoliberal, tendo em vista que os sujeitos se encontram “cada um por si”, sem proteção ou uma renda mínima básica que garanta seu sustento. Assim, não se reconhecem como coletivo, e a comunidade se transforma em uma arena de competições; se demuda em um espaço de apresentação de inovações e adaptações, buscando sempre a excelência, sem falhas no processo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Os sujeitos que ingressam na EJA, já carregam experiências e histórias de vida cheias de significados. Muitas vezes também não se reconhecem no espaço escolar ao não terem a validação de seu conhecimento empírico. Discutir estratégias que promovam espaços democráticos e coletivos dentro das escolas é fundamental na tentativa de amenizar os efeitos dessa racionalidade neoliberal instaurada nos tempos de hoje.



## SERVIÇO SOCIAL: PASSADO, PRESENTE E DESAFIOS

A profissão ao longo da história registra um importante acúmulo teórico e profissional, que a caracteriza na defesa de um projeto de sociedade em prol da classe trabalhadora. No entanto, é notória a necessidade de compreensão da historicidade do Serviço Social, visto que a profissão carrega marcas de suas bases, adensadas aos movimentos da realidade em constante transformação.

Historicamente, a profissão é convocada a atender às requisições do Estado, no período já mencionado da presidência de Getúlio Vargas. Essa inserção de profissionais se dá pelo fato de que o governo temia o descontentamento entre as classes trabalhadoras e intelectuais a exemplo do que vinha acontecendo em países europeus. Com políticas de caráter preventivo, as medidas implementadas beneficiavam não só as classes trabalhadoras, mas também as burguesas, incentivando o aumento na produção (BULLA, 2003). Diversas políticas foram implementadas no intuito de reprimir as reivindicações; criam-se as legislações trabalhistas, onde se regulamenta o trabalho social até mesmo em seguimentos da burguesia (LBA, SENAI, SESI, SENAC, entre outros) (ANDRADE, 2008). Dentre as medidas de proteção ao trabalhador, foi criado:

[...] o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, e promulgou uma legislação trabalhista que respondia, de certa forma, às necessidades do trabalhador e aos interesses mais amplos da industrialização emergente. Assim, foi sendo dado um tratamento sistemático à questão social que, ao mesmo tempo, aliciava e atrelava as classes subalternas à política do governo, sem permitir maiores chances de participação. (BULLA, 2003, p. 06).

O Estado passa a ser o centro fornecedor dos benefícios sociais, sem a participação popular, tirando a possibilidade da apropriação da classe trabalhadora, em um sistema que se limitava a conter as reivindicações da população e as tensões de classe (BULLA, 2003). Em 1942, ocorreu um estreitamento nas relações com os países norte-americanos, tendo em vista as intenções de Getúlio Vargas ligadas a interesses econômicos, tendo como contrapartida “a luta contra o comunismo”.

O governo Vargas foi marcado pela aproximação com a igreja católica, onde os posicionamentos a respeito da questão social<sup>4</sup> eram de grande relevância, cujo

4 [...] “a questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social - e dos sujeitos que o realizam-na era do capital fetiche. [...] aponta para uma livre individualidade social emancipada das travas da alienação [...] cujas bases materiais, estão sendo progressivamente produzidas no processo histórico em curso (IAMAMOTO, 2015, p. 125).



conteúdo encontrava-se na encíclica *Quadragesimo Anno* (Pio IX, 1931), confirmando àquelas da *Rerum Novarum* (LEÃO XIII, 1891) que tratavam da intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho e a importância de uma sociedade sem conflitos de classe. As instituições católicas se expandiram (assistenciais, educativas e universidades), para que a nova atividade que emergia desse contexto pudesse tomar forma de profissão, era necessária a construção de um conjunto de conhecimentos próprios e a formação de profissionais.

Essa necessidade culmina na constituição dos cursos de Serviço Social. A fundação da primeira escola de Serviço Social se deu em São Paulo no ano de 1936, se concentrando maior parte na indústria nacional. Mais tarde, o curso foi incorporado à PUC (SP), seguido de RJ (1937), RS e RN (1945) e Goiás (1957) (CLOSS, 2015). A criação da profissão passa por uma imposição de grupos e instituições ligadas ao Estado, como uma forma de servir aos seus interesses. Os grupos acolhidos por essas instituições, não tinham o atendimento necessário às suas demandas (CLOSS, 2015).

No Serviço Social, presenciou-se a revisitação das teorias e técnicas utilizadas e a constatação de que as novas demandas despertavam para novos referenciais teóricos e novos conhecimentos de modo que “o movimento interno da profissão conseguiu caminhar qualitativamente, também, aderindo ideologicamente à racionalidade capitalista, o que lhe garantiu a legitimação profissional” (ANDRADE, 2008, p. 274).

As bases teóricas da época carregavam princípios filosóficos e cristãos, ancorados em experiências de ação social francesas e belgas. Esse modelo, conferiu ao Serviço Social uma herança cultural com marcas confessionais, que precisou ser revisitada conforme as demandas se apresentavam. A partir da década de 1940 os novos profissionais buscaram aprimoramento técnico baseado nas Ciências Sociais, trazendo a visão funcionalista americana (BULLA, 2003). Tais influências advinham de Mary Richmond, a primeira a escrever sobre as diferenças entre assistência social, caridade, filantropia e o Serviço Social.

Os aportes teóricos utilizados na época se constituíam em um dos impeditivos à crítica acerca da questão social. Entre eles, destacam-se também: o Neotomismo e os conteúdos do pensamento conservador. Dessa forma, algumas compreensões se eliminavam na formação profissional: as desigualdades na sociedade capitalista; as condições de exploração e as bases que sustentam o trabalho alienado; a contradição do trabalho profissional e a reprodução social dos interesses de classe; a dimensão política da profissão em detrimento da imagem humanitária do Estado. A partir dessa concepção funcionalista, o controle social tinha características ligadas à integração do indivíduo à sociedade, sendo “encaixado” a esta (ANDRADE, 2008).

Com o aumento das demandas e a particularidade da realidade brasileira,



acirram-se as críticas ao modelo americano. Os Assistentes Sociais, principalmente militantes católicos, fazem uma opção pelos pobres, vendo na educação popular uma opção de mudança. Os profissionais que seguem essa linha assumiam uma posição de cristãos de esquerda, fazendo um trabalho de alfabetização e posteriormente de sindicalização.

Na contracorrente, em seu mandato, o presidente Jango (1961-1964) faz um discurso na central do Brasil defendendo as reformas de base denunciando: as “pressões” dos militares e dos segmentos da burguesia. O processo de lutas em prol de reformas de base foi amordaçado pelo golpe de abril de 1964, interrompendo o cenário de politização, porém “não conseguiu frear o movimento de busca por transformações na sociedade brasileira” (MACHADO; CLOSS; ZACARIAS, 2018, p. 05). Com o golpe de 1964, profissionais de diversas categorias sofreram repressão desse regime; a dependência aos países industrializados se agudiza.

No entanto, a dedicação dos Assistentes Sociais à crítica da profissão se intensifica nesse período, onde realizam-se encontros profissionais em vários níveis de abrangência (nacional, estadual, latino-americano) cujo debate se centraliza nas questões profissionais e de formação no âmbito do Serviço Social. Novas tendências surgem no interior da profissão, acrescidas de produções em revistas, registros em documentos e livros (BULLA, 2003). Diante desse contexto tem-se o movimento na profissão voltado a romper com as bases norte-americanas, valorizando as características locais e da América Latina.

Nesse contexto histórico, tem-se o destaque para o Movimento de Reconceituação, encabeçado por grandes frentes profissionais, que tem como marco o I Seminário Regional Latino-americano de Serviço Social na PUCRS em 1965. Embora o Movimento de Reconceituação tenha alguns equívocos à aproximação com o pensamento marxiano, também pelo próprio contexto de repressão da época (CLOSS, 2015), é inegável sua importância na mudança do projeto societário de defesa do Serviço Social.

Desde os anos 1980 até a sua contemporaneidade, destacam-se as profundas mudanças na profissão:

[...] o amadurecimento teórico-intelectual da ruptura com o conservadorismo; a ampliação e consolidação da pós-graduação da área; duas mudanças curriculares no âmbito da graduação e na normatização da ética profissional; uma nova regulamentação da profissão, em um quadro de alterações nos espaços sócio-ocupacionais, nas relações e condições de trabalho dos Assistentes Sociais, com impactos nas próprias competências profissionais; a construção coletiva e a conquista da hegemonia de um projeto ético-político profissional crítico; as alterações nas entidades organizativas



da profissão; o delineamento de um quadro de aguda e crescente precarização do trabalho e da formação profissional, redimensionando desafios no horizonte da materialidade do projeto profissional. (CLOSS, 2015, p. 80).

O Serviço Social, sendo uma profissão que defende e se insere na classe trabalhadora, tem nas suas bases de atuação a teoria social marxista. Nesse sentido, a profissão se fundamenta em uma relação entre história/teoria e método, sendo esses elementos uma matriz explicativa da realidade e da profissão, ancorada em fundamentos constituído de competências teórico-metodológicas, ético-políticas, que ancoram uma dimensão técnico-operativa, carregada de finalidades e objetivos para a intervenção profissional (CLOSS, 2015).

Mesmo com sólido acúmulo teórico e um projeto profissional hegemônico, a profissão não está blindada dos rebatimentos do neoliberalismo e sua racionalidade neoliberal. Vários aspectos contribuem para a ofensiva neoliberal assistida, principalmente após o golpe de 2016. Nas políticas sociais, as contradições ficam mais visíveis quanto ao exercício profissional (KELLER, 2019), tendo em vista que viabilizam o acesso a direitos, no entanto, são executadas no viés da meritocracia, cabendo aos Assistentes Sociais “escolher” os merecedores de benefícios e/ou serviços. Da mesma forma, para trabalhadores de espaços filantrópicos, seja em instituições de Ensino Superior ou escolas de Educação Básica, existe o dilema da concessão de bolsas de estudos e apoios aos estudantes, trazendo confrontos aos profissionais frente ao projeto profissional: a culpabilização por não ser defendido, ou a “não aplicabilidade do mesmo” na realidade concreta dos sujeitos sociais.

A ofensiva neoliberal conservadora introjetada na sociedade e na profissão, por vezes inviabiliza as estratégias de resistência nos espaços profissionais. Para Keller (2019), esse processo se configura na,

[..] ausência de uma proposta da classe trabalhadora alternativa à do capital, pela retomada vigorosa da ofensiva neoliberal, como também pelas circunstâncias objetivas da profissão, expressas no aviltamento das condições de trabalho de assistentes sociais e da formação profissional. (KELLER, 2019, p. 190).

Concorda-se com a autora, que também expressa em sua obra a pouca resistência dos profissionais no período neodesenvolvimentista<sup>5</sup> presente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse período de abertura para a concessão de direitos

5 A autora caracteriza o período neodesenvolvimentista como um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico com alguma transferência de renda (KELLER, 2019).



sociais e de espaços sócio-ocupacionais para os profissionais, não mexeu nas bases do capital, ao contrário, promoveu o desenvolvimento de empresas e parcerias com o setor privado em diversas áreas. No entanto, não se pode culpabilizar os sujeitos, visto que, como já foi argumentado nesse trabalho, temos o neoliberalismo como uma forma de vida, presente em todos os âmbitos da sociedade.

Nesse sentido, é imprescindível a compreensão de que o Serviço Social como uma profissão interventiva, que acompanha as mudanças societárias e sofre os embates dessa racionalidade neoliberal. Pensar em estratégias de enfrentamento a essa racionalidade nos espaços educativos da EJA, compreende o envolvimento dos estudantes nas ações desenvolvidas, de forma que esses sujeitos em alguma medida sejam os multiplicadores e transformadores da realidade.

## **ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA: NA CONTRACORRENTE DO NEOLIBERALISMO**

Diante da conjuntura que se apresenta, é possível pensarmos em estratégias de resistência? Não temos uma resposta nesse trabalho, tendo em vista que a realidade é emergente e o contexto segue em constantes transformações. No entanto, é correto afirmar que o retorno às bases da profissão e aos seus fundamentos, munem os profissionais para as possíveis mediações a serem feitas no cotidiano.

O debate sobre a questão social e suas expressões implica uma leitura crítica de realidade. O espaço escolar é palco de diversas manifestações da questão social seja na vida dos estudantes que buscam retomar os estudos, seja na vida dos profissionais que compõem o corpo de trabalho das instituições de ensino.

Ao mesmo tempo em que se deve identificar como se expressa a questão social, é também imprescindível considerar as possíveis estratégias de resistência que esse processo desencadeia e se condensa na,

[...] luta de classes, na emergência do operariado como classe na arena política, luta que comporta processualidades, avanços e recuos no que se refere ao grau de publicização das necessidades sociais e da intermediação das mesmas pelo Estado na garantia de direitos. Além disso, desigualdades sociais, em suas diversas expressões, constituem uma realidade objetiva, apesar do grau de embate político em torno destas e da representação ideal que os sujeitos possuem das mesmas. (CLOSS, 2015, p. 109).

As estratégias de intervenção frente à racionalidade neoliberal também incluem



o desenvolvimento de competências e habilidades diante dos desafios que se apresentam no cotidiano de trabalho, em um processo constante de construção de acordo com as demandas do espaço sócio-ocupacional e na apreensão formativa e continuada (SOUZA, 2012).

O desenvolvimento da competência profissional proporciona as bases para tais mediações necessárias nos espaços sócio-ocupacionais. Na profissão, essas competências se materializam através de três dimensões indissociáveis entre si: a dimensão ético-política constitui mediações através de postura crítica e investigativa a respeito dos fundamentos e do sentido atribuído ao fazer profissional (LEWGOY, 2010); a dimensão teórico-metodológica alia o método do materialismo-histórico característico da teoria social crítica em Marx. Associa história, teoria e método, requerendo conhecimento que apreenda a realidade em seu movimento dialético, no qual se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade (NETTO, 2011). A apreensão de tais competências evitam a culpabilização dos sujeitos, fazendo-se entender que os usuários que busca na EJA não concluíram os estudos por diversas situações, escolhas que têm de fazer ao longo da vida, deixando de lado a conhecida premissa de que a EJA é um espaço para “quem não concluiu os estudos no tempo certo”, ao contrário disso, sendo a educação um direito social, e EJA não se enquadra fora desse escopo.

A dimensão técnico-operativa se ancora às demais para sua efetividade, em relação a valores, posicionamentos e teorias que sustentam a formação e o trabalho profissional. Quando se trata da EJA, pensar no projeto profissional e seu núcleo central pautado na liberdade, significa entender o sentido de liberdade nesse projeto que se configura na possibilidade de os sujeitos exercerem a democracia enquanto cidadãos de direitos. Nesse sentido, pensar em estratégias de intervenção que busquem o desenvolvimento de lideranças comunitárias, que os estudantes se atentem para as demandas do seu território, que o conhecimento seja aliado ao pertencimento ao espaço escolar. Reconhecendo-se como coletivo, os estudantes podem desenvolver o conceito de comunidade, classe trabalhadora que precisa lutar por seus direitos.

Os estudantes que já passaram por um processo de educação formal, buscam outros significados na EJA. Significados esses, que precisam ser valorizados e incluídos no processo educativo da vida desses sujeitos. Ter uma formação que atente para o desenvolvimento do pensamento crítico, de uma leitura de realidade, evita a preparação para o mercado de trabalho com o simples intuito de qualificação de mão de obra para atender às demandas do capital.

É preciso desenvolver essas competências em consonância com o espaço dinâmico e de constantes mudanças. A EJA tem um processo formativo mais aligeirado e exige o desenvolvimento de tais competências junto à equipe escolar como um todo, de forma a alargar projetos e processos de trabalho que atendam as



demandas dos estudantes, bem como as requisições institucionais.

O compartilhamento dessas competências ainda é um desafio. As relações de poder ainda são entraves para a execução plena e requerem um esforço redobrado de assistentes sociais no cotidiano, para afirmar a defesa do projeto profissional e a intencionalidade de se somar à equipe como um braço importante na contribuição do processo educativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, mesmo sendo um direito social é classista e ainda em muitas situações, funciona como instrumento de dominação e reprodução das relações sociais. Na EJA, as desigualdades no acesso à educação se agravam pela vivência dos educandos, a necessidade de suprir emergências ligadas à fome e ao desemprego, junto da insegurança, baixa autoestima, pois já passaram por outras experiências escolares que deixaram marcas negativas. Os educandos da EJA têm medo de não corresponder às expectativas dos professores e ficam intimidados com estudantes mais jovens.

A profissão é convocada a contribuir na defesa dessa classe trabalhadora que busca o acesso à educação. Entretanto, as discussões no âmbito do Serviço Social na Educação ainda ocorrem de maneira tímida. Historicamente, a inserção de Assistentes Sociais na educação básica acompanha as requisições postas pelo Estado no que se refere ao controle, disciplina e ajustamento ao sistema. Isso ecoa ao que se identifica na inserção em outros espaços, anteriormente ao movimento de Reconceituação. A partir desse movimento, tem-se uma mudança quanto aos objetivos da profissão, onde os Assistentes Sociais se reconhecem como classe trabalhadora e fazem a defesa dessa classe.

Atualmente, com a aprovação da Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019,<sup>6</sup> a categoria profissional tem buscado diálogo junto aos gestores municipais, para que essa contratação se conforme em âmbito de concursos públicos, promovendo assim, o atendimento de qualidade aos usuários dos serviços, independente de partidos políticos.

É preciso levar em conta que as práticas pedagógicas só serão efetivas se aliadas às estratégias de enfrentamento às questões que emergem no cotidiano social e familiar dos educandos. Destaca-se a formação continuada e permanente da equipe escolar como um ponto a ser fortalecido. É preciso investir em estratégias de trabalho conjunto entre as equipes, de contribuição de saberes para a construção coletiva

6 Esta lei dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica (BRASIL, 2019).





de planos de trabalho que contemplem as necessidades reais de cada educando, promovendo o desenvolvimento da cidadania e consciência de classe.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimento no Serviço Social brasileiro (1947 a 1961). **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, 2008. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13>. Acesso em: 01 mai. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**: Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13935-11-dezembro-2019-789559-norma-pl.html>. Acesso em: 30 jun.2021.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p.2-15, dez. 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/947>. Acesso em: 01 mai. 2021.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. 2015. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistente sociais na Política de Educação**. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 09 maio 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2015.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves **A ofensiva do conservadorismo**: serviço social



em tempos de crise. 2019. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, Graziela Scheffer; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez Rocha. Antecedentes da Reconceituação latino-americana na Escola de Porto Alegre -RS. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p.67-80, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/30390>. Acesso em: 29 jun. 2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **BNCC**: Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Mec, 2020. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 29 jun. 2021

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAMPAIO, Marisa Narciso. **Educação de Jovens e Adultos**: uma história de complexidade e tensões. *Práxis Educacional, Vitória da Conquista*, v. 5, n. 7, p.12-27, dez. 2009. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/241/253>.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na educação**: que saberes? Que competências? Natal: Edunp, 2012.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR** on-line, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010.



## 5 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E O TRABALHO EM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Andressa Corrêa Bernardon<sup>1</sup>  
Daniela Dalla Possa<sup>2</sup>  
Isabel Graciele Padoin<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado abordará a importância do Assistente Social em uma proposta de trabalho multidisciplinar na educação, através de um plano de trabalho elaborado e implementado em uma escola particular da cidade de Santa Maria/RS, juntamente com outros profissionais de equipe dos setores de psicologia, coordenação, orientação educacional, educação especial e enfermagem. A metodologia adotada para este artigo partiu de uma revisão bibliográfica e um estudo de natureza qualitativa.

A equipe organizou-se de forma a construir um trabalho que, ultrapassando a lógica do modelo simples de atendimento, pôde alcançar uma reflexão na perspectiva multidisciplinar. O diálogo entre diferentes saberes deve compor uma nova rede de interrelações integrando ações com o desafio da complexidade que a sociedade nos impõe.

O trabalho do Assistente Social na Educação volta-se a identificar e atender as demandas provenientes da questão social que perpassa o cotidiano do campo educacional e possibilita o contato direto do profissional com a população no atendimento de suas demandas. É necessário ressaltar a importância desse

- 1 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, população em situação de vulnerabilidade e risco social, saúde, criança e adolescente em conflito com a Lei, refúgio, questão de gênero e violência, e sistema prisional. Também atuou na superintendência dos serviços penitenciários, hospital, prefeituras municipais e instituição de ensino superior.
- 2 Graduação em Serviço Social - Universidade Franciscana - UFN, Santa Maria, Brasil e Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar – Credenciado pela Portaria Ministerial MEC Nº 918, de 15/08/2017. Faculdade de Educação SÃO LUIS danidallapossa@hotmail.com
- 3 Formada em Ciências Sociais (Licenciatura- ULBRA e Bacharelado- UFSM) e Serviço Social (Bacharelado- UFN); Especialista em Criança e Adolescente em Situação de Risco (UFN); Mestre em Ciências Sociais (UFSM) e Doutoranda em Ciências Sociais (UFSM). Foi docente de Serviço Social, Sociologia e Ciência Política em faculdades particulares e públicas (UNICRUZ; UFN e UFSM) de 2010-2017. Desde 2017 é professora EBTT de sociologia do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR). isabelpadoin@yahoo.com.br.



profissional na educação, inserido nas escolas juntamente com outros profissionais contribuindo na garantia da proteção de direitos das crianças e dos adolescentes, bem como para o fortalecimento do trabalho em equipe multidisciplinar garantindo a permanência dos alunos na escola.

Ressalta-se também a relevância da compreensão dos demais profissionais que fazem parte da equipe de colaboradores da escola sobre o profissional Assistente Social, que vai além do trabalho com a filantropia, inserindo-se no contexto amplo de acolhimento, escuta, realização de relatórios multidisciplinares, visita domiciliar e projetos voltados aos alunos, professores, funcionários e familiares, possibilitando credibilidade e confiança entre equipe multidisciplinar e a direção da escola.

Esse cenário faz parte de constantes mudanças, construídas juntamente com o coletivo escolar para o enfrentamento das expressões da questão social, já que a educação convive atualmente com inúmeros conflitos. Assim, a direção do colégio pôde se questionar sobre qual projeto de educação pretende implementar para seus alunos, professores e colaboradores, ou seja, pautar-se apenas em um modelo hegemônico de educação, que simplesmente forma para o mercado de trabalho, ou formar cidadãos conscientes e conhecedores de sua existência na sociedade.

O Assistente Social desenvolve sua intervenção pautada no Código de Ética da profissão e compartilha de um trabalho coletivo, visando à humanização do atendimento que vem ao encontro do lema da escola em questão – “Educação e Humanização”, baseado nos princípios de seu fundador São Vicente Pallotti, que no decorrer de sua caminhada percebia e acreditava que através da educação e com muito esforço e dedicação se resgata a dignidade humana (PALLOTTI, 2016).

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

É preciso destacar que a Educação passa ganhar visibilidade na história, a partir da Idade Média (Século V- XV), na Europa, onde a Igreja Católica era a grande senhora feudal que se responsabilizava por normatizar a educação, bem como as relações políticas, religiosas e intelectuais. Nesse período, a educação tinha por base os princípios do Cristianismo, que embasava a formação a partir do uso de materiais bíblico-cristãos (PILETTI, 1996).

A Igreja utilizava-se da oralidade como forma de transmissão do conhecimento. Sabe-se, contudo, que as escolas eram raras, sendo destinadas, inicialmente, aos futuros religiosos e aos poucos às demais crianças. Com o número crescente de alunos e a luta pelo poder entre o Clero e a Burguesia iniciam-se fortes críticas aos valores pregados pelo Catolicismo. Dessa forma, a partir do Renascimento, é fortalecida a busca do poder e da razão, a partir da arte e da cultura (PILETTI, 1996).



Na metade do século XVI, multiplicam-se os colégios, ocorrendo lenta substituição da oralidade para a escrita. Com o Concílio de Trento (1545 – 1564) agregado às orientações do Papa Leão X, fundamentou-se o controle dos livros e da escola. A perda dos fieis, seguida por prejuízos religiosos, políticos e econômicos, possibilitou a reação da Igreja Católica por meio da Contrarreforma e a publicação do Index (relação de livros proibidos). Gestou a Companhia de Jesus, que ocupou-se em propagar o protestantismo e a conversão dos pagãos ao catolicismo. (PILETTI, 1996, p. 9).

A partir da criação da Companhia de Jesus os Jesuítas passaram a viajar para as colônias de povoamento e exploração, de modo a catequisar os nativos, introduzindo, especialmente no Brasil, a língua portuguesa (VEIGA, 2007). Aqui, os índios, considerados selvagens e “sem alma”, precisavam ser doutrinados para obedecer ao comando dos portugueses. São criados alguns colégios nas áreas urbanizadas para os futuros sacerdotes e para os filhos dos colonizadores. Os índios, por sua vez, deveriam apenas aprender a cultura religiosa e servir aos colonizadores.

Com os acontecimentos na Europa houve mudanças na educação brasileira, de forma que com a vinda da Família Real para o Brasil (1808) implementou-se, em 1824, por meio da primeira Constituição Federal do Brasil a instrução primária e gratuita para todos considerados cidadãos. Para tanto, os negros e os pobres, em geral, não tinham permissão para ingressar nos estudos.

Ressalta-se que somente após a Proclamação da República (1889), que a educação começou a ser tratada com prioridade, pois o mercado passa a exigir qualificação de serviço para a realização das funções públicas e privadas. Dessa forma, com a exigência de profissionalização aumenta a procura por educação, obviamente que pelas classes privilegiadas, e a população em geral continuou sendo iletrada e sem acesso aos grandes centros do saber (RIBEIRO, 1993). Salienta-se que o ensino secundário era completamente voltado para o ingresso dos filhos da classe dominante na Escola Superior, visto que essa desejava que seus herdeiros adquirissem o status de homens cultos do país para administrar os negócios.

Pontua-se que para os governantes não era interessante ampliar a rede secundária, na medida em que somente o ensino primário era considerado suficiente. Logo, as elites matriculavam seus filhos em escolas particulares, de modo que a educação brasileira pautou-se nesse modelo por várias décadas, não existindo grandes mudanças (RIBEIRO, 1993).

Pondera-se que no século XX, com o declínio das oligarquias e a crise do modelo agrário-comercial-exportador e a ascensão da industrialização surge um novo modelo pedagógico intitulado “Escola Nova”, que propunha o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório. Contudo, tais propostas não questionavam o capitalismo dependente,



ênfatizando apenas a importância do Estado para a implementação de uma educação harmoniosa entre os homens e as tecnologias (RIBEIRO, 1993). Portanto, destaca-se que:

A Escola Primária Integral procurava exercitar nos alunos os hábitos de educação e raciocínio, noções de literatura, história e língua pátria, desenvolvendo o físico e a higiene. O Ensino Médio integrava o Primário e o Superior, desenvolvendo o espírito científico com múltiplos tipos de cursos. Defendia-se a organização universitária, voltada para o ensino, pesquisa e formação profissional, e criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (RIBEIRO, 1993, p. 6).

Em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde, que organiza o ensino superior no país, bem como propõe reformas no ensino secundário. No governo de Getúlio Vargas é criada uma nova Constituição, em 1934, que dedica uma parte para a Educação, estabelecendo que a União tenha a competência privativa de determinar as diretrizes educacionais. Diante disso, muitas diretrizes voltadas para a obrigatoriedade do ensino primário, assistência social e bolsas de estudos não foram concretizadas.

Durante o Estado Novo (1937), como estratégia, o governo destinou mais verbas à educação e à formação profissional, sendo criado o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- a fim de ofertar um sistema de ensino profissionalizante e aprimorando a mão de obra para a indústria. Com o intuito de obrigar as empresas a empregar “menores” e matriculá-los nas escolas de aprendizagem, em 1946, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC.

A contraposição de ideias entre católicos e liberais, que no período do Estado Novo foi marcante para o sistema educacional, teve um novo momento na década de 50, gerado pelo conflito escola pública ‘versus’ escola particular. A escola particular foi defendida pelos donos das escolas privadas e pela Igreja Católica, a qual afirmava que a escola pública não via seus alunos integralmente, limitando-se a desenvolver sua inteligência e outras características ligadas ao conhecimento formal, ou seja, a escola pública ‘não educava’. Somente a escola confessional estava apta a educar, ou seja, a desenvolver a inteligência e formar o caráter, a partir de uma filosofia integral de vida, inexistente na escola pública. Os ‘católicos’ defendiam a subvenção pública às escolas particulares, o direito das famílias na formação integral de seus filhos e baseavam-se na doutrina católica do papa Pio XII, além de considerarem os defensores da escola pública como comunistas, e, portanto, inimigos de Deus, da família e da Pátria. (RIBEIRO, 1996, p. 11).



A partir do Golpe da Ditadura Militar a educação sofre impactos negativos, pois muito educadores foram perseguidos por ter um posicionamento ideológico contrário ao que era imposto pelos militares. Assim, muitos sofreram censura, outros foram mortos e alguns exilados. Cresceu nesse período o problema do analfabetismo, havendo também altos índices de reprovação nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Outro quesito foi a implementação no currículo como obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica, para incitar o patriotismo e evitar críticas ao sistema de ensino.

É de fundamental importância descrever que nas décadas posteriores a situação da educação brasileira segue repleta de problemáticas, pois privilegiam práticas voltadas apenas para a elite. Todas as proposições adotadas são impostas de cima para baixo, nunca considerando as demandas das classes trabalhadoras. Esse quadro só é revertido a partir da promulgação da Constituição de 1988, onde fica estabelecido que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, a qual será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tem por finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim sendo, tem-se instituído pela Constituição (1988) a gratuidade do ensino público em todas as suas fases, a gestão democrática, e a garantia do padrão de qualidade. Deve-se observar que a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) é obrigatória, sendo assegurada sua oferta gratuita dos 4 anos de idade aos 17 anos. Outro item importante é a inclusão e atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, bem como a oferta de ensino noturno regular (EJA)<sup>4</sup> de acordo com as condições do educando.

Apesar das grandes conquistas na área educacional, há ainda muitos problemas vinculados à oferta de educação, pois tem-se na década de 1990 a inserção, no Brasil, do sistema neoliberal, que preconiza a diminuição do Estado para o social e sua maximização para o capital. Dessa maneira, as políticas públicas, como um todo, são exacerbadamente prejudicadas, visto que há o aumento dos processos de flexibilização, privatização, desregulamentação, desestatização e contenção dos gastos públicos, principalmente na educação (AZEVEDO, 1997).

Sendo assim, observa-se que a educação carece de metodologia adequada para realizar um trabalho continuado e menos fragmentado. Como destaca Mello (1990), “vivemos num país onde a merenda escolar é administrada em Brasília, onde os conteúdos curriculares são detalhados e têm seu tratamento especificado a nível central” (p. 46), além do fato de que até mesmo as licitações para construção de escolas são controladas por um único órgão. Essa burocracia descabida torna a implementação do ensino um processo lento e sem qualidade. Enquanto isso, nossas escolas públicas, salvo aquelas que vêm superando esse processo, continuam formando analfabetos.



No ano de 2016, duas medidas foram lançadas pelo Governo Interino, sendo essas: a Medida Provisória 746/2016, que estabelece a reforma do ensino médio, e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto, aprovada em dois turnos tanto pela Câmara quanto pelo Senado. A primeira refere-se à reforma do Ensino Médio, que tem por objetivo reestruturá-lo, pautando-se na criação de um Ensino Médio de tempo integral, ampliando a carga horária e proporcionando ao aluno a opção de escolha nas áreas em que o estudante possui mais afinidade. Todavia, restringe o ensino da arte, de filosofia, sociologia e língua espanhola, sendo obrigatório nos três anos do Ensino Médio o ensino da Língua Portuguesa e de Matemática.

O governo reforça a ideia de que as instituições de ensino terão mais autonomia para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem. Contudo, entende-se que tais propostas acarretarão uma profunda mudança na educação, ao dispensar disciplinas importantes para a formação dos alunos, de modo a não permitir que o estudante possa criar uma opinião crítica e uma visão de mundo mais ampliada, o que o deixa cada vez mais alienado frente à conjuntura política, social, econômica e cultural. Destaca-se, ainda, que a atual situação das escolas públicas é bastante precária, pois não há uma infraestrutura adequada, bem como há ausência ou falta de professores, especialmente, porque esses têm recebido seus salários atrasados e parcelados, gerando indignação e precarização do ensino (EBC, 2016).

Salienta-se, ainda, que, a PEC do Teto também acentua o desmonte da Política de Educação, pois deverá reduzir consideravelmente os investimentos nessa área, já que os gastos do governo devem se limitar à inflação do ano anterior. Nesse sentido, apesar de muitas resistências, em formas de protestos e ocupações dos espaços institucionais a proposta foi aprovada pelo Congresso e pelo Senado, passando a ser implementada em 2017.

Em vista disso, é imprescindível levar em consideração que a política educacional, necessariamente, articula-se com o projeto societário vigente, portanto, hegemônico, imbricado diretamente com o capitalismo, e o que deveria ser direito, muitas vezes, passa a ser vendido como mercadoria. Por conseguinte, é mister entender que a educação é uma relação social repleta de contradições, visto que está imersa em uma sociedade capitalista. Nesse contexto, o sistema de ensino também pode ser visto como um lugar de concretização dos problemas sociais que necessitam indiscutivelmente da atuação de um profissional assistente social que viabilize a garantia de direitos e possa mediar os diversos conflitos existentes.

## SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Quando aborda-se o Serviço Social no campo educacional, é necessário entender como se dá o processo de trabalho do Assistente Social, o que ele faz,





como se dá sua intervenção, sua atuação, quais seus deveres e os parâmetros legais nos quais se baseia. Diante disso, é nodal ressaltar que o Serviço Social no contexto escolar, visa garantir e ampliar os direitos dos alunos no acesso e permanência à educação, pautando-se nos preceitos norteadores dos parâmetros legais, tais como o Código de Ética da Profissão, a Lei nº 8.662 de 7 de julho de 1993, onde está descrito que:

São deveres do/a Assistente Social nas suas relações com os/as usuários/as: a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código; c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as; d -devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses; e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos. (CFESS, 2011, p. 30).

Destaca-se, também, como parâmetro legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as normas e regras para a educação em todo território nacional, devendo essa ser a base fundamental para toda e qualquer profissão que esteja envolvida com a educação no Brasil. Em consonância com a LDB, existe a Política Nacional de Educação que também discorre sobre o modo que a educação está organizada, quais as prioridades e metas desse segmento (SAVIANI, 1999). Para tanto, conforme a LDB, em seu artigo segundo “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nesse sentido, vale ressaltar, ainda, o que dispõe o artigo terceiro da LDB, em que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber e III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (SAVIANI, 1999).

Por conseguinte, princípios como igualdade, liberdade, respeito ao pluralismo



de ideias e concepções vão ao encontro dos princípios norteadores do Serviço Social, prescritos no Código de Ética da Profissão e amplamente defendidos pela categoria profissional, os quais se entrelaçam ao reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes; defesa dos direitos humanos; defesa da democracia; posicionamento a favor da equidade e justiça social e empenho na eliminação de todas as formas de preconceito.

Historicamente, o vínculo estabelecido entre o Serviço Social e a Educação remonta à década de 1930, sendo incentivado nos anos de 1990. Prática social que na educação se constitui, sobremaneira, como área de conhecimento voltada para emancipação política, social e emocional dos indivíduos, uma vez que possibilita a construção e a socialização de conhecimentos que, certamente, contribuirão para transformá-los em cidadãos conscientes de seus direitos. Assim sendo, a ação do profissional assistente social, na operacionalização desse objetivo, terá grande valia, e poderá colaborar junto aos professores, a partir da participação em grupos multidisciplinares, com a finalidade de fazer estudos sociais, ampliar a atenção ao rendimento do aluno em sala de aula, trazer a família para o núcleo escolar, informar sobre as bolsas de estudo, doenças, a inclusão social, *bullying* e, sobretudo, a problemática da evasão escolar e as demandas que surgirem cotidianamente.

Logo, o objetivo da inserção do assistente social na esfera educacional é contribuir para a garantia da educação enquanto direito social preconizado na Constituição Federal em 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir de ações que promovam o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos e que vise a preparação para o exercício pleno da cidadania.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 1990, p. 16).

Notadamente, a atuação do profissional Assistente Social deve reafirmar a política educacional, o direito à educação; na elaboração de estudos socioeconômicos com as famílias, a fim de conhecer sua realidade; participando do processo seletivo de bolsas de estudos; participando da construção do projeto político pedagógico da escola; na interação com os outros profissionais como psicólogos, pedagogos; observar o rendimento dos alunos em sala de aula; fortalecer e aproximar o tripé



(família, aluno e escola), combatendo a evasão escolar; promover palestras sobre violência/ *bullying* / DST, gravidez na adolescência, drogas, entre outros assuntos pertinentes à educação humana. O profissional assistente social, deve estar atento a todas as demandas que surgirem na escola onde está inserido para encaminhar, acolher, visitar e poder contribuir junto com o coletivo escolar formas de lidar e criar soluções a partir dos casos que surgirem.

O assistente social, enquanto profissional que tem a questão social como centralidade e historicamente atua em suas múltiplas e complexas manifestações, tem competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional. Nos espaços educacionais, dada a sua permeabilidade às questões sociais globais e aos enfrentamentos particulares da vida social dos sujeitos que neles convivem, a importância e necessidade do trabalho do serviço social não apenas se confirma como se dimensiona. (AMARO,2012, p. 102).

Na educação os processos de trabalho dos assistentes sociais estão dirigidos à construção de ações que incidem diretamente na cidadania dos segmentos marginalizados. A demanda que surge requer a atuação do profissional Assistente Social, como também de um amplo conjunto de profissionais especializados para o enfrentamento da atual realidade. A ação desse profissional, juntamente com uma equipe multidisciplinar poderá ofertar um atendimento de qualidade e considerar a escola como um espaço de acolhimento e reflexão, fortalecendo os profissionais vinculados às instituições educacionais que buscam efetivar os direitos dos cidadãos concretizando a importância da educação como um direito social.

### **Acompanhamento da experiência do Assistente Social em uma escola privada**

As atividades de acompanhamento ocorreram a partir das reuniões com a Assistente Social da escola, onde foi criado um plano de estudos a partir das principais demandas identificadas, das observações e informações obtidas. A partir desse processo, começaram a surgir dúvidas e questionamentos para poder entender melhor a atuação do profissional de Serviço Social na educação, mais precisamente na instituição pesquisada.

Em consonância com as observações e atividades executadas pelo Serviço Social, tal setor propôs a implementação de um projeto de intervenção pelo Assistente



Social, em que foi elaborada uma proposta de um trabalho em equipe multidisciplinar.

Entende-se a multidisciplinaridade como uma relação horizontal entre profissionais de formação diferentes partícipes conjuntamente de ações de trabalho que possuam objetivo político-profissionais convergentes, em que cada um desses sujeitos contribua com seus saberes através de relações democráticas, menos rígidas e limitadoras da expressão crítica e criativa entre os profissionais. (MOREIRA, 2013, p. 120).

Frente a isso, pôde-se observar que se fez necessária a concretização do processo de atendimento da equipe multidisciplinar, a qual conta com a participação e compromisso construídos entre os diversos segmentos, bem como o diálogo reflexivo entre colégio, alunos e a família, otimizando o trabalho e gerando, nesse contexto, a possibilidade de desenvolvimento de um processo construtivo.

Destaca-se que para que a escola possa estar apta a corresponder a novas expectativas é preciso que ela adote um paradigma educacional inovador, que tenha uma visão ampla o suficiente para comportar o sujeito da aprendizagem, sua família e seus sistemas significativos, funcionando muitas vezes, como mediadora do processo inter-relacional. E ainda que possa contar com o auxílio de profissionais de diferentes áreas que contribuam para uma abordagem multidisciplinar desse complexo desafio que é educar.

Na escola atuam profissionais com a mesma formação bem como formação em áreas diversas do conhecimento. Entretanto, trabalhar em equipe requer uma longa aprendizagem, uma perspectiva aberta para o que seja a educação, o processo ensino-aprendizagem e respeito ao outro. A aprendizagem para o trabalho em equipe começa na pré-escola com o desenvolvimento do trabalho em cooperação, com adequada divisão de tarefas e responsabilidades, com respeito mútuo.

Retomar os saberes vividos permite aos grupos perceberem-se produtores de conhecimento e igualmente analisarem as múltiplas relações que dele derivam. Assim, torna-se um conhecimento articulador para a vida relacional, para a convivência em seu meio e para se mover no mundo. (CARVALHO, 2014, p.208).

Pontua-se que a composição de uma equipe multidisciplinar é feita por profissionais de diversas áreas, ou seja, com formações acadêmicas diferentes e que trabalham em prol de um único objetivo. Assim, contar com uma equipe multidisciplinar proporciona a condensação do conhecimento prático de diversos



profissionais, concretizando um método de trabalho eficaz.

O profissional assistente social partilha de que o trabalho coletivo visa humanizar o atendimento, necessitando ter uma visão ampla e de entendimento da necessidade de cada um. Sendo assim, “no atendimento multiprofissional a avaliação e discussão da situação respeitará a conclusão manifestada por escrito pelo Assistente Social, que tem seu âmbito de intervenção nas suas atribuições privativas” (CFESS, Resolução nº 557/2009). É importante destacar que

[...]A família é a base do indivíduo, na qual a criança deve crescer e se desenvolver aprendendo a respeitar, a conviver e a compreender o espaço do outro. É a partir desse acompanhamento familiar que se forma um alicerce favorável para educar os filhos, em parceria com a escola, para formar cidadãos em plena condição de viver em sociedade. (COUTINHO; RIBEIRO; BARRETO, 2014, p. 95).

Logo, cada profissional deve ter seu olhar crítico, uma intencionalidade no trabalho e ser conhecedor de seu papel, o que vai contribuir para que a equipe multidisciplinar possa efetuar o que se propõe. Destaca-se que a multiplicidade de situações cotidianas que se expressam no âmbito escolar, demandam uma intervenção imediata, que requer um debate constante e a construção de estratégias pedagógicas embasadas nos múltiplos saberes.

Por conseguinte, do que foi possível observar, salienta-se que processo de trabalho em conjunto, tendo como centro o Serviço Social, envolveu efetivamente todo o setor e a própria equipe, onde foi possível confirmar que a proposta inicial fora um tanto positiva. O profissional assistente social esteve presente e garantiu maior visibilidade nos setores da Instituição, participando das reuniões e colocando a importância do seu trabalho na educação.

Destaca-se que o Serviço Social realizou, ainda, visitas domiciliares nas residências de todos os alunos bolsistas integrais e parciais, respaldando-se nas fichas socioeconômicas que os pais ou responsáveis preencheram, de modo que os discentes participassem do processo seletivo de bolsas. Isso possibilitou a socialização e a demonstração da importância do Serviço Social na educação, como a relevância do mesmo para dirimir quaisquer esclarecimentos ou dúvidas que surgissem nas famílias.

Nesse sentido, essas ações multidisciplinares executadas nessa escola contribuíram para conhecer a realidade das famílias dos alunos, fortalecendo e aproximando família- aluno -escola, na interação e troca de saberes com os outros profissionais como a diretora, coordenadoras, psicóloga, educadora especial, orientadora educacional e enfermeira, obtendo resultados benéficos para todos nas



atividades que foram desenvolvidas.

Assim sendo, as contribuições à população usuária deram-se através das visitas domiciliares, em que as famílias tiveram a oportunidade de realizar questionamentos sobre o funcionamento do setor de Serviço Social, bem como o trabalho do profissional inserido na educação. Através do diálogo observou-se que muitas famílias possuíam dificuldades financeiras, como a de acesso para manter seus filhos no colégio particular. Outra contribuição foi a de que o setor de Serviço Social passou a ser frequentemente procurado e solicitado por professores e funcionários que buscam informações e esclarecimentos para possíveis tomadas de decisões.

Todas essas ações colaboraram para conhecer o que realmente os colegas/profissionais de outras áreas entendiam e compreendiam em relação ao setor de Serviço Social. Também ocorreu maior aproximação da direção com o setor para resolver alguns conflitos internos e externos, tendo, por exemplo, a criação de uma comissão de avaliação do processo seletivo de bolsas, em que reuniram-se profissionais de áreas distintas, envolvendo a diretora, a assistente social, o administrador e a secretária da instituição, para dialogar e avaliar casos peculiares que não se enquadravam no edital do processo. Isso significa que as ideias trabalhadas de forma multidisciplinar foram absolutamente importantes no incentivo aos alunos, professores, funcionários e familiares que se envolveram em ações de participação coletiva com resultados na transformação da realidade das pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão percebe-se que a Política de Educação passou por inúmeras transformações no decorrer da história, observa-se, contudo, que sempre houve privilégios para a classe mais abastada da sociedade, e que a população menos favorecida sempre contribuiu para a exploração do trabalho, não estimulando a formação da cidadania e de uma consciência crítica. O trabalho multidisciplinar também é uma discussão recente, nessa área, pois sempre existiu certo receio dos profissionais de trabalhar em conjunto, devido a uma competitividade incorporada pelo mercado.

A inserção do Assistente Social na educação é bastante prematura e consegue-se vislumbrar, frente às legislações trazidas, que existe desconhecimento sobre a atuação desse profissional, especialmente, no que se refere ao âmbito da educação. Para tanto, tendo por base as observações realizadas no setor de Serviço Social, de uma escola particular de Santa Maria/RS, conclui-se que a implementação de uma equipe multidisciplinar, tendo por enfoque o trabalho desenvolvido pelo Assistente Social, contribuiu para a ampliação do diálogo no espaço escolar.



Houve assim a democratização da informação, a partir da promoção de debates e diálogos multidisciplinares nas diversas esferas educacionais e societárias. Para tanto, tais ações demonstraram a relevância em refletir sobre os limites e as possibilidades de uma prática pedagógica multidisciplinar, buscando registrar todos os esforços, anseios e expectativas, tanto no processo de formação da equipe, como também no trabalho efetivo.

Assim sendo, entende-se que a ação profissional do Assistente Social realizada junto a uma equipe multidisciplinar qualifica o atendimento e pode facilitar o diálogo permanente com professores, alunos, familiares e a equipe diretiva da escola. Tudo isso tende a promover um comprometimento e fortalecimento, além da categoria profissional, de outros educadores, incentivando a reflexão e a efetivação da educação como um direito social. Em vista disso, é mister que todos caminhem na mesma direção, para que haja um trabalho comprometido, com uma visão ampla da realidade educacional e societária.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. **Família redes, laços e políticas públicas**. Cortez: São Paulo, 2014.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação**. Santa Catarina: UFSC, 2012.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BONETTI, Dilséa Adeodata; VINAGRE Marlise; SALES, Mione Apolinário; GONELLI, Valéria M. M. **Serviço Social e ética: Convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em: 02 de Maio de 2016.



BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acessado em: 20 de Abril de 2016.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão social e trabalho social**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS Nº 557/2009**. Brasília: CFESS, 2009.

COUTINHO, Ângela Araújo; RIBEIRO, Mirian dos Santos; BARRETO, Valdinei de Barauna. Serviço Social e família: as contribuições da atuação do Serviço Social para efetivação da participação familiar no acompanhamento educativo. *In*: SILVA, José da Silva (org.). **Serviço Social na educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2014. p. 95- 107.

EBC. **Entenda o que diz a proposta de Reforma do Ensino Médio**. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/educacao/2016/10/entenda-reforma-do-ensino-medio>. Acessado em: 30 out. 2016.

MELLO, Guiomar. **Social democracia e educação: teses para discussão**. São Paulo: Cortez, 1990.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

PALLOTTI, São Vicente. **Colégio Fátima educação e humanização**. Disponível em: [http://colegiofatima.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=194&Itemid=612](http://colegiofatima.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=194&Itemid=612). Acesso em: 06 set. 2016.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, July 1993. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1993000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003). Acessado em: 01 jun. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

VEIGA, Cyntia Grive. **500 de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.





## 6 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: SABERES E COMPETÊNCIAS

Marina Aparecida Fernandes do Vale <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A inserção do Assistente Social na Educação impõe desafios para que estes profissionais do serviço social possam intervir de forma qualificada contribuindo para a busca de respostas aos anseios dos indivíduos que compõem a unidade escolar. A educação possui demandas que necessitam da intervenção não só do Assistente Social, mas da equipe multidisciplinar para encontrar alternativas de trabalho e estratégias.

É através da educação que é possível realizar a transformação de um povo, sendo função da escola auxiliar na promoção e no processo de transformação do ser humano na sua integralidade, motivando na formação de valores, hábitos e comportamentos, respeitando as diferenças culturais (AMARO, 2011).

Neste artigo questiona-se como o Serviço Social na Educação, pode influenciar na qualidade do ensino ofertado.

A definição deste estudo se deu em razão da necessidade de compreender o papel exercido pelo Assistente Social dentro do ambiente escolar, avaliando sobre os pontos positivo desse trabalho para educação. Além disso, buscou-se compreender como o serviço social foi inserido na política de educação e seu processo de evolução, destacando as principais conquistas da classe em relação à educação.

Desse modo o objetivo geral do estudo foi analisar a importância da inserção Assistente Social nas rotinas diárias das práticas educacionais, examinando quais os principais fatores para a necessidade da realização do trabalho do Serviço Social. Dentre eles destaca-se o baixo rendimento escolar e evasão, que na maioria das vezes estão ligados a fatores sociais, culturais e econômicos que interferem nos processos correlacionados no campo escolar, cabendo ao Assistente Social que está inserido na política pública identificar e aplicar uma intervenção qualificada.

Para isso, elegeu-se a pesquisa bibliográfica, tendo como fonte “[...] manuseio de obras literárias, quer impressas, quer capturadas via internet” (FURASTÈ, 2007, p.33), ampliando as reflexões a respeito do tema proposto. A pesquisa bibliográfica apresenta melhor fundamentação para o estudo, pois utiliza-se de diversos autores,

---

1 Assistente Social. Bacharel em Direito. E-mail: marinavale.social@hotmail.com



enriquecendo o processo de pesquisa e interpretação das informações.

Já em relação ao tipo de pesquisa, tem abordagem qualitativa. Segundo Santos (2010, p.59) “direcionado para âmbito social, com abordagens sociopolíticas, econômicas, culturais e educacionais.”

Constatou-se que diante do processo de transformação social, a educação pode ser utilizada como instrumento para efetivar o projeto político social, podendo a Assistencial Social auxiliar na promoção de melhorias na educação, em relação aos benefícios ofertados aos alunos, além da contribuição para o atendimento aos problemas sociais, econômicos e culturais de suas famílias e a própria comunidade escolar.

O presente artigo foi dividido em duas seções, na primeira, se discutirá sobre a inserção do Serviço Social na política de educação, considerando as leis vigentes e sua aplicação. Já na segunda seção tratar-se-á acerca do serviço e as diversas formas de atuação e contribuição na educação. Finaliza com as considerações finais, retomando os principais aspectos e reflexões do estudo.

## A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

É importante detalhar o trabalho realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social sobre a inserção da atividade do Serviço Social na Política de Educação, enfatizando sobre as probabilidades e limites de atuação desses profissionais no processo.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009) é necessário destacar que os Assistentes Sociais trabalham com a questão social de diversas maneiras e suas expressões cotidianas, tais como: trabalho, família, área habitacional, saúde, assistência pública e a área educacional.

Para Ribeiro (2018) é nítido o adensamento da questão social, na atual conjuntura em que se encontra nossa sociedade, onde o trabalho a cada dia se torna mais social, contudo, a apropriação dos seus frutos mantém-se provada, monopolizada somente por uma parte da sociedade.

Ainda de acordo com Ribeiro (2018) é possível afirmar que o Serviço Social como profissão está intimamente relacionada à questão social, tendo fundamentos sócio-históricos que permitem sua ação, sendo extremamente importante essa atividade na comunidade escolar. A todo o momento são noticiadas situações envolvendo violência, drogas, desemprego, violação de direitos, conflitos familiares dentro do cotidiano escolar.

Iamamoto e Carvalho (2009) aludem ser necessário considerar as relações



sociais que transpassam no ambiente escolar, são relações que abarcam as rotinas do cotidiano, se manifestando em diversos locais tais como: família, trabalho, escola e até mesmo no lazer.

Iamamoto e Carvalho (2009, p. 114) ainda explicam que:

O Assistente Social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, moradia, educação e relações familiares. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção.

Diante da celeuma apresentada pelos autores, compreende-se a necessidade de um profissional habilitado para auxiliar no enfrentamento e intervenção nessas expressões sociais, estando o Assistente Social apto para tal função, por possuir um olhar diferenciado.

Ribeiro (2018, p. 15), confirma entendimento:

Apresentando-se como um aliado na área educacional na busca por uma educação de qualidade, construindo uma intervenção qualificada tendo como base os princípios éticos e fundamentais, o posicionamento a favor da universalidade de acesso aos Direitos, bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.

Faleiros (2010) entende que o Assistente Social está habilitado para atuar de forma efetiva no enfrentamento dos problemas que afetam a sociedade, através do acompanhamento social das famílias e fortalecimento de vínculo com as mesmas.

Ribeiro (2018, p. 15) considera que “o assistente social no ambiente educacional irá contribuir para estimular os alunos, pais, e funcionários da escola a serem sujeitos autônomos e empoderados na luta pela efetivação de seus direitos.”

Logo, é importante destacar que o Assistente Social possui competências e atribuições privativas da função que são diferentes das funções dos pedagogos que já atuam nas escolas, sendo possível até realizar visitas domiciliares, encaminhamento e articulação com os serviços disponíveis no município através de parceria com a equipe.

Para Amaro (2011) a escola necessita conhecer a realidade social de cada aluno que ali frequenta, podendo encurtar a distância que o separa da própria escola e também do próprio universo familiar. Sendo a educação um dos fatores de maior influência na formação do cidadão.



Portanto o Assistente Social deve estar apto para conhecer a realidade social do aluno, além de representar sua profissão através das entidades representativas, principalmente sobre a temática da inserção da profissão na educação, considerando seus limites e possibilidades de contribuição.

É possível observar que umas atribuições do Conselho Federal de Serviço Social, dispostas no artigo 8º da Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre:

Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;

II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;

III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;

VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;

VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;

VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.

Assim a inserção da atividade do Serviço Social na educação, teve seu amadurecimento por volta de 1990, com um aumento considerável do Serviço na área de educação no Brasil, tendo como referência o número de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistente Social de 1995.

Além do mais, a consolidação expansiva desse campo de atuação, ganhou mais espaço quando surgiram as Comissões Temáticas de Educação no CRESS e as discussões, proposições nos encontros nacionais do Serviço Social.

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2001) o encontro nacional nada mais é que um fórum para deliberações de assuntos sobre a profissão que ocorre anualmente. Sendo composto por representantes do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional do Serviço Social, com direito à voz e voto.

Nesses encontros são determinadas as pautas de linha de pesquisa e objetivos a serem alcançados. No 30º Encontro Nacional foi elaborado uma Brochura “Serviço



Social na Educação”. A partir desse encontro foram realizados outros para estudos e produções de pareceres e documentos.

Por sua vez, Ribeiro (2018, p, 18) explica sobre a formação do Grupo de Trabalho Nacional:

Cabe esclarecer que este Grupo de Trabalho (GT) é composto por quatro membros do CFESS e um membro de cada CRESS das cinco regiões, e que o documento *Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na educação* elaborado pelo GT tinha por finalidade contribuir para o aprofundamento do debate sobre a atuação do serviço social na educação, destacando seus avanços, desafios e a importância desse profissional neste espaço.

Dentre os desafios, é possível destacar alguns que foram considerados pelo Grupo de Trabalho Nacional para consolidar o serviço na Política de Educação citados por Ribeiro (2018, p, 19).

- a) Lutar pela elaboração e aprovação de projetos de lei (PL) que versem sobre a inserção profissional na educação;
- b) Ampliar a participação dos profissionais nos fóruns de controle social da Política de Educação;
- c) Explicar e defender a importância da inserção do trabalho de assistentes sociais nesta política para profissionais da área de educação e sociedade;
- d) Defender a importância da realização de concursos públicos para assistentes sociais na Política de Educação;

Foram diversas as ações e lutas dos profissionais do Serviço Social para inserção do trabalho do Assistente Social na educação, pois se acredita que estes profissionais podem contribuir para o desenvolvimento do cidadão como conhecedor dos seus direitos e deveres, tornando-os mais fortes.

A educação é tratada como direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, assim como os demais outros direitos inerentes à vida humana, sendo extremamente relevante para a vida dos indivíduos. Assim dispõe o Artigo 6º da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 6º São **direitos sociais a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.



Desse modo, a partir do momento que a educação é considerada como um Direito Social estabelece ao Estado a responsabilidade de garantir a oferta de educação de qualidade a todos os cidadãos, ou seja, a toda as camadas sociais. (DIAS SOBRINHO, 2009).

Ainda é possível observar que a Constituição Federal de 1988, dispôs de mais um artigo para tratar sobre a educação, assim segue art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Existem outros dispositivos que asseguram a educação como direito, dentre eles estão Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente no qual defendem o direito de acesso e permanência do estudante à escola, além de dispor sobre os diversos direitos e deveres, sempre afirmando o papel do Estado e da Família para a efetivação desses direitos.

Para Ribeiro (2018, p, 22) inserir o Serviço Social na Política de Educação permite a esse profissional cooperar de forma efetiva para garantir o direito à educação citados nos dispositivos acima.

A inserção na Política de Educação concebe para o Serviço Social uma possibilidade de cooperar para a efetivação do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, bem como a qualidade dos serviços no sistema educacional.

Enquanto Gomes (2010) acredita que a inserção do Assistente Social na educação é justificável a partir da abrangência do processo de ensinar e aprender, observando as dimensões afetivas, sociais e cognitivas.

O trabalho do Assistente Social auxiliará para que a escola execute a função social, de proteção de direitos fundamentais da criança e do adolescente como garante a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em relação a Leis específicas para regulamentar a profissão do Assistente Social na Escola, ou seja, na educação, na Câmara Federal tramitou o Projeto de Lei Nº 3.466 de 2012 (PLC Nº 3.466/12), que foi apensado ao PL 6478/2009, com a seguinte ementa: “Dispõe sobre a introdução do cargo de Assistente Social nos quadros funcionais das escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o



país.” Contudo foi arquivado em 2012.

Já no Senado Federal tramitou o projeto de Lei Nº 60 de 2007 (PLC Nº 60/07), que transformou a Lei 13.935/2019 com a seguinte ementa: “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.”

Portanto fica evidente da importância das atividades exercidas pelo Assistente Social dentro do ambiente escolar, tendo grandes avanços em relação à legalização dessa profissão na área educacional, sendo imprescindível analisar adiante sobre a atuação do mesmo na Política de Educação e principais conquistas.

## A ATUAÇÃO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Inicialmente é importante destacar que o Serviço Social brasileiro surgiu na década de 1930 como um mediador da relação entre a classe trabalhadora e o mundo empresarial. Nesse período, a classe trabalhadora estava muito insatisfeita, vivenciando péssimas condições de trabalho, como longas jornadas de trabalho, insalubridade na ocupação, exploração do trabalho infantil e feminino (RIBEIRO, 2018).

Ainda de acordo com Ribeiro (2018), devido à pressão sofrida pelo Estado, utilizou-se do Serviço Social como um dos meios para mediar a relação entre a classe trabalhadora e os empresários, com o auxílio da igreja católica, que foi uma das bases para fundar a profissão (RIBEIRO, 2018).

Iamamoto (2009, p.01), relata que:

O surgimento do Serviço Social no Brasil tem sua origem no amplo movimento social que a Igreja Católica desenvolve com o objetivo de recristianizar a sociedade. Com o crescimento da industrialização e das populações das áreas urbanas, surge a necessidade de controlar a massa operária. Com isso o Estado absorve parte das reivindicações populares, que demandavam condições de reprodução: alimentação, moradia, saúde, ampliando as bases do reconhecimento da cidadania social, através de uma legislação social e salarial. Essa atitude visava principalmente o interesse do Estado e das classes dominantes de atrelar as classes subalternas ao Estado, facilitando sua manipulação e dominação.

Neste contexto, Bolorino (2012, p, 212) afirma que “o significado sócio-histórico e ideopolítico do serviço social está inscrito no conjunto das práticas sociais que é acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das sequelas da questão



social.”.

Ribeiro (2018, p, 27) explica:

Na década seguinte com a intensificação das reivindicações por bens e serviços por parte dos trabalhadores, o Estado foi impulsionado a desenvolver políticas sociais, ampliando o mercado de trabalho para os Assistentes Sociais na esfera pública. É nesse período, na década de 1940 que ocorre a institucionalização da profissão com a associação dos assistentes sociais ao Estado. Desde então o Assistente Social passa a ser um trabalhador assalariado.

De acordo com Yazbek (2006), pode-se relacionar o surgimento do Serviço Social como profissão no Brasil, bem como sua estruturação no mercado de trabalho particular com as relações históricas sociais, políticas e econômicas.

Para Yamamoto e Carvalho (2009) a política social também é uma estratégia de capital para reduzir os gastos com os meios de reprodução da classe trabalhadora. As políticas de saúde, habitação, cultura e educação são uma pequena parte do retorno produzido pelos trabalhadores, pelos empregadores e pelo Estado.

Amaro (2011), explica que a educação deve ser considerada como um dos principais instrumentos para a transformação de um povo, sendo papel da escola auxiliar no processo de promoção do ser humano e na sua integralidade, incentivando na formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos.

Em relação à atuação do Assistente Social na área da educação, estima-se que iniciou por volta de 1930, porém foi somente na década 1990 que a profissão teve maior visibilidade nessa área. Barbosa (2016) menciona que em 2001 foram criadas Comissões Temáticas de Educação no CRESS, onde foi criado um “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação” para a elaboração de um documento intitulado “Serviço Social na Educação” que contribuiu com as discussões no cenário nacional. “A Política de Educação é composta por níveis e modalidades de ensino, cada um deles possui particularidades no tocante a: dinâmica dos espaços ocupacionais, legislações, prerrogativa dos entes governamentais, profissionais e públicos” (CFESS, 2012, p. 09).

Cada vez mais Assistentes Sociais estão ingressando na esfera pública e privada, o que mostra que esse profissional é cada vez mais conhecido na área de educação. Assim, com a inserção desses profissionais nas diferentes instituições na educação os processos de trabalho dos assistentes sociais cada vez mais estão ligados à construção de ações que incidam de forma direta na cidadania do indivíduo.

Para Bolorino (2012, p, 211), “o Serviço Social é reconhecido como um tipo de





especialização do trabalho coletivo, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, intervindo no âmbito da produção e reprodução da vida social.”

Amaro (2011, p, 102), aclara que:

O Assistente Social, enquanto profissional que tem a questão social como centralidade e historicamente atua em suas múltiplas e complexas manifestações, tem competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional.

Já nos espaços educacionais, dada particularidade de cada indivíduo e a ampla realidade social que permeia o ambiente, a importância e a necessidade do trabalho do Serviço Social não é tratada de acordo com sua necessidade.

Bolorino (2012, p, 211) explica de que forma o trabalho do Serviço Social pode interferir no dia a dia do indivíduo.

O Serviço Social é um trabalho especializado, que interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O Assistente Social, com outros profissionais, contribui para a criação de consensos na sociedade. Esses consensos são em torno de interesses de classes fundantes, ou seja, dominantes e dominadas, reforçando a hegemonia vigente ou criando uma contra-hegemonia no cenário da vida social.

Quando se fala em educação, Garcez (2010) explica que pode ser definida como uma política pública cujas prioridades partem de uma sociedade auto-organizada para que suas reivindicações ganhem espaço na agenda governamental, pois, para serem efetivas, requerem investimentos sociais, políticos e econômicos.

Portanto fica evidente que o Assistente Social inserido na escola irá contribuir para garantir que a escola execute a função social, de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, conforme é assegurado pela Constituição Federal e também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse entendimento Amaro (2011, p. 103), esclarece:

O trabalho profissional na educação edifica-se tendo em conta:  
1) as normativas profissionais que fundamentam e norteiam sua identidade, especificidade e ação profissional na contemporaneidade



sendo pilares: a lei de regulamentação da profissão, o código de ética profissional e projeto ético político da categoria. 2) a base legal da política educacional (a LDB de 1996, o PDE); 3) os direitos humanos e sociais constantes na legislação brasileira e outras normativas formuladas a partir da Constituição brasileira de 1988, tais como o ECA, o Estatuto da Igualdade Racial, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o Programa Bolsa Família e o Programa Frequência Escolar, entre outros).

Para Ribeiro (2018) é na escola o ambiente propício para que o Assistente Social possa promover o encontro da educação com a realidade social de cada aluno, como por exemplo, atitude e comportamentos agressivos, baixo rendimento escolar, dificuldades de aprendizado, problemas com comportamento, insubordinação, dentre outros.

Amaro (2011) afirma que o Assistente Social pode colaborar de forma proativa no dia a dia da escola, como na avaliação, execução de Projeto Político Pedagógico, assegurando que sejam efetivadas e cumpridas as diretrizes e normativas existentes.

Logo, o Assistente Social que inserir-se na Política de Educação ou nas unidades escolares precisa ter amplo conhecimento sobre as redes disponíveis para as localidades, facilitando a articulação entre os serviços. Ribeiro (2018, p. 31) “afirma que o desenvolvimento das políticas sociais públicas de proteção aos indivíduos se caracterizou de forma setorializada e desarticulada, assumindo características hierarquizadas e centralizadoras”.

Barbosa (2016, p.27), acredita que a principal função do Serviço Social na educação é auxiliar no acesso à educação:

O papel essencial do Serviço Social na Educação é contribuir para o acesso ao conhecimento e para que as pessoas tenham possibilidades de participarem das políticas sociais e lutar pela igualdade de direitos. Atuando profissionalmente na Educação o Serviço Social trabalha com a expressão da questão social, na luta pela igualdade e ampliação da defesa dos direitos sociais.

Dessa forma, considerando essas necessidades sociais e as competências do Serviço Social ficam perceptíveis ao diálogo com o espaço escolar, tendo em vista que a Constituição Federal consagra a educação como um direito social, considerando a formação cidadão, conforme já citado.

Portanto não só o acesso, mas também a permanência desse cidadão à educação é considerado como um grande desafio para educação pública do país, seja



considerando a educação básica, cursos técnicos, profissionalizantes, tecnólogos, universidades ou até mesmo na rede privada de ensino.

Para Barbosa (2016) a educação é um direito social que deve ser garantido por todos os profissionais que compõe o espaço de trabalho, seja em relação ao acesso e/ou à permanência. Dentro dessa perspectiva, o Assistente Social tem a função de intervir nas questões sociais que fazem parte do campo de atuação.

Assim Barbosa (2016, p. 27), ainda esclarece que:

A questão social como objeto de estudo e intervenção do Assistente Social é nitidamente percebida no espaço escola, e a sua inserção tende a contribuir na condição de mediador na relação da questão social e suas múltiplas expressões e impactos no campo educacional num contexto de grandes mudanças sociais e familiares diante da precarização e escassez dos postos de trabalho e as condições de pobreza e desigualdade social presentes na sociedade brasileira. Esses aspectos são elementos essenciais para pensar a prática cotidiana do Assistente Social na intervenção junto aos alunos, à escola, à família e à sociedade no espaço escolar e para além do ambiente escolar.

Portanto o Serviço Social colabora de forma direta para garantir o direito à educação, “com a realização dos diagnósticos sociais indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das condições de enfrentamento da vida escolar” (CFESS, 200, p.12).

A contribuição do Serviço Social ainda pode identificar fatores sociais, econômicos e culturais que afligem o campo educacional atualmente como: evasão escolar, atitudes e comportamentos agressivos e de riscos para os demais colegas, dentre outros.

Para Amaro (2011, p. 108), é necessário ir muito mais além, superando as questões sociais que adentram na educação, assim explica:

É preciso resgatar o potencial humano que está sufocado pela pobreza, corrupção, medo e individualidade e construir um novo ser social. Assim, se nos dispomos a superar as questões sociais que adentram na educação, ou mais precisamente no ambiente escolar, precisamos, processualmente, conscientizar, humanizar e mobilizar os grupos ou indivíduos socialmente mais vulneráveis, em benefício dos próprios e da coletividade escolar – dado que com autoestima restaurada, as tensões e dificuldades de caráter relacional no geral acabam sendo superadas ou reduzidas.



Considerando o Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, a escola é uma instância do Assistente Social, sendo uma profissão de caráter técnico/científico de nível universitário, regulamentado pela lei 8.662/93. Ainda de acordo com o CFESS (2001), cabe ao Assistente Social desenvolver as seguintes funções na área de educação:

Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;

Elaboração e execução de programas de orientação sociofamiliar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;

Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública [...].

A atuação do Serviço Social na área da educação permite inúmeras possibilidades de intervenção do Assistente Social, como por exemplo, estabelecer uma articulação entre a escola e o espaço social em que está inserida, no contexto da realidade social, tendo como finalidade instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade.

Barbosa (2016, p, 29), explica que é um grande desafio para o profissional do Serviço Social realizar o processo de inclusão nas Escolas Públicas Brasileiras:

Outra perspectiva de atuação do profissional de Serviço Social está na Inclusão Social, que se mostra como um grande desafio principalmente no que diz respeito à Escola Pública Brasileira, porque ela só irá se tornar efetivamente uma Escola Inclusiva quando a universalidade e qualidade de ensino forem garantidas. Atualmente verificamos uma necessidade da população que é a garantia de acesso e permanência em uma escola que tenha qualidade.

Desse modo, compreende-se que a Escola deve ser considerada como uma instituição social que demanda de atenção, pois é nesse ambiente onde se manifestam as mais diversas formas de exclusão, devendo o profissional estar qualificado para identificar e intervir no processo de maneira eficaz.

Por isso da importância e necessidade de uma equipe multiprofissional no ambiente escolar, destacando-se as atividades realizadas pelo Assistente Social, considerando que é função do Assistente Social, elaborar, coordenar e executar



planos e projetos que viabilizem os direitos da população e seu acesso às políticas sociais, como a saúde, educação, dentre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar sobre as contribuições do Serviço Social no setor da educação, sendo necessário e relevante a promoção de debates entre os profissionais, estudantes e a sociedade em geral. O objetivo deste artigo foi realizar uma reflexão sobre a importância da educação e compromisso de cada profissional na formação dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

Logo, é importante destacar que não é possível que ocorra transformação social apenas por um profissional, por isso sugere-se a importância do trabalho multiprofissional, devendo a atuação do Serviço Social não ficar restrita somente ao campo educacional, mas também em outras áreas, mas que não fique limitada somente a ações isoladas, desconsiderando as reais necessidades do sujeito, devendo primar sempre pela igualdade de oportunidades no acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino.

De fato, verifica-se que os elementos que constituem a própria atuação do assistente social na área da educação, além do auxílio na elaboração de políticas educacionais, e dar assistência ao corpo técnico e docente da unidade escolar, o incentivo à participação e integração de alunos, pais e profissionais da escola, e o fortalecimento da ligação entre escola, família e comunidade. Utilizando recursos como instituições e visitas domiciliares para melhor compreender a realidade social da população escolar atendida.

A inserção do Assistente Social na Educação requer a superação de desafios, pois esses profissionais devem estar aptos para intervir de forma qualificada, buscando contribuir para as respostas que atendam os anseios dos indivíduos que compõem o ambiente escolar.

A educação deve ser considerada como um instrumento útil para efetivação do projeto político do Serviço Social. O(a) Assistência Social pode auxiliar na promoção de melhorias da política educacional tanto em relação aos benefícios ofertados aos alunos quanto na formação de uma política sistêmica, examinando sempre o atendimento dos problemas sociais dos alunos e família, orientando a comunidade escolar na organização social e política.

Por meio da Educação é possível conseguir transformar um povo, sendo papel da escola auxiliar no processo de promoção e transformação dos seres humanos em sua integralidade, incentivando na formação de valores, hábitos e comportamentos,



sempre respeitando as diferenças.

Nesse sentido é possível concluir que a inserção do Assistente Social na educação não é algo novo, contudo, ainda apresenta muitas demandas e desafios, como por exemplo, a sua inserção de forma qualificada. Contudo não restam dúvidas que a parceria entre educação e o Serviço Social poderá contribuir para um ambiente escolar mais produtivo, possibilitando aos alunos a garantia dos seus direitos, através da efetivação das políticas públicas educacionais.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed. Da UFS, 2011.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. Edição do Kindle.

BARBOSA, CRISTIANO AVELINO. **Serviço Social na educação: um estudo sobre a atuação do assistente social no contexto educacional brasileiro**. Campina Grande: [s.n.], 2016.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL, **Lei nº 8.662 de 7 de Junho de 1993**. “Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_](http://www.planalto.gov.br/ccivil_). Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASILIA. CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001.

BOLORINO, Eliana. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília. 2012.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 28, p. 164-172, jan./abr. 2000.



FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo/SP: Cortez, 2007.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: elaboração e formatação. Explicitação das Normas da ABNT.14. ed. Porto Alegre:[s.n.], 2007.

GOMES, Vanessa Lidiane. O Serviço Social na Educação. *Jornal do Conselho Regional de Serviço Social – 10ª Região*. **CRESS Informa**, nº 92, out. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** - esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2009.

RIBEIRO, Paula de Oliveira Santos. **A inserção do Serviço Social na educação**: uma experiência no município de Iguaba Grande - RJ. Orientador Wanderson Fábio Melo. 2018, 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) -Universidade Fluminense, rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Clóvis Roberto dos; NORONHA, Rogéria Toller da Silva de. **Monografias científicas**: TCC, dissertações, tese. 2 ed. rev. São Paulo: Avercamp, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.



# 7 O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA APAE DE SANTA CRUZ DO SUL<sup>1</sup>

Inês Pereira<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o objetivo de contextualizar como o Serviço Social vem contribuindo para o acesso a informações básicas e o acesso à garantia dos direitos sociais, fomentando um trabalho que visa o desenvolvimento psicossocial e integral de cada criança e adolescente com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo, que estão inseridas na Educação Especial na APAE de Santa Cruz do Sul.

Para tanto, o presente estudo se dividirá em três momentos bem distintos, mas que compreende e abrange todos os tópicos propostos neste processo de trabalho.

No primeiro momento será enfatizada a historicidade do surgimento da Educação Especial no Brasil, assim como o surgimento das APAEs, acompanhando este movimento que, no início do século XIX, já sinalizava uma certa preocupação com a questão educacional das Pessoas com Deficiência que não tinham um aparato legal para subsidiar a educação dos mesmos.

Em seguida, será abordada a trajetória da APAE de Santa Cruz do Sul, bem como a do Serviço Social na entidade, com os projetos, programas e serviços prestados a todos os deficientes intelectuais e ou múltiplas e seus familiares e comunidade. Nesse momento, procura-se dar visibilidade às atividades, os instrumentos de trabalho e o objeto de intervenção profissional. Esses três elementos, atividades, instrumentos e objetos integram o processo de trabalho do Assistente Social nesta entidade.

E, para o terceiro momento, serão realizadas as considerações finais, que são de suma importância para futuras discussões acerca das transformações às quais a política de educação está passando. Compreende-se que a busca pela inclusão,

---

1 Este artigo traz considerações sobre a importância do trabalho do assistente social desenvolvidos na Política de Educação, em especial dentro da Educação Especial na Apae de Santa Cruz do Sul, visto que, ainda em pleno século XXI, vivenciamos muito preconceito e falta de respeito para com as Pessoas com Deficiência. Para isso, foi realizada uma análise documental que envolveu uma busca pelo processo histórico da instituição e pelo processo de trabalho do Assistente Social dentro da Educação Especial junto às famílias nesta mesma entidade.

2 Assistente Social na APAE de Santa Cruz do Sul (2018 até os dias atuais); formada pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (2004 - 2012) em Serviço Social; Especialista em nível de Pós Graduação em Metodologia do Trabalho com Famílias – Faculdades Santo Augusto – FAISA (2015 – 2016); Especialista em Serviço Social na Educação, pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (2020 – 2021); e-mail: [inespereira1@yahoo.com.br](mailto:inespereira1@yahoo.com.br).





inicia na família, perpassa a sociedade, com reconhecimento da Pessoa com Deficiência como um ser de direitos a ser respeitado, seguindo de cobrança aos gestores públicos para a efetivação desses direitos, já expressos em legislações.

No entanto, não se pode deixar de observar que na APAE, isso não é diferente, tanto a escola regular como a escola “especial”, por sua função político-social, e o próprio processo educacional, não poderiam passar imunes a toda avalanche de transformações que estão ocorrendo. Uma sociedade, portanto, se torna menos excludente à medida que, e, conseqüentemente, mais inclusiva, quando reconhece a diversidade humana e as necessidades específicas dos vários segmentos sociais, incluindo as pessoas com deficiência, para promover ajustes razoáveis e correções que sejam imprescindíveis para seu desenvolvimento pessoal e social, “assegurando-lhes as mesmas oportunidades que as demais pessoas para exercer todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” (MARQUES, 2008, p.27).

Desse modo, é necessário preparar a pessoa com deficiência para a vida em sociedade e para o convívio com as pessoas, lhes oferecendo uma orientação adequada, reconhecendo-as como sujeitos de direitos. Essa concepção de prepará-los advém das novas formas de pensar e atuar para com as pessoas com deficiência no âmbito da educação, estimular sua potencialidade levando-a a uma melhor compreensão de si mesma, de como lidar com as dificuldades pessoais e os seus conflitos, buscando desenvolver o senso crítico e atitudes adequadas a partir da tomada de consciência de seus direitos e deveres, no exercício pleno de sua cidadania.

Assim, se faz necessário e sempre que possível, juntos adquirirmos informações e podermos socializar entre os alunos com deficiência, pais e/ou responsáveis, professores e instituição, a fim de dar-lhes opções de escolha e liberdade para serem incluídos como cidadãos dignos na sociedade e não serem mais denominados pejorativamente pela mesma sociedade.

## A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p. 53).

O desenvolvimento histórico da Educação Especial no Brasil inicia-se no século XIX, quando os serviços dedicados a esse segmento são inspirados em experiências norte-americanas e europeias, sendo trazidos por alguns brasileiros que se dispuseram



a organizar, a programar ações isoladas e particulares para atender as pessoas com deficiências físicas, “mentais”<sup>3</sup> e sensoriais (MANUAL DE PAIS E DIRIGENTES, 2001).

Essas iniciativas, ainda não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o decorrer de um século, aproximadamente, para que a Educação Especial passasse a ser um dos componentes do sistema educacional. De fato, no início dos anos 60 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de educação dos “excepcionais” (MANUAL DE PAIS E DIRIGENTES, 2001).

Pode-se, assim, inferir que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos: de 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 até os dias de hoje – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar (MAZZOTTA, 1996).

No primeiro período enfatiza-se o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar e nesse tempo foram fundadas as instituições mais tradicionais de assistência às pessoas com deficiências “mental”, físicas e sensoriais que adotaram como marco fundamental da história da Educação Especial no Brasil a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”) em 1854, e do “Instituto dos Surdos Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (JANNUZZI, 1992; BUENO, 1993; MAZZOTTA, 1996). A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos “deficientes”, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação no país.

Dessa forma, a Educação Especial caracterizou-se por ações isoladas e o atendimento referiu-se mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas, e também em relação à deficiência “mental” houve um silêncio quase que absoluto.

Em cada época, as concepções de deficiência “mental” refletiam as expectativas sociais de um dado momento histórico. Nesse contexto, a concepção de deficiência “mental”, segundo Jannuzzi (1992), passou a englobar diversos tipos de crianças que tinham em comum o fato de apresentarem comportamentos que divergiam

---

3 Este termo não é mais usado conforme a Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, que foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2004 e promulgada posteriormente através de lei nacional de todos os países-membros. Conforme Lei 7853/89 que regulamenta a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, hoje não se usa mais a palavra “portador” nomenclatura adotada pelo texto constitucional e sim a palavra “com”, ou seja, Pessoa com Deficiência (Coletânea de Leis, 2005). Assim, algumas terminologias como, excepcional, deficiente mental e outros, passaram a se denominar de Pessoa com Deficiência, Deficiência Intelectual e/ou Múltipla e neste texto as terminologias antigas e usadas por alguns autores serão expressas entre aspas.



daqueles esperados pela sociedade, e conseqüentemente pela escola. Sob o rótulo de deficientes “mentais” (e outros tipos de rotulagem), foram encontrados alunos indisciplinados, com aprendizagem lenta, abandonados pela família, “portadores” de lesões orgânicas, com distúrbios mentais graves, enfim toda criança considerada fora dos padrões ditados pela sociedade como normais.

No Brasil, a deficiência “mental” não era considerada uma ameaça social nem uma degeneração da espécie. Ela era atribuída aos infortúnios ambientais, apesar da crença numa concepção organicista e patológica (MENDES, 1995). O movimento de institucionalização crescia com a criação de escolas especiais e classes especiais nas escolas públicas em outros países, mas aqui, no Brasil havia uma despreocupação com a conceituação, identificação e classificação dos deficientes “mentais” (ALLANA; MARTINS, 2010).

As décadas de 30 e 40 foram marcadas para a Educação, pela expansão dos ensinos primário e secundário, pela fundação de algumas universidades, entre outras mudanças que ocorreram nesse período. Mas, para a Educação Especial essa época, ainda não é considerada um problema a ser resolvido, sendo a maior preocupação para o Estado, as reformas na educação das pessoas ditas “normais”. Até a metade do século XIX, a deficiência “mental” era considerada uma forma de loucura e era tratada em hospícios (JANUZZI; 1992).

Entre a fundação desses Institutos e os dias de hoje, a história da Educação Especial no Brasil foi se estruturando, seguindo quase sempre modelos que primassem pelo assistencialismo, pela visão segregativa e por uma segmentação das deficiências, fato que contribuiu ainda mais para que a formação escolar e a vida social das crianças e jovens com deficiência ocorressem em um mundo à parte. Na década de 70, observa-se nos países desenvolvidos, amplas discussões e questionamentos sobre a integração das pessoas com deficiência na sociedade, e no Brasil acontece neste momento a institucionalização da Educação Especial em termos de planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973 (ALLANA; MARTINS, 2010).

A partir dos anos 80, a prática da integração social no cenário mundial teve seu maior impulso no reflexo dos movimentos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência. No Brasil, essa década marcou muito, pois foi um tempo marcado por muitas lutas sociais, empreendidas pela população menos favorecida e por vários movimentos sindicais. O envolvimento legal nessas mudanças foi de fundamental importância para o nosso país, pois essas mudanças sociais, mesmo que fossem mais nas intenções do que nas ações, foram se manifestando em diversos setores e contextos da sociedade, nos trazendo, sem dúvida alguma, a Constituição Federal de 1988 (PEREIRA, 2012).

Na sociedade contemporânea, conforme o terceiro período (em especial nos



anos 90) foi cenário de profundas mudanças, decorrentes de fenômenos complexos, advindos da globalização, da ascensão do neoliberalismo, da reconfiguração do sistema produtivo e do mercado de trabalho. Mudanças essas, que refletiram diretamente nas diversas esferas da sociedade, reestruturando a educação escolar em diversos países por meio de políticas públicas e diretrizes curriculares (PEREIRA, 2012).

Desse modo, pode-se afirmar que é através da Constituição Brasileira (1988) que fica assegurado o direito de todos à educação, garantindo-se, assim, o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, conforme, em seu artigo 208 estabelece a integração escolar enquanto preceito constitucional, preconizando o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda assim, conforme Bueno (1994) é mínimo o acesso à escola de pessoas que apresentam deficiência “mental”, com o agravante de esse acesso servir mais à legitimação da “marginalidade social” do que à ampliação das oportunidades educacionais para essa população, mesmo nos dias de hoje.

É no âmbito legal, na Constituição Federal de 1988, na lei 9.394/96, que o tema Educação Especial está representado em forma de regras como o direito de igualdade de todo o cidadão, tendo sido escrita com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948. No seu artigo 2º define os princípios e fins da educação nacional, que deve ser igualitária, com respeito à liberdade, garantindo um padrão de qualidade especializado e gratuito a todos, sem exceção. Já no seu artigo 4º inciso III, garante na escola pública atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, no inciso IX do mesmo artigo, também garante padrões mínimos de qualidade de ensino. No artigo 12 explicita que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar suas propostas pedagógicas, ou seja, terão autonomia para planejar seu próprio projeto de ensino.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu capítulo 5º, são apresentadas as normas da educação especial com as regras para a inclusão de “portadores” de necessidades especiais em que está previsto o respeito às peculiaridades da deficiência de cada indivíduo. No segundo inciso do artigo 58 defende que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas do aluno, não for possível a sua interação nas classes comuns. Ainda no artigo 59, inciso III da LDB, nomeia professores com especialização adequada em nível médio ou superior para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns.

Faz-se necessário, então, que as escolas públicas tenham professores capacitados para ensinar com métodos específicos, os quais atendam à demanda do



aluno. Assim, percebe-se que o Brasil segue as tendências educacionais mundiais, como por exemplo, o Programa Mundial de Ação relativo às pessoas com deficiências (ONU, 1983). A Constituição Brasileira, no artigo 205 de 1988 reza: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, assim como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É interessante considerar que os serviços especializados e o atendimento das necessidades específicas dos alunos garantidos pela lei estão muito longe de serem alcançados. Identifica-se, no interior de algumas escolas regulares, a carência de recursos pedagógicos e a fragilidade da formação dos professores para lidar com alunos com algum tipo de deficiência. Em âmbito legal, pode-se dizer que muitas conquistas foram alcançadas. Entretanto, precisa-se garantir que essas conquistas, expressas nas leis, realmente possam ser efetivadas na prática do cotidiano escolar, pois o Estado não tem conseguido garantir a democratização do ensino, permitindo o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos do ensino especial nas escolas.

De tal modo, não se pode negar, que a luta pela integração social do indivíduo que apresenta deficiência foi realmente um avanço social muito importante, pois teve o mérito de inserir esses indivíduos na sociedade de forma sistemática, se comparado aos tempos de segregação.

Ao revisitar a história da Educação Especial até a década de 90, pode-se perceber conquistas em relação à educação dos indivíduos que apresentam deficiência intelectual e/ou múltipla. No entanto, pode-se falar, também, de muitos retrocessos, de conquistas questionáveis e de preconceitos cientificamente legitimados. Porém, ao fazer-se essa análise, não são poucos esses avanços conquistados, pois ir de uma quase completa inexistência de atendimento de qualquer tipo à proposição e efetivação de políticas de integração social para essas pessoas, pode-se assim dizer, que não foi uma tarefa muito fácil não, foram anos de lutas e discussões para se poder chegar a uma “quase” total inclusão desses indivíduos.

Observa-se que a sociedade possui uma visão de homem padronizada e classifica as pessoas de acordo com essa visão. Elege-se um padrão de normalidade e esquece-se que a sociedade se compõe de homens diversos, que ela se constitui na diversidade, assumindo de outra maneira as diferenças. Portanto, para que as diferenças sejam respeitadas e se aprenda a viver na diversidade, é necessário um novo olhar, uma nova concepção de escola, de aluno, de ensinar e de aprender, precisamos ultrapassar os muros que a sociedade ainda impõe à pessoa com deficiência.



## Histórico do surgimento das APAEs no Brasil

A APAE<sup>4</sup> (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) é um movimento que se destaca no país pelo seu pioneirismo, como já foi mencionado anteriormente, e surge no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, por ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma “portadora” de Síndrome de Down, onde em seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos e admirava-se por não existir no Brasil, algo assim.

Motivados por esta cidadã, um grupo congregado por pais, amigos, professores e médicos de “excepcionais”, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil. A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil. Esta colocou à disposição parte de um prédio, para que instalassem uma escola para crianças “excepcionais”, conforme desejo do senhor e professor La Fayette Cortes. A entidade passou a contar com a sede provisória, onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu-se, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Surge, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira (VERÁS, 2000).

De 1954 a 1962, surgiram outras APAES. No final de 1962, doze das dezesseis existentes, nessa época, encontraram-se, em São Paulo, para a realização da primeira reunião nacional de dirigentes APAEanos, presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislau Krynsky. Participaram as de Caxias do Sul, Curitiba, Jundiaí, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda (MANUAL DE PAIS E DIREGENTES, 2001).

Pela primeira vez no Brasil, discutia-se a questão da Pessoa com Deficiência com um grupo de famílias que trazia para o movimento suas experiências como pais de pessoas com deficiência e, em alguns casos, também como técnicos na área. Para uma melhor articulação de suas ideias, sentiram a necessidade de criar um organismo nacional. A primeira ideia era a formação de um Conselho e a segunda, a criação da Federação de APAES. Prevaleceu esta última, que foi fundada no dia 10 de novembro de 1962, e funcionou durante vários anos em São Paulo, no próprio consultório do Dr. Stanislau Krynsky. O primeiro presidente da diretoria provisória eleita foi o senhor Dr. Antônio Clemente Filho. Com a aquisição de sua sede própria, a Federação foi transferida para Brasília. Ali, foi adotada como símbolo para a instituição, a figura de

4 Dados sobre a APAE, retirados do relatório final de estágio nível I (observação e análise institucional, 1º semestre de 2010 e TCC em dezembro de 2012, PEREIRA, Inês) e Manual de Pais e Dirigentes da APAE – uma parceria eficiente, dados atualizados em abril de 2021.



uma flor ladeada por duas mãos em perfil, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra como proteção (CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011).

A Federação,<sup>5</sup> a exemplo de uma APAE se caracteriza por ser uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, com duração indeterminada, congregando como filiadas as APAES e outras entidades congêneres, tendo sede e foro em Brasília no Distrito Federal.

As raízes históricas e culturais da deficiência sempre foram marcadas por fortes rejeições, discriminação e preconceito. E, diante da ineficiência do Estado, na época, em promover políticas públicas sociais que garantissem a inclusão dessas pessoas, surgiram famílias empenhadas em quebrar paradigmas e buscar soluções e alternativas para que seus filhos com deficiência intelectual e/ou múltipla pudessem alcançar condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão.

Nesse contexto é que surgiram as primeiras APAES, que se mostraram capazes de lançar um olhar mais propositivo sobre as pessoas com deficiência. Convivendo com um Estado despercebido das necessidades de seus integrantes com deficiência, tinham a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, na perspectiva da inclusão social. Esse movimento social teve que contar com o apoio de vários profissionais que, acreditando na luta dessas famílias, empreenderam estudos e pesquisas, buscaram informações em entidades congêneres no exterior, trocando experiências com pessoas de outras nacionalidades que também sofriam a imposição de um sistema capitalista, que tendia a aniquilar as pessoas “descapacitadas” (como eram chamadas anteriormente as pessoas com deficiência por alguns estudiosos) (PEREIRA,2012).

Esta instituição, então, vem a ser constituída por pais e amigos de uma comunidade significativa de pessoas com deficiência, contando para tanto, com a colaboração da sociedade em geral, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, dos políticos, enfim, de todos quantos acreditam, apostam e lutam pela causa da pessoa com deficiência. Igualmente, este movimento ainda é o de se organizarem em associações especializadas, gerenciadas por eles próprios, onde buscam parcerias com a sociedade civil e o governo para atingir suas metas, sendo basicamente financiados pelos poderes públicos municipal, estadual e federal.

---

5 FENAPAES (Federação Nacional das APAES) é uma organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social; de caráter cultural, assistencial e educacional, tendo como missão institucional promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas APAES, na perspectiva da inclusão social de seus usuários. Congrega 23 Federações Estaduais de APAES presentes nos estados e mais de duas mil APAES e outras entidades congêneres, que compõem a Rede APAE, distribuídas em todo o país, que propiciam atenção integral a cerca de 250.000 pessoas com deficiência. Hoje é considerado um dos maiores movimentos sociais do Brasil e do mundo, na sua área de atuação.



É necessário se trazer que, contrariamente a outros países, os pais brasileiros, na sua maioria, ainda não se posicionam em favor da inclusão (total) escolar de seus filhos. Apesar de figurar essa preferência na nossa Constituição Federal, observa-se uma tendência dos pais (por medo, e/ou preconceito) se prepararem em buscar associações especializadas para garantir o direito à educação e atendimento de seus filhos com deficiência (CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011).

## A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA APAE DE SANTA CRUZ DO SUL

A APAE de Santa Cruz do Sul é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que foi fundada em 25 de novembro de 1963, inserida no terceiro setor, prestando atendimento a pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla nas áreas da educação, saúde e assistência social. Tendo por missão promover e articular ações de defesa dos interesses, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou múltipla (PEREIRA, 2012).

Em 1965, com a criação da Escola Especial, a APAE iniciou suas atividades com quatorze alunos e duas professoras. O primeiro local que abrigou a escola foi cedido pela comunidade católica e após alguns meses de funcionamento, foi transferida para uma sala no pavilhão da FENAF (Festa Nacional do Fumo), hoje pavilhão central localizado no parque da Oktoberfest. No dia 9 de agosto de 1967, a APAE - Escola Especial, depois de inúmeras ações e mobilizações promovidas pelo poder público, iniciativa privada e a comunidade santa-cruzensense, inaugurava a sua tão sonhada sede na Avenida Independência, nos dias atuais sua entrada passou a ser na rua Félix Hoppe (PEREIRA, 2012).

Desde então, com o propósito de promover a inclusão social e contribuir na melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e sua família, a APAE passou por um processo de transformação e modernização.

Em junho de 2000, conforme determinações do Conselho Estadual de Educação (CEE), através da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e segundo o disposto na Resolução número 253, a Escola de 1º Grau Incompleto Santa Cruz para Educação Especial passa a denominar-se de Escola de Educação Especial Interativa e não mais Escola Especial. Faz-se importante incluir os dispositivos da LDB 9.394/96, que assegurem a todas as pessoas o direito à educação, independente das condições biopsicossociais dos educandos. É necessário ressaltar a relevância do aspecto educativo para o desenvolvimento da criança, de jovens e adultos com deficiência, expressa de forma clara os níveis e modalidades de educação que serão ofertados pela escola, no sentido de assegurar às pessoas com deficiência oportunidades de aprendizagem.





O projeto Político Pedagógico<sup>6</sup> explicita de forma clara seus objetivos, propiciando a compreensão de que os momentos de reflexão e discussões da equipe de profissionais permitiram à escola da APAE a construção de um planejamento, que visa oferecer à comunidade ações educacionais diferenciadas, audaciosas, inovadoras, que desafia a si própria, adaptando suas práticas aos anseios e necessidades de seus educandos e demonstrando uma nova identidade (PPP, 2001).

O Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Especial Interativa está integrado à proposta da APAE EDUCADORA, tornando-se, portanto, (co) responsável pela afirmação do processo de democratização da educação, na medida em que, à luz dos seus princípios educacionais, desenvolve uma proposta educacional emancipadora e estabelece o diálogo com instituições, sistemas e redes de ensino, comprometendo-se com a aprendizagem e inclusão social de crianças, adolescentes e adultos com deficiência. Também reafirma a missão do Movimento APAEano ao longo de sua história, como instituição educativa que exerce cidadania para garantir que as pessoas com deficiência sejam respeitadas nas suas diferenças, ocupem espaços sociais onde possam realizar suas competências, habilidades e tenham assegurados seus direitos como cidadãos.

É necessário fazer uma análise da função social da escola, na atual conjuntura política, econômica do país, no sentido de que a escola propicie a apropriação ativa dos conhecimentos científicos e tecnológicos construídos pela humanidade, desenvolvendo metodologias e formas de aprendizagem que estimulem a autonomia, a organização, a iniciativa, a flexibilidade, a criatividade, o uso adaptado de diferentes formas de comunicação, o exercício de atividades em grupo, a determinação, a autodefensoria, a capacidade de planejamento, execução e avaliação em uma realidade que ainda apresenta grandes disparidades sociais e de oportunidades educacionais para com os cidadãos.

O Projeto Político Pedagógico valida-se pelas ações construídas no e pelo coletivo da comunidade escolar, envolvendo múltiplas parcerias socioeducacionais devido à força consensual em que se constrói, aos conflitos que são superados e aos princípios que são elaborados e definidos como eixos estruturadores de ações. Esse projeto é fruto do resultado de autorreflexão e pensamento crítico do grupo (pais, alunos, profissionais e comunidade) ao longo de vários anos e expressa a voz e a vez de cada participante do universo escolar.

Dentro desse processo, a Entidade promove a integração e estimula a participação dos familiares diretamente ligados às crianças, adolescentes e adultos

---

6 Projeto foi construído em 2001, a partir de várias demandas apresentadas e de um diagnóstico feito junto a todas as famílias dos alunos matriculados e todos os profissionais, e com a mudança da nova nomenclatura atribuída a Escola Especial da APAE, foi necessário se adotar esta mudança, mas acompanhando o que preconiza o Manual da Federação das APAES quanto a Educação Especial.



com deficiência. Todas essas atividades realizadas na entidade são conduzidas pela direção, coordenação pedagógica e técnica, profissionais especializados nas áreas da educação especial, educação física e música, por psicólogos, médicos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, auxiliar de enfermagem e assistentes sociais, além de dezenas de voluntários e estagiários, formando uma grande equipe multiprofissional.

Na Escola: o atendimento especializado efetiva-se através de programas criteriosamente organizados para suprir as necessidades especiais dos envolvidos, considerando as especificidades referentes à área e o grau da deficiência, faixa etária e contexto social em que estão inseridos. São oferecidas propostas pedagógicas específicas para Educação Precoce, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos em Turmas Pré-Profissionalizantes e todas essas ações têm como complemento, o atendimento Clínico Especializado.

Já a Clínica dispõe de uma Equipe Multidisciplinar que inclui Médico Neurologista, Assistente Social, Nutricionista, Fisioterapeuta, Psicólogo, Fonoaudiólogo e Terapeuta Ocupacional. Esses profissionais desenvolvem atendimento clínico especializado e complementar, que repercute, pela eficácia dos serviços, na Escola de Educação Especial Interativa e, por consequência, no âmbito das famílias atendidas.

As Turmas Pré-Profissionalizantes desenvolvem atividades pedagógicas e ocupacionais com os adolescentes, tornando-os úteis a si mesmos, às suas famílias e sociedade como um todo. Esse espaço objetiva a qualificação profissional dos adolescentes e sua preparação para o ingresso no mercado formal de trabalho, sua autonomia quanto ao ir e vir, bem como rotinas com carga horária específica.

Atualmente são atendidas 470 pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo, entre crianças, adolescentes e adultos, que têm na APAE um importante referencial para conquista de respeito, dignidade e reconhecimento pessoal, projetando sempre a perspectiva de inclusão social através da educação, colocação no mercado formal de trabalho e na busca dos direitos básicos da pessoa com deficiência. Tem em seu quadro de funcionários 60 profissionais qualificados para essa demanda e a entidade hoje mantém convênios com (5) municípios da região: Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Sinimbu, Herveiras, e Vale do Sol e possui autonomia administrativa e jurídica, e todos os serviços prestados são oferecidos gratuitamente.

As atividades são desenvolvidas com 276 crianças e adolescentes, sendo 194 adultos (acima dos 18 anos até os 72 anos), de segundas às sextas-feiras, durante o horário de atendimento da instituição (7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30). Os grupos atendidos possuem grade de horários pré-definida e atividades conforme plano do profissional responsável, conforme segue descrição abaixo:

a) atendimentos crianças: Educação Infantil: Estimulação Precoce (0 a 3 anos); Atendimento Pedagógico Individual (4 a 6 anos); Turma de Educação Infantil (a partir



dos 4 anos); Ensino Fundamental (denominado: Escolarização e Letramento)

b) atendimentos adolescentes: Educação Pré-Profissional (preparação e inclusão no Mercado de Trabalho) – a partir dos 16 anos;

c) projetos específicos: Grupos de Convivência – SPSE (Serviço de Proteção Social Especial) e Grupo Renascer; Atividades Complementares (Educação Física, Atletismo, Artes Plásticas e Música, Futsal, Natação, Equoterapia, Grupos de Dança, Bandas Musicais);

d) atendimentos complementares: Psicologia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Fisioterapia, Neurologia, Nutrição, Terapia Ocupacional;

e) realiza: Avaliação Diagnóstica e devidos encaminhamentos;

f) outros serviços: Projeto de Prevenção, Inclusão Escolar, Inclusão Mercado de Trabalho, Grupo de Mães, Grupo de Dança Mães e Filhos, Grupo Gira Mundo (autistas severos), Grupo Brincando se Aprende e o Centro Dia APAE.

g) Famílias: são a parte fundamental do trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo, assim sendo, todos os envolvidos recebem apoio e atendimento familiar, sempre que necessário, incluindo situações de atendimento social, psicológico, orientação médica, palestras e grupos de apoio. São realizadas também assessorias a ex- atendidos da entidade, conforme necessidade e hoje atendemos em média 240 famílias.

Foram muitas as conquistas nestes 58 anos de existência, salas de aulas, salas de atendimento técnico, espaços administrativos e de convivência, auditório, elevador, cozinha, refeitório, ginásio recreativo coberto, brechó e bazar Apaeano. Tudo isso, desenvolvido através de projetos e doações, reforçando a importância do trabalho responsável, direcionado às necessidades e à sustentabilidade da instituição.

A entidade também realiza inúmeros eventos e ações junto à comunidade, com o propósito de manter serviços e projetos ou ainda, incrementar atividades, que diretamente beneficiem as pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla de todas as idades. Essas ações de responsabilidade social são lideradas e executadas por voluntários que integram a Diretoria, Conselhos de Administração e Fiscal, somados a dezenas de pessoas abnegadas e empresas parceiras da Entidade. O incansável trabalho dos dirigentes nas diversas gestões, a profissionalização dos seus colaboradores e o auxílio de centenas de voluntários, sempre prontos e dispostos a ajudar, fez da APAE uma entidade conceituada, respeitada e reconhecida, legalmente constituída e estruturada, habilitada a receber doações, recursos de fontes especiais e autorizada a firmar convênios.



## A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA APAE DE SANTA CRUZ

O Serviço Social na APAE de Santa Cruz do Sul nasce a partir de 1972, com a contratação da primeira Assistente Social, porém deste ano até 2000 não houve registros sobre os trabalhos desenvolvidos pelas cinco assistentes sociais que passaram pela instituição (exceto os registros que constam no regimento interno da instituição e que são os objetivos e atribuições do Assistente Social que estão normatizados no Manual da Federação das APAES), além dos pareceres que as mesmas concediam após a avaliação de cada indivíduo novo que entrava na instituição.

Dessa forma, não se pode deixar de observar que, em meio a toda essa transição desse período, o Serviço Social passa por uma grande transformação profissional, deixando de lado, o que vinha a ser o Serviço Social Tradicional (baseado inicialmente na caridade, numa linha mais cristã, e, posteriormente influenciado pelo Serviço Social norte-americano, quando os usuários ainda eram chamados de “clientes”, um termo muito usado dentro das APAEs até meados dos anos 80).

O Serviço Social passou gradativamente por mudanças quanto à perspectiva teórica e conseqüentemente metodológica e política, cujo marco é a reconceituação, que ocorre no interior da profissão a partir dos anos 1960. Na APAE também gradativamente o trabalho do Assistente Social foi passando por mudanças, acompanhando o código de ética profissional. Não há dúvida que o Serviço Social, nas últimas décadas, redimensionou-se e renovou-se no âmbito de sua interpretação teórico-metodológica e política, num forte embate com o tradicionalismo profissional, adequado criticamente à profissão e às exigências do seu tempo, qualificando-a e sendo atualmente, sem dúvida, uma profissão reconhecida e legitimada socialmente, através da Lei de Regulamentação 8.662/93.

Precisamente, pode-se dizer que algumas parcerias foram muito importantes para o desenvolvimento de algumas ONGs, como no caso da APAE. Com o surgimento do curso de Serviço Social na UNISC e com a tipificação das políticas sociais, a APAE passa a se beneficiar, pois passa a ter em seu quadro profissional uma Assistente Social com formação e alguns estagiários atuando na área. A partir desses acontecimentos, o Serviço Social passa a ter uma maior visibilidade e passam a existir documentos sobre o fazer profissional, pois antes o serviço era desenvolvido (quando não tinha Assistente Social) pela própria diretora da escola). Além disso, observam-se algumas mudanças na estrutura da instituição a partir da inserção desses estagiários. Mudanças essas que propõem romper com certas dificuldades despercebidas pela própria instituição e que trazem benefícios às pessoas com deficiência.

Para além das mudanças citadas, o profissional busca juntamente com o usuário



a compreensão de totalidade global da realidade, para poder desenvolver estratégias de enfrentamento das questões sociais que envolvem as pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, visando sua participação efetiva, com direitos e deveres de todos os envolvidos: família, escola e comunidade. A Assistente Social da instituição está presente desde o momento de entrada da pessoa com deficiência no programa da APAE até o seu desligamento, com o objetivo de assegurar e viabilizar às pessoas com deficiência e seus familiares encaminhamentos e orientações aos programas e projetos sociais, acesso às políticas públicas, visando a dignidade e a inserção da pessoa com deficiência na sociedade, como cidadão de direito. O processo de trabalho do Assistente Social nesse campo, que muitas vezes enfrenta os entraves institucionais, e tem como principal instrumento de trabalho a socialização de informações e a busca concomitante da inserção social da pessoa com deficiência se faz através da efetivação da Lei nº 7.853/89, que assegura os princípios, as diretrizes e os objetivos descritos nos artigos dessa lei, bem como as políticas sociais com as quais a instituição trabalha.

Com a consolidação da Constituição Federal, em 1988, foi promulgado um conjunto de legislações oriundas dos avanços das políticas sociais públicas, que se materializaram através de alguns artigos da Constituição Federal, e que foram adotados pela instituição, promovendo muitas mudanças. Esses artigos encontram-se nas Leis que regulamentam as Políticas Sociais da Saúde (LOS), da Assistência (LOAS), Educação (LDB) que transversalizam-se na Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e que passaram a mediar parte da organização dessas políticas dentro da APAE.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei nº 7.853/89 - dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE - institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público,<sup>7</sup> define crimes, e dá outras providências. Os princípios gerais norteadores dessas políticas têm ênfase

---

7 A garantia dos direitos da criança e do adolescente está prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente como prioridade absoluta. Um dos órgãos mais engajados na observância dessa prioridade é o Ministério Público, instituição essencial à defesa da ordem jurídica e à promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos. A busca constante do Ministério Público, por meio da atuação dos Promotores e Procuradores de Justiça, é no sentido de fazer com que os direitos das crianças e adolescentes sejam sempre concretizados, e com a preferência que merecem. Dentre as muitas tarefas que o Ministério Público executa na área da infância e da juventude estão: assegurar o acesso das crianças e adolescentes à educação, combatendo a evasão escolar; zelar pelo direito à convivência familiar e comunitária; defendê-las contra todo tipo de violência e negligência, mesmo quando praticadas pelos próprios pais; atuar quando um adolescente comete ato infracional; garantir às crianças e adolescentes o atendimento à saúde que necessitarem, incluindo medicamentos; buscar em todos os Municípios a implantação do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos (Disponível em <http://www.mp.rs.gov.br/infancia>. Acesso em 19/06/2010 - Diário de Campo, 04.2010, PEREIRA, Inês) .



na dignidade, autonomia, independência e interdependência da pessoa com deficiência e o apoio à sua família, comprometendo-se com os seguintes aspectos que caracterizam os direitos humanos e as liberdades fundamentais preconizados na Convenção para os Direitos das Pessoas com Deficiência:

- a) A equidade e a igualdade de direitos, pressupondo um tratamento diferente como garantia de igualdade, de oportunidade, de afirmação e inclusão social;
- b) O respeito pela dignidade inerente, independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas e autonomia individual;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A acessibilidade plena;
- f) O respeito pelas capacidades em desenvolvimento de crianças com deficiência e respeito pelo direito de preservar sua identidade.

Dessa forma, a profissional de Serviço Social na APAE busca junto aos professores, informações concretas sobre determinadas situações e/ou comportamentos das crianças e dos adolescentes nos quais ela poderá intervir. Em alguns casos, a Assistente Social faz o atendimento individual com as crianças e/ou adolescentes, em outros, com seus familiares, visitas domiciliares (quando necessário), com o objetivo de identificar as vulnerabilidades, para poder intervir nessas situações apresentadas dentro da instituição. Partindo-se de uma análise sobre o objeto (questão social apresentada), segundo Iamamoto (1997) o mesmo pode ser definido nos seguintes termos:

Os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, na educação, etc. questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem se opõem. É nessa tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, 1997, p. 14).

Percebe-se, assim, que muitas vezes são nos interiores das escolas, de uma forma geral e instituições, no cotidiano desses usuários e de suas famílias, que se



configuram as mais diferentes expressões da questão social, tais como “desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias com diversos tipos de problemas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social e a exclusão social” (IAMAMOTO, 1997).

É nessas demandas emergentes e resultantes da questão social que se justifica a inserção do profissional do Serviço Social na Educação, que se insere nesse espaço com o objetivo de receber e encaminhar essas demandas. Nesse sentido, Iamamoto (1998) ainda afirma:

[...] O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo. (IAMAMOTO, 1998, p.75).

Muitas pessoas com deficiência intelectual ainda são muito discriminadas, e estigmatizadas, ficando fora do convívio social. Muitas escolas têm certa resistência em relação à inclusão de pessoas com deficiência intelectual. As empresas também apresentam certa resistência em contratar pessoas com deficiência intelectual, por não conhecerem o potencial que essas pessoas possuem. Mas, afinal o que vem a ser a deficiência intelectual?

[...] é a limitação em pelo menos duas ou mais das seguintes habilidades: comunicação; autocuidado; vida no lar; adaptação social; saúde e segurança; uso de recursos da comunidade; determinação; funções acadêmicas; lazer e trabalho. O termo substituiu 'deficiência mental' em 2004, por recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), para evitar confusões com 'doença mental', que é um estado patológico de pessoas que têm o intelecto igual da média, mas que, por algum problema, acabam temporariamente sem usá-lo em sua capacidade plena. (RODRIGUES, 2009 p. 93).

O profissional de Serviço Social na Educação deve possuir a capacidade de decifrar a realidade social que permeia a escola, e a partir disso, ser propositivo, no sentido de criar instrumentos para qualificar o processo de ensino aprendizagem como um todo, seja com atividades voltadas à capacitação de professores, grupos



operativos temáticos com adolescentes ou pais, espaço de discussão e mobilização da família no contexto escolar, dentre outros.

A essência é entender que o profissional de Serviço Social no espaço educacional intervém a partir de outra perspectiva, balizada por questões de acesso universal, permanência, inclusão no que se refere aos sujeitos com deficiência, mobilização rumo à gestão democrática na escola e proposição de ações, sejam serviços, projetos ou programas desenvolvidos a partir da lógica preventiva, universalista e não meramente paliativa. Como profissional do Serviço Social, precisa-se traçar estratégias que venham ao encontro de não só publicizar a profissão nessa política pública, como também apontar-se diretrizes, atribuições e competências do profissional na referida área.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a busca pela inclusão inicia na família, perpassa a sociedade, com o reconhecimento da pessoa com deficiência como um ser de direitos a ser respeitado, seguido de cobrança aos gestores públicos para a efetivação desses direitos, já expressos em legislações. Nesse sentido, abordando sobre a intervenção do Serviço Social nessa realidade, Santos (2009), afirma:

É de extrema importância que o profissional do Serviço Social, inserido na escola, saiba trabalhar com programas visando à prevenção e não dispende o seu tempo meramente com a efervescência dos problemas sociais. Na escola, o Assistente Social deve ser o profissional que precisa se preocupar em promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade, a qual ele esteja inserido. (SANTOS, 2009, p.01).

Na APAE de Santa Cruz o Serviço Social e a Educação são áreas afins, cada qual com suas especificidades, mas que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos políticos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade. Isso nos impõe uma tarefa/desafio, que é o de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional que atua dentro da política da educação, que tenha como um dos princípios fundamentais de seu Código de Ética Profissional o "posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática" (CRESS, 2005).

A flexibilização criada pela nova lei da PNEE, dá margem para a segregação e exclusão dos alunos com deficiência formando uma "classe especial" dentro da





escola inclusiva, sim. Pois a realidade é nua e crua, muitas escolas estão sucateadas, não tendo condições de ofertar a devida educação nem para seus alunos que não têm deficiência, imagina-se, então, para quem tem. Nesse sentido, penso que se estaria privando esses alunos de conviverem, ensinarem e aprenderem com os demais alunos tornando sem sentido a referida inclusão.

Por experiências já feitas nos anos 1990 em escolas públicas gaúchas, sabe-se que as “classes especiais” ficavam completamente isoladas das demais turmas existentes na escola, inclusive tinham horário de entrada, saída, recreio e lanche com horários diferentes para evitar o contato. Possibilitar a volta desse tipo de sala de aula será um erro sem precedentes. A nova lei também parece dar margem para que as escolas regulares se neguem a aceitar os alunos com deficiência, encaminhando-os para escolas especiais (APAEs), alunos que teriam condições de seguirem em uma turma regular. Quando se fala em inclusão numa escola pública e/ou privada, estamos falando em aceitação do diferente, é poder incluir este indivíduo dentro de um grupo social, com os mesmos direitos e respeito a sua diversidade, numa mesma sala, com toda a possibilidade possível de educar igual.

Nessa perspectiva, e visando ao melhor desenvolvimento do educando, é necessária a diversificação dos espaços educacionais, entendendo que a escola especializada ainda tem hoje uma função para inclusão escolar da pessoa com deficiência e seu desenvolvimento integral em nível de igualdade, por ofertar suportes especializados de forma integrada, potencializando o processo de inclusão escolar na rede regular de ensino.

Faz-se necessário destacar que a Rede Apae não defende as escolas especializadas como única opção para todos os estudantes da educação especial, evitando restringir as oportunidades de desenvolvimento dos indivíduos de maneira prévia e atentar contra sua igualdade e liberdade. Nem considera a escola especializada como espaço prioritário para educação dos estudantes com deficiência. No entanto, reconhece no Decreto nº 10.502/2020 a oportunidade de ressignificar a escola especializada em benefício da inclusão escolar e social dos estudantes com deficiência, reconhecendo a singularidade e as necessidades educacionais de cada um.

É relevante que se tenha um olhar mais propositivo em relação aos PcDs, pois os mesmos são capazes de receber, disseminar informações e de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, sem preconceito, garantindo dessa forma seus direitos como cidadãos. A educação inclusiva é um enorme desafio para o nosso sistema educacional e para uma sociedade justa, solidária e pronta para garantir os direitos de todas as pessoas que nela vivem.



## REFERÊNCIAS

AAMR. American Association Mental Retardation. **Retardo mental:** definição, classificação e sistemas de apoio. Tradução Magda França Lopes. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Documento norteador** – educação e ação pedagógica. Brasília: Federação Nacional das APAES, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Lei nº 9.394/96, 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: CORDE, 2008.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira:** integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. **Coletânea de Leis**. Rev. ampl., 2005.

CARVALHO, E. N. S de; CARVALHO, R. E.; COSTA, S. M. **Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas**. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. rev. Brasília/ DF, setembro, 2001.

FARIAS, Cristiano Chaves; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Estatuto da Pessoa com Deficiência – Comentado artigo por artigo. Artigo 2, Definições, MARQUES**, Lília Pinto; p. 27, 2.ed. Revista Ampliada e Atualizada, Salvador: Editora JusPODVM, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

LANNA, Júnior; MARTINS, Mário Cléber (comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

MANUAL pais e dirigentes – uma parceria eficiente. Santa Cruz do Sul: APAE, dez.



2001.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

PEREIRA, Inês. **Diário de Campo**. Trabalho de Conclusão de Curso, dezembro 2012.

REGIMENTO ESCOLAR. **Escola de Educação Especial Interativa**. Santa Cruz do Sul: APAE, dez. 2001.

RODRIGUES, Cinthia. **Mente estimulada**. *Revista Nova Escola*, ano 24, n. 223, jun./jul., 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 53.

SANTOS, N. S. dos. **Serviço Social e educação: contribuições do assistente social na escola**. *Vivências*, Erechim, v. 8, n. 15, p. 124-134, 2012.

VÉRAS, Vera Lúcia de Araújo. **APAE inclusão/transformação: uma análise do desenvolvimento histórico e pedagógico do movimento apaeano de Caicó (RN)**. Caicó: UFRN, 2000. (Monografia de especialização).



